

SMART & TRENDY CITY

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2019



BRAGA
Município



Sobre o Relatório de Sustentabilidade

O Relatório de Sustentabilidade do Município de Braga 2019 foi preparado para dar uma resposta voluntária de acordo com as mais recentes Normas da *Global Reporting Initiative* na opção “Abrangente” e tenta dar resposta às exigências do ISO 37120:2018 no que concerne à divulgação de indicadores de desenvolvimento sustentável das comunidades, de serviços e qualidade de vida.

Para o inventário de emissões de gases com efeito estufa o relatório foi preparado segundo as orientações da *Greenhouse Gas Protocol (GHG Protocol)*. Para as emissões operacionais do Município de Braga foram consideradas as *GHG Protocol Corporate Accounting and Reporting Standard* e para as emissões comunitárias foram consideradas as *Global Protocol for Community-Scale Greenhouse Gas Emission Inventories*. Ambos os inventários estão alinhados com os inventários submetidos ao reporte anual da *Carbon Disclosure Project for Cities*.

Este é o primeiro relatório de sustentabilidade com ciclo de publicação anual do Município de Braga. Desta forma, foi iniciada uma nova análise de materialidade tendo por base uma ampla auscultação das partes interessadas e da comunidade geral do concelho.

Os resultados deste processo são considerados na definição dos tópicos materiais, para além de serem um importante elemento na construção da estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Município de Braga.

Este Relatório evidencia o desempenho do Município nos diversos tópicos materiais considerados, fazendo o devido

enquadramento e alinhamento com as agendas nacionais, europeias e internacionais de sustentabilidade, mas sobretudo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Este Relatório tenta demonstrar uma visão global e estratégica das atividades do Município de Braga e a forma que a estrutura está a contribuir para os temas mais relevantes da sustentabilidade.

Período, âmbito e limites do relatório

Este Relatório refere-se às atividades realizadas durante ano de 2019 (1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019) em alinhamento com outros documentos de gestão, nomeadamente o Relatório e Contas. Quando possível, e para ir de encontro aos princípios estabelecidos das Normas da *Global Reporting Initiative* o período é alargado ao ano de 2015. No entanto, por via de informação ainda não atualizada alguns indicadores podem reportar informação até 2018.

Os limites da informação reportada no relatório estão circunscritos, numa primeira análise, às atividades operacionais e ao impacto do Município de Braga enquanto organização pública e, numa segunda análise, ao concelho de Braga, por via da administração territorial mediante órgãos representativos por ela eleitos e enquanto autarquia local.

Informação reportada e revisão

A informação verificada do Relatório consiste exclusivamente em tópico financeiros sendo esta verificação precedida do relatório e Contas. Como se trata de um relato voluntário, a informação restante passou por consulta prévia aos diversos órgãos do Município de Braga, organizações públicas e privadas, entidades reguladoras e instituições de

produção estatística.

Opinião e contactos

A sua opinião é importante para nós, pedimos-lhe que preencha o questionário de *feedback* deste Relatório no *website* do Município de Braga (cm-braga.pt) ou endereçado para o mail institucional (municipe@cm-braga.pt).

Para qualquer esclarecimento, contactar:

- _ Município de Braga
- _ Praça do Município,
- _ 4700-435 Braga

Agradecimento

Queremos deixar uma palavra de agradecimento a todos os que contribuíram para a realização desta comunicação.

Coordenação

- _ Hélder Costa

Equipa de apoio ao desenvolvimento do Relatório de Sustentabilidade

- _ Alzira Torres
- _ Ana Cristina Costa
- _ Ana Ferreira
- _ Branca Costa
- _ Cláudia Igreja
- _ Fátima Pereira
- _ Filipa Corais
- _ Graça Ribeiro
- _ João Correia
- _ Liliana Veiga
- _ Miguel Caldas
- _ Mónica Leite
- _ Nuno Gouveia
- _ Olga Pereira
- _ Paula Campos
- _ Sandra Cerqueira
- _ Sandro Louro
- _ Teresa Pestana
- _ Vitor Azevedo
- _ Vitor Esperança

Design, paginação e fotografia

Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo do Município de Braga

EXPLORAR A SUSTENTABILIDADE DE BRAGA

MENSAGEM DO PRESIDENTE

PAG. 3

BRAGA em DESTAQUE

PAG. 5

MUNICÍPIO de BRAGA

PAG. 9

ABORDAGEM ESTRATÉGIA

PAG. 15

GESTÃO e DESEMPENHO

PAG. 32

VIVER

PAG. 53

CONHECER

PAG.

INVESTIR

PAG. 118

PARTICIPAR

PAG. 127

ANEXOS

PAG. 131

MENSAGEM

RICARDO RIO



A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é o enquadramento ideal para guiar os esforços de todos em direção a um mundo socialmente mais justo, ambientalmente mais sustentável e economicamente mais desenvolvido e menos desigual.

Por um lado, esta agenda projeta um horizonte indispensável para “não deixar ninguém para trás”, por outro lado, permite uma abordagem *multistakeholder* com vários níveis de participação.

No entanto, apesar de uma agenda global, entendo que é a nível local onde poderemos potenciar a sua implementação. Cabe aos municípios e aos governos locais um papel central e basilar na resposta à sua concretização pelo conhecimento profundo do contexto das populações, da proximidade com as pessoas, com a capacidade de envolver e mobilizar agentes locais, mas sobretudo pela legitimidade de ação institucional.

Esta capacidade de envolver e mobilizar agentes locais foi já demonstrado. Em Braga, em 2014, e pela primeira vez, juntamos as forças vivas da Cidade no sentido de desenvolver uma estratégia concertada com uma visão a longo prazo, pensando o território e o futuro com a implementação do Plano Estratégico de desenvolvimento Económico de Braga 2014-2026.

Hoje, temos o reconhecimento de Braga no top 10 ibérico e top 3 nacional, a nível económico, cultural e de qualidade de vida; a geração de 500 novos empregos por ano; um nível de crescimento 1% acima da média Ibérica e a criação de um centro de indústrias inovadoras e da juventude é uma realidade.

O desenvolvimento económico foi fundamental para potenciar a criação de

emprego, estimular o investimento sustentável, disseminar a cultura cosmopolita e contemporânea, atrair e reter visitantes e dinamizar o comércio. Todos este trabalho foi também fundamental para que Braga fosse reconhecida como uma verdadeira *smart and trendy city*.

Adicionalmente, uma verdadeira *smart and trendy city* passa ainda por potenciar os seus índices de qualidade de vida, sustentabilidade e dinâmica social e cultural.

Este posicionamento estratégico pretende, assim, alinhar Braga às orientações das políticas públicas para a próxima década focadas na inovação e conhecimento, nomeadamente a Estratégia da Europa para o novo ciclo de fundos de coesão e a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

Neste sentido, decidimos integrar os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável nos processos de decisão e ação a nível municipal que vão desde a abordagem estratégica a seguir até aos mecanismos de implementação e instrumentos de monitorização. Trata-se assim de uma institucionalização dos princípios da sustentabilidade em todas as nossas atividades.

Para tal, a constituição de um Relatório de Sustentabilidade foi fundamental. O Relatório de Sustentabilidade 2019 é, assim, mais do que o retrato de um respetivo ano. Este documento pretende ser a concretização da visão e da excelência em que acreditamos.

A elaboração do primeiro Relatório de Sustentabilidade do Município de Braga demonstra uma visão completa e integrada das atividades municipais e dos respectivos impactos por estas criadas. Adicionalmente, pretende demonstrar uma maior exigência

relativamente ao desenho das iniciativas estratégicas e à execução estratégica traçada.

Pretende-se também obter uma avaliação continua da orientação e avaliação dos índices de qualidade de vida do concelho nos vários domínios da sustentabilidade.

Numa sociedade cada vez mais marcada pelo escrutínio e pela desejo de transparência no desempenho das organizações, este relatório pretende ser ainda um documento de *accountability* à comunidade bracarense.

Assim, a determinação dos vetores estratégicos de atuação, tendo por base a análise das principais tendências urbanas, a compreensão dos riscos e oportunidades para o Município de Braga e o envolvimento das expectativas e opiniões dos várias partes interessadas do Município foi a base para a definição da estratégia de Sustentabilidade.

Ao longo deste Relatório damos destaque às iniciativas estratégicas que o Município tem desenvolvido com diversas organizações, desde universidades, associações, para além da importante colaboração com as ONG's, entre outros.

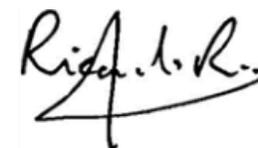
Para dar resposta a esta exigência adotamos as referencias internacionais mais relevantes para este processo, nomeadamente a resposta voluntária às diretrizes mais recentes da *Global Reporting Initiative Standards* e à ISO 37120:2018 no que diz respeito à gestão da sustentabilidade em organizações semelhantes.

Neste sentido, adotamos também um novo modelo padrões e ferramentas que a rastrear o progresso em direção às nossas metas climáticas. Para tal, implementamos as metodologias da *Greenhouse Gas Protocol*, tanto pela via operacional como comunitária,

para estimar os efeitos dos gases de efeito estufa existentes nas nossas políticas e ações estratégicas.

Esta exigência e o compromisso do Município com a construção de uma sociedade de baixa intensidade carbónica foi, pela primeira vez reconhecida pela organização *Climate Disclosure Project* (CDP), que confirmou em classificação no nível de Leadership (A-Climate) e colocou Braga como uma das 88 cidades do mundo com as melhores políticas de ação climática. Além de nos dar a certeza do caminhos que estamos a percorrer, significa também que estamos a implementar as melhores práticas neste domínio e nos coloca na linha da frente no combate às alterações climáticas e desempenho em termos.

Quero, por fim, agradecer a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que Braga se encontre na linha da frente no que diz respeito ao Desenvolvimento Sustentável, retratado neste documento.



Ricardo Rio

Presidente da Câmara Municipal de Braga

BRAGA EM DESTAQUE



Santuário do Bom Jesus

UNESCO

Património Cultural Mundial da Humanidade

Emissões

-13%

no total das emissões de CO₂ face a 2015

Emissões

-44%

por atividade exportadora

Energia

-56%

em edifícios públicos face a 2015

Energia

-5%

em energia em iluminação p. face a 2015

Município mais transparente em Portugal

1.º Lugar

DYNTRA
Ranking da Transparência

Risco de Pobreza

-15%

na taxa de risco de pobreza

Cultura

1,4M

Expectadores em eventos

Habitação

3065

pessoas abrangidas por apoios

Água

100%

da população abrangida

Transportes Públicos

159km

de sistema disponível

Transportes Públicos

+13%

do número de viagens per capita

Emissões

1/4

das emissões de CO₂ evitadas em 2019 face a 2015

Bicicletas

90

lugares de estacionamento convertidos

Melhor Destino Europeu

2.º Lugar

European Best Destinations

Cultura

+6%

visitantes aos museus do concelho

Qualidade de Ensino

+26%

de alunos por computador

88 melhores cidades do mundo no combate às Alterações Climáticas

Lista A Leadership

Carbon Disclosure Project

Quinta Pedagógica

+29%

visitantes

Resíduos Sólidos

94%

população abrangida

Economia

+36%

no valor das compras

Economia

+9%

remuneração média

Índice de Sustentabilidade Municipal CESOP

69%

Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável concretizados

Orçamento Participativo

24

projetos aprovados

Economia

+15%

criação de novas empresas

Eficiência energética

-12%

no consumo de eletricidade face a 2015

Educação Ambiental

2x

Ações de educação ambiental

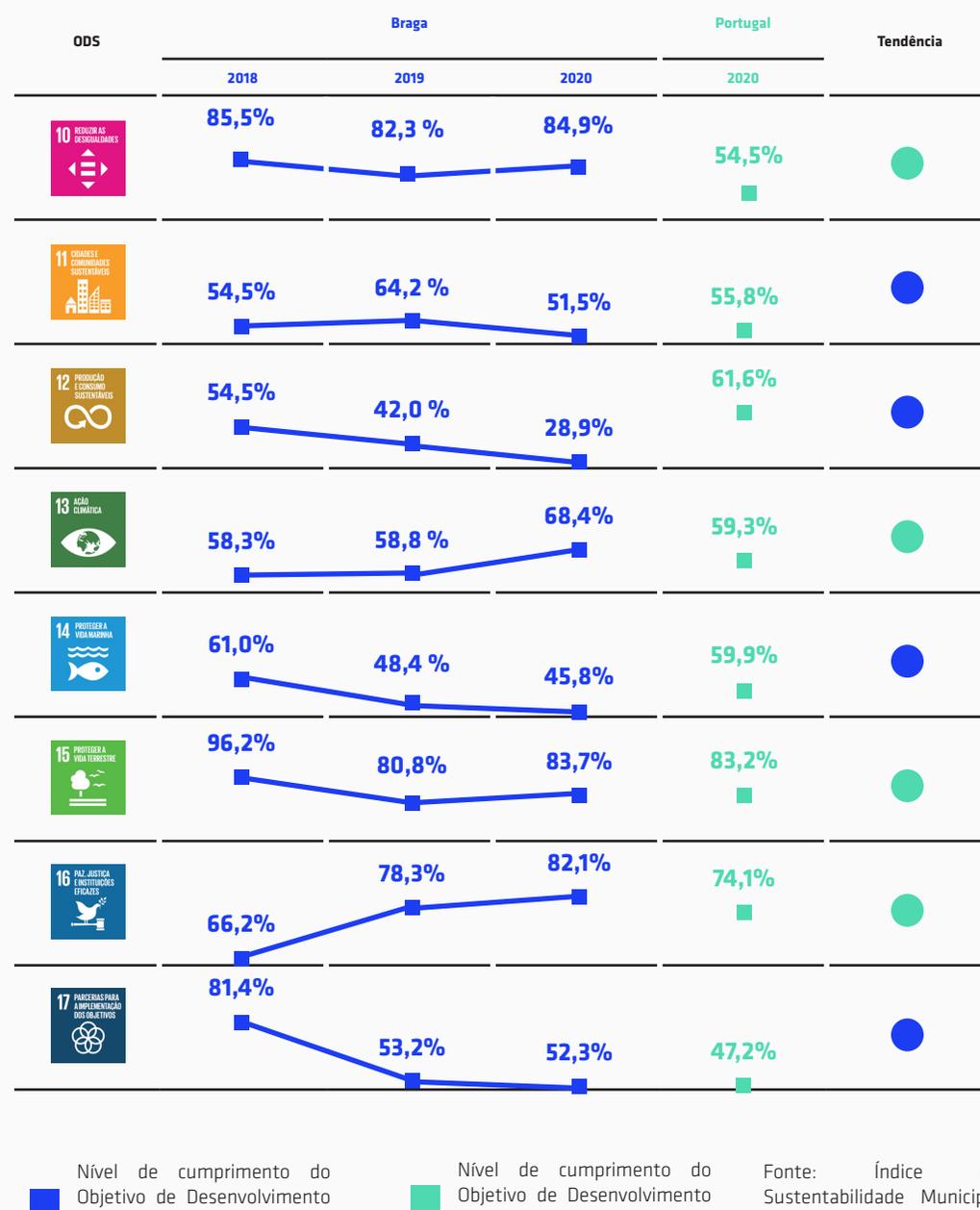
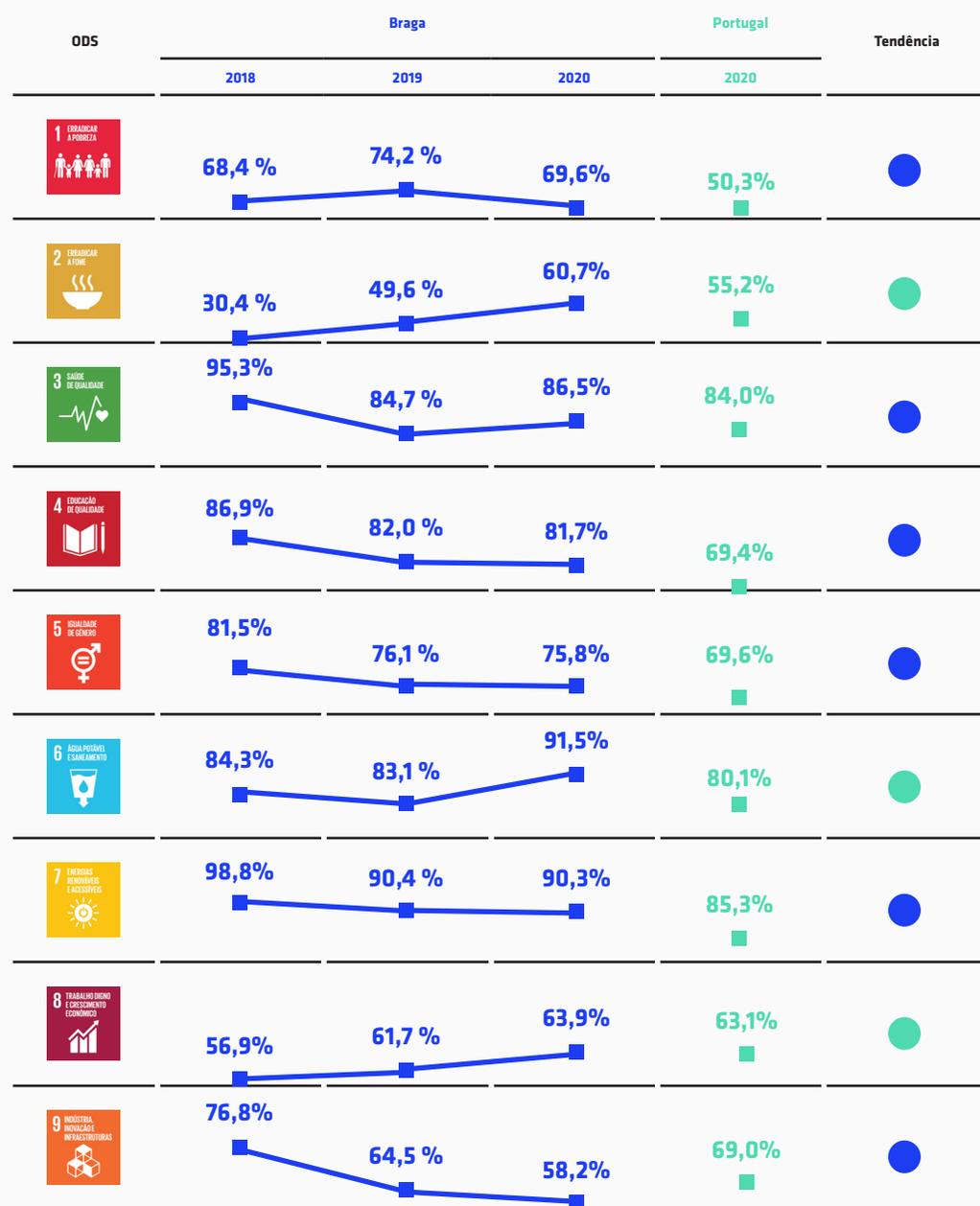
*Diferença nos indicadores relativos ao período de 2019-2018.

ROTEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Indicador



Nível de concretização do Município de Braga aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas



■ Nível de cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável em Braga

● Progresso do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável negativo

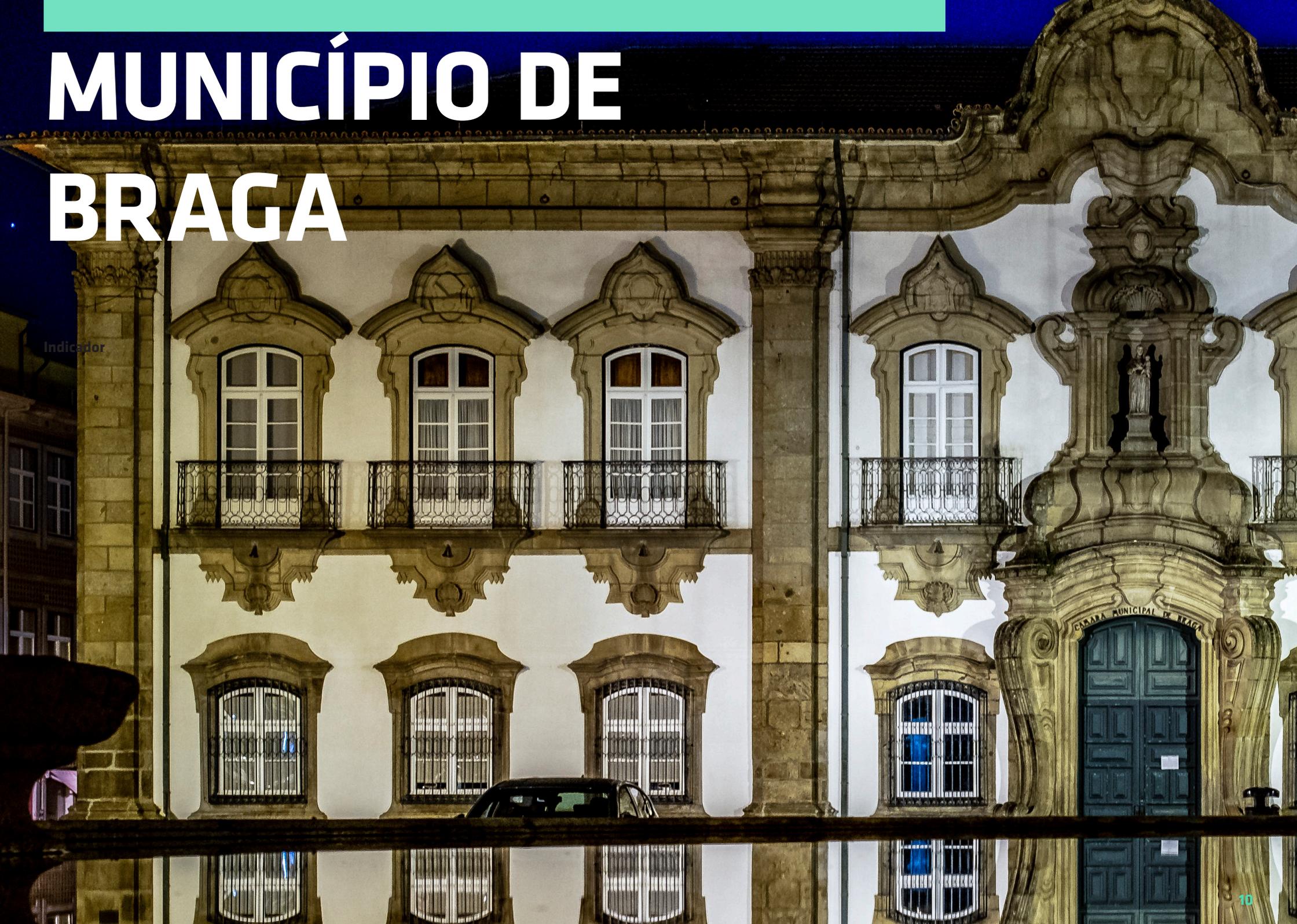
■ Nível de cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável em Portugal

● Progresso do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável positivo

Fonte: Índice de Sustentabilidade Municipal do Centro de Sondagens e Estudos da Universidade Católica Portuguesa

MUNICÍPIO DE BRAGA

Indicador



História e Identidade

Fundada pelos Celtas em 300 a.C., foram as populações castrejas as primeiras a povoar o território que hoje conhecemos como Braga. Desde então, a diversidade da cidade de hoje está marcada pela passagem dos movimentos migratórios e das diversas ocupações.

Nomeado centro administrativo do Império Romano em 27 a.C., o território viria a ser elevado a cidade pelo Imperador Augusto, em 16 a.C., que lhe concedeu o nome de Bracara Augusta, em sua própria homenagem. Em 411 d.C., após a queda do Império Romano do Ocidente, Bracara Augusta tornou-se capital política e intelectual da Galécia, Reino fundado pelos Suevos, povo de origem germânica.

O período medieval abriu um novo capítulo na História da cidade tendo como principal protagonista a sua notável Sé, em torno da qual se desenvolveu o centro histórico. Ainda nesse período e em data anterior à fundação de Portugal, Braga foi doada aos Arcebispos transformando-se um importante centro religioso na Península Ibérica. A forte presença religiosa na cidade foi sendo assinalada, ao longo de séculos, por um número crescente de igrejas, de diferentes períodos e estilos arquitetónicos, e um valioso espólio de arte sacra, que lhe granjearam o título de “Roma Portuguesa”.

A arte de representar as Armas da Cidade inicia-se nesta época onde se constituem os elementos da Heráldica de Braga:

– **Brasão da Cidade:** Nossa Senhora vestida com uma túnica púrpura e com manta azul cerúleo, coroada à antiga com prata, tendo um lírio na mão direita e sustentando o Menino Jesus no braço esquerdo. Ladeada de duas torres de prata, lavradas de negro e acompanhadas de três

escudos de Portugal antigo com cinco escudetes em azul postos em cruz, cada escudete carregado de cinco besantes de prata. Coroa mural de cinco torres de prata e na parte inferior um listel com a legenda «Braga»;

– **Bandeira Municipal:** Azul e branco com cordões e borlas de prata e azul. Haste e lança de ouro. A bandeira, retangular (em proporções 2x3) ou quadrada, exige-se que ao centro se encontre o brasão d’armas da autarquia.

O Barroco, no século XVIII, deixa uma marca notável na cidade, tornando Braga um dos maiores ex-libris portugueses deste estilo. A industrialização trouxe à cidade o comboio e dotou-a de infraestruturas básicas, dando espaço para o florescimento de um forte setor industrial.

Na década de 90 do século XX, em resposta à crise nos setores industriais tradicionais, Braga soube reinventar o seu tecido económico com o nascimento de um *cluster* tecnológico que abriu caminho a uma nova era na cidade, catapultando-a para o estatuto de polo de inovação e conhecimento.

Território

Braga é a terceira maior cidade de Portugal, precedida por Lisboa e Porto. Situada no Norte do país, na região do Minho, o concelho de Braga ocupa uma área de 183,4 km² e organiza-se em 37 freguesias.

A sua posição geoestratégica privilegiada é reforçada pelas boas acessibilidades que a colocam à distância de menos de uma hora do Porto e de Vigo (Galiza, Espanha). Ao nível das unidades territoriais, o Município de Braga insere-se ao nível da NUTS I – Continente, da NUTS II – Região Norte e da NUTS III – Cávado. Confronta-se a norte com os municípios de

Vila Verde e Amares, a nordeste e este com Póvoa de Lanhoso, a sul e sudeste com Guimarães e Vila Nova de Famalicão e a oeste com Barcelos. A par com as cidades de Guimarães, Barcelos e Vila Nova de Famalicão, forma o Quadrilátero Urbano, uma rede urbana focada no fortalecimento da competitividade e inovação do território partilhado pelos 4 Municípios.

O relevo é caracterizado pela existência de áreas de vale dispersas pelo território, contrapondo-se a pequenas formações montanhosas, dispostas segundo alinhamentos paralelos aos rios principais. O Município de Braga é limitado a norte pelo rio Cávado, a sul pelo conjunto de elevações que formam a Serra dos Picos (566m) e a nascente pela Serra dos Carvalhos (479m).

Dotada de bons acessos rodoviários e ferroviários, está próxima dos principais portos marítimos da euro-região – Leixões, Viana do Castelo e Vigo – e o Aeroporto Francisco Sá Carneiro, principal *hub* do noroeste da Península Ibérica, fica a apenas 30 minutos de automóvel.

Braga é a principal porta de entrada do Parque Nacional da Peneda-Gerês, uma das mais emblemáticas áreas protegidas do país, considerada Reserva Mundial da Biosfera pela UNESCO.

População

Com 181 mil habitantes (2019) e uma elevada densidade populacional na ordem dos mil habitantes/km², a população jovem de Braga representa um quarto dos bracarenses. Braga é o segundo município da região Norte em número de residentes com menos de 25 anos. Nos últimos 6 anos a população estrangeira residente cresceu 78% e, atualmente, cerca de 13% dos casamentos celebrados na cidade são

entre portugueses e estrangeiros.

Como freguesias e uniões de freguesias localizadas na cidade com uma densidade de 5583,7 hab/km², valor bastante superior à média do município ou com resultados numa distribuição geográfica desigual comparativamente nas freguesias mais periféricas. Numa análise global à estrutura etária dos residentes, 70% em idade ativa (15 e 64 anos).

Missão

Braga deverá ser reconhecida como uma verdadeira *smart e trendy city*, sendo tal posicionamento alicerçado nos seguintes eixos:

- uma cidade inovadora baseada na sua dinâmica empreendedora de base tecnológica e integradora de uma região tecnológica constituída, entre outros, pelos concelhos do Quadrilátero Urbano com influência crescente no Eixo Atlântico;
- uma cidade feliz que ganha corpo pelos seus índices de qualidade de vida, sustentabilidade e dinâmica social e cultural.

Visão

Braga, uma cidade milenar, um centro político e administrativo, um espaço para a economia do futuro. Braga, uma cidade inovadora, uma cidade feliz, uma referência.

Valores

Consolidação, Equilíbrio, Sustentabilidade, Rigor, Transparência, Gestão, Solidariedade, Promoção.

A ESTRUTURA QUE APOIA A MUDANÇA

GOVERNANCE

Constituição

Nos termos da Constituição da República Portuguesa, a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais, as quais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos e que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas (artigo 235.º). Os municípios são as autarquias locais que visam a prossecução de interesses próprios da população residente na circunscrição do concelho, mediante órgãos representativos por ela eleitos.

O modelo organizacional dos serviços do Município de Braga, tem o objetivo de contribuir para a implementação, com maior eficiência e eficácia, da visão e estratégia de médio prazo do município, numa perspetiva de aproximação aos cidadãos, de desburocratização e eficiência na afetação dos recursos públicos e da melhoria quantitativa e qualitativa dos serviços prestados.

Os órgãos representativos do Município de Braga compreendem uma assembleia eleita dotada de poderes deliberativos e um órgão executivo colegial perante ela responsável, designadamente:

– **Assembleia Municipal** - é o órgão

deliberativo do Município de Braga constituída por membros eleitos diretamente em número superior ao dos presidentes de junta de freguesia, que a integram. (composto por 38 membros eleitos diretamente e 37 presidentes das Juntas de Freguesia, num total de 75 membros)

– **Câmara Municipal** - é o órgão executivo colegial do Município de Braga. (composto pelo Presidente da Câmara e 10 vereadores)

Ao nível político, a Câmara Municipal de Braga é governada por um executivo municipal atualmente constituído por um coletivo de onze representantes eleitos, liderado por um presidente. O executivo é atualmente composto por 7 representantes eleitos (incluindo o presidente) por uma coligação entre o Partido Social Democrata (PSD) e o CDS-Partido Popular (CDS-PP), aos quais foram atribuídos todos os pelouros, 3 do Partido Socialista (PS) e 1 da CDU-Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV).

Código Regulamentar

O Código Regulamentar do Município de Braga é um diploma que agrega os principais regulamentos com eficácia externa do

Município. Neste código, encontram-se reunidos, os principais regulamentos com eficácia com exclusão dos instrumentos de gestão territorial municipais.



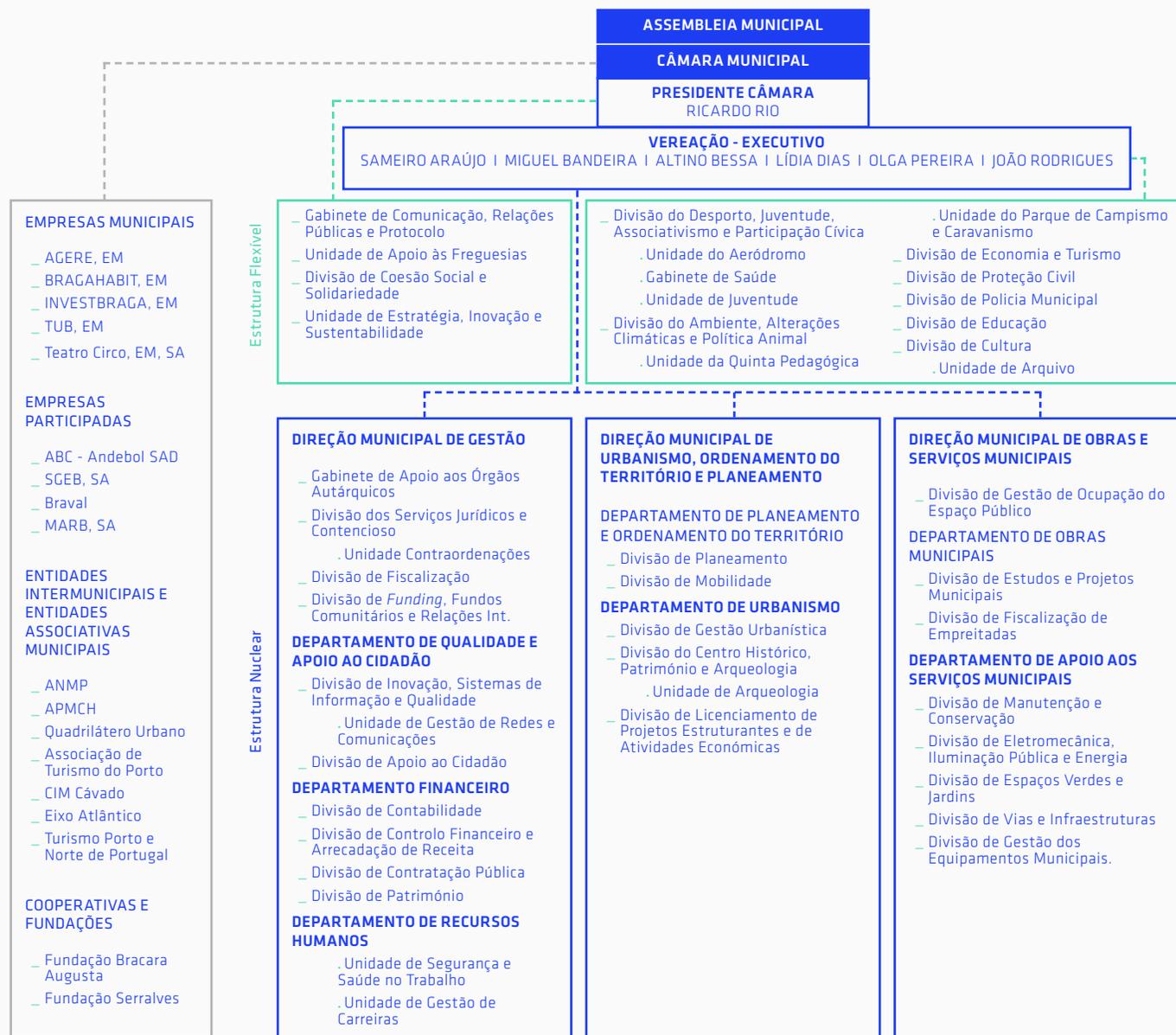
Estrutura Orgânica

O Município de Braga tem por base um modelo organizacional que parte da atualização da Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 16 de dezembro de 2019, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 2 de dezembro de 2019, elaborada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro. Este Decreto, estabelece o regime jurídico da organização dos serviços da Autarquia.

O quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos do Município constam da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e ainda da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com as posteriores alterações, nas partes não revogadas pela Lei n.º 75/2013.

A organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços municipais orientam-se pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação dos recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia da participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à atividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo.

A mais recente aprovação da Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga foi realizada em sessão da Assembleia Municipal de 16 de dezembro de 2019. Desta forma, compete ao presidente da câmara municipal a coordenação dos serviços municipais e também compete ao presidente da câmara municipal, ou ao vereador em quem for delegada a competência de gestão e direção dos recursos humanos, a afetação ou reafetação do pessoal do respetivo mapa.



ATUAR DE FORMA RESPONSÁVEL

TRANSPARÊNCIA E ÉTICA



Instrumentos de Gestão

Prestar contas, é o ato de tornar público, o conjunto de informações e documentos que tem por objetivo dar transparência as ações realizadas por determinada entidade. A prática de prestar contas está intrinsecamente presente na cultura do Município de Braga visto que a principal característica da organização compreende, entre outras atribuições e competências, o suprimento de necessidades coletivas, que num quadro de transparência, rigor e compromisso, reforça o entendimento que a missão subjacente justifica a vontade e o interesse em demonstrar como essa digna tarefa está a ser cumprida.

Neste sentido, o Município de Braga disponibiliza um conjunto de instrumentos de gestão onde é apresentada o estado de realização dos projetos, objetivos, metas mas sobretudo da atividade da organização, nomeadamente:

- _ Plano e Orçamento
- _ Relatório de Gestão e Contas
- _ Relatório de Gestão Consolidado
- _ Plano e Relatório de Atividades
- _ Plano e Relatório de Gestão de Riscos
- _ Relatório de Sustentabilidade
- _ Índice de Sustentabilidade Municipal
- _ Listagem de subvenções ou benefícios concedidos pelo Município

Política da Qualidade

A Política de Qualidade visa garantir a prossecução do interesse público e a Satisfação dos Municípes. Com o

desenvolvimento da Política da Qualidade, e no sentido de alcançar a excelência do desempenho, o Executivo estabelece os seguintes princípios orientadores:

_ Assegurar o estrito cumprimento das diretivas, regulamentos e decisões comunitárias, da legislação, dos regulamentos e decisões municipais e outros requisitos aplicáveis à Organização:

_ Implementar práticas de gestão de recursos humanos que conduzam à crescente adequação da atividade dos trabalhadores à prossecução dos objetivos estratégicos da autarquia;

_ Promover a contínua formação dos trabalhadores, visando o reforço das suas competências, incrementando a motivação, a proatividade e o sentimento de pertença;

_ Melhorar continuamente a eficácia do Sistema de Gestão, apostando na simplificação dos procedimentos, no recurso às tecnologias de informação e comunicação, bem como na modernização dos serviços prestados, em prol da participação e da transparência.

_ Assegurar que a gestão dos riscos e oportunidades é resultado do compromisso de todos os colaboradores na identificação, reporte e implementação de medidas e comportamentos de mitigação de riscos e um elemento central na tomada de decisão e na cultura da organização

_ Assegurar a vigilância e fiscalização do cumprimento das normas do Código Regulamentar do Município de Braga e demais legislação aplicável

_ Fomentar a interação com as partes interessadas, no sentido da melhoria contínua e da excelência dos serviços prestados, assegurando a sua satisfação e

levando em consideração as suas necessidades e expetativas.

A Política é revista a cada revisão pela Gestão, sendo revalidada a sua pertinência e adequação com os objetivos definidos para o SGQ.

Plano de Gestão de Riscos

O Plano de Gestão de Riscos da Câmara Municipal de Braga, em cumprimento da Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção e Corrupção (CPC), publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 140, de 22 de julho de 2009.

O Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, é parte integrante do Sistema de Gestão da Qualidade da Câmara Municipal de Braga, constituindo-se como o documento formal de gestão dos riscos inerentes ao seu funcionamento e tem como principal objetivo a identificação dos riscos e dos responsáveis pelo seu tratamento e assegurar uma gestão estruturada dos riscos da Câmara Municipal de Braga.

A Câmara Municipal de Braga optou por elaborar e implementar um Plano que integra, para além dos riscos de corrupção e infrações conexas, todos os riscos inerentes ao funcionamento organizacional, tomando em consideração além das imposições legais anteriormente referidas, o referencial NP EN ISO 9001 (2015) – Sistemas de Gestão da Qualidade: Requisitos, que apresenta como principal inovação a abordagem ou conceito de pensamento baseado em risco.

Provedor do Município

A criação da Provedoria do Cidadão assenta numa política de Inovação Social e Promoção da Cidadania.

A Câmara Municipal pretende promover e fomentar a participação de todos os bracarenses nos assuntos públicos, pelo que este é um canal privilegiado de interação entre cidadãos e Município.

O Provedor do Município zela pela defesa e promoção dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, assegurando, de modo informal, a justiça e a legalidade do exercício dos poderes públicos, designadamente através do apoio aos cidadãos no processo e resolução de reclamações.

Carlos Alberto Pereira, Provedor do Município, tem no seu Currículo uma vasta experiência de serviço à comunidade, nomeadamente, como Chefe Nacional do Corpo Nacional de Escutas e Diretor do conservatório de Música *Calouste Gulbenkian*.

O seu horário de atendimento é às terças e quintas das 9h30 às 11h30 (com marcação prévia pelo telefone 253 142 200) ou via mail em provedor@cm-braga.pt.

ABORDAGEM ESTRATÉGICA



COMO PLANEAMOS O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MODELO ESTRATÉGICO

A abordagem estratégica do Município de Braga parte da institucionalização dos princípios da sustentabilidade, integra esses princípios fundamentais na cultura organizacional, nas atividades quotidianas mas sobretudo em todos os atos de gestão.

Mas como nenhuma estratégia se faz sozinha, esta abordagem tem presente a relação com os munícipes, com os funcionários, os fornecedores do Município e todos aqueles que, direta ou indiretamente, são afetados pelas atividades da nossa organização, como partes interessadas do Município. Deste modo, a abordagem estratégica tem por base aplicação do conceito da “Inteligência Conectiva” de *Derrick Kerckhove* que descreve o potencial de crescimento de um indivíduo será aumentado se aproveitado o conhecimento e descobertas realizados por outros dentro de um sistema conectivo.

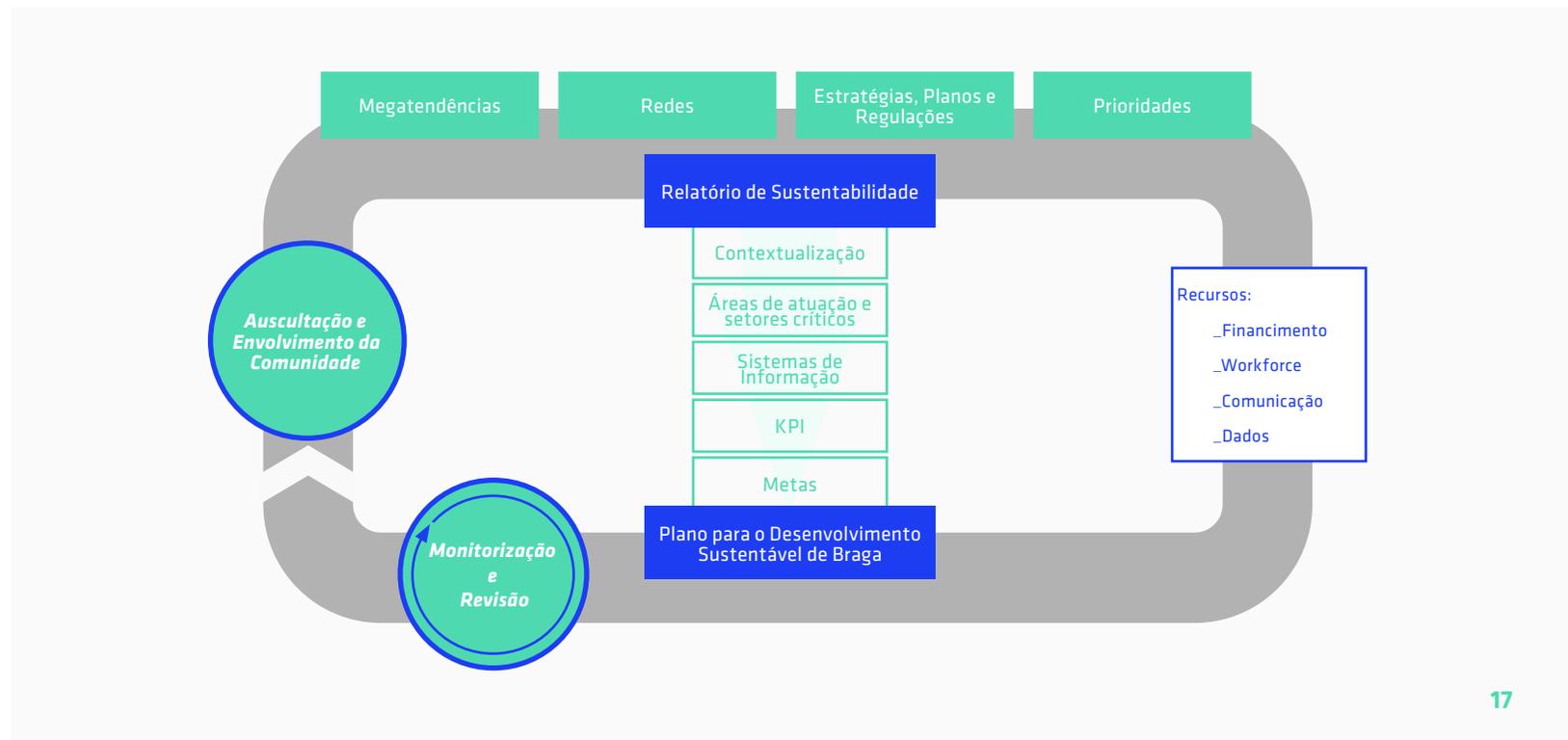
Metaforicamente, a cidade de Braga sempre teve este conceito como uma força motriz no seu desenvolvimento. Dos celtas aos romanos, dos polos católicos aos polos tecnológicos, do barroco às medias arts, a cidade de Braga foi e é destacada pelo cruzamento de experiências e saberes que a marca como uma cidade autêntica.

Foi esta autenticidade e foi esta marca identitária da cidade que tem por base o modelo estratégico. As tendências globais, nacionais e locais influenciam a forma como as cidades evoluem que por vezes traz consigo a perda da sua identidade. Desta forma, queremos garantir que a cidade atenda a estes desafios mas sem deixar de ser Braga e ao mesmo tempo garanta a transformação para o Desenvolvimento Sustentável.

O diagrama apresenta a resposta do Município de Braga e a estrutura de avaliação e reporte.

O Município de Braga e a Universidade do Minho estão a colaborar no sentido de encontrar, promover e implementar soluções concretas e inovadoras para a concretização do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável de Braga num compromisso assinado a 15 de janeiro de 2020.

A Universidade do Minho é reconhecida como uma das melhores universidades do país e do mundo no âmbito da sustentabilidade sendo uma entidade singular neste sentido pela sua capacidade de apresentar uma resposta eficaz aos riscos e desafios do planeta por via da investigação multidisciplinar que constitui.



FLUXOS URBANOS INSTÁVEIS

DINÂMICAS POPULACIONAIS

Segundo o novo relatório das Nações Unidas publicado em 2019, a população mundial deve atingir os 9,7 mil milhões de pessoas até 2050, um aumento de 20% em 30 anos.

Em 2017, 2,4 milhões de pessoas imigraram para a UE de países não pertencentes à UE. Por outro lado, os fluxos migratórios no Japão, nos Estados Unidos e na Europa Ocidental está a envelhecer de maneira desigual gerando incertezas e possíveis assimetrias populacionais. Estas dinâmicas irão gerar um maior impacto sobretudo em zonas urbanas principalmente pelo fluxo da migração rural-urbana.

Por outro lado, enquanto capitais europeias, tais como de Londres, Oslo, Paris e Estocolmo, têm populações crescentes, verifica-se o oposto em cidades menos centralizadas tais como na Alemanha (por exemplo, Chemnitz, Gera e Saarbrücken) ou na Itália (Génova e Veneza).

A pressão destes fluxos populacionais apresentam um dos principais riscos associados à resposta eficaz dos sistemas urbanos ao mesmo tempo que potencia o crescimento das mesmas. **De acordo com o C40 Cities Climate Leadership Group, que reúne mais de 90 das maiores cidades do mundo, menos de 500 cidades serão responsáveis por 60% do crescimento económico global e 50% do aumento nas emissões de gases de efeito estufa entre agora e 2030⁴.**

O crescimento das emissões de gases com efeitos estufa estará certamente relacionado com o aumento do consumo e infraestruturas de suporte. A *Global Footprint Network* uma organização internacional pioneira no cálculo da Pegada Ecológica estimou em 2019 que a humanidade terá esgotado os recursos naturais que o planeta é capaz de renovar.

Neste sentido, a urbanização acelerada, especialmente em cidades de médio e grande porte, apresenta um desafio considerável em termos de infraestrutura e meio ambiente. A necessidades de recursos ou as baixas taxas de circularidade de resíduos podem ser uma ameaça.

À medida que a população urbana cresce, também envelhece devido ao aumento da expectativa de vida e à queda das taxas de fertilidade. Esta situação representa uma grande mudança nas prioridades sociais e económicas. Questões relacionadas com a disponibilidade de habitacional, disponibilidade de serviços básicos, serviços adaptados às pessoas com mobilidade reduzida, manutenção de laços sociais, domínio de novas tecnologias, são de facto um desafio.

A falha de oferta deste serviços pode despoletar assimetrias sociais desencadeando aumento das taxas de crimes.

25%

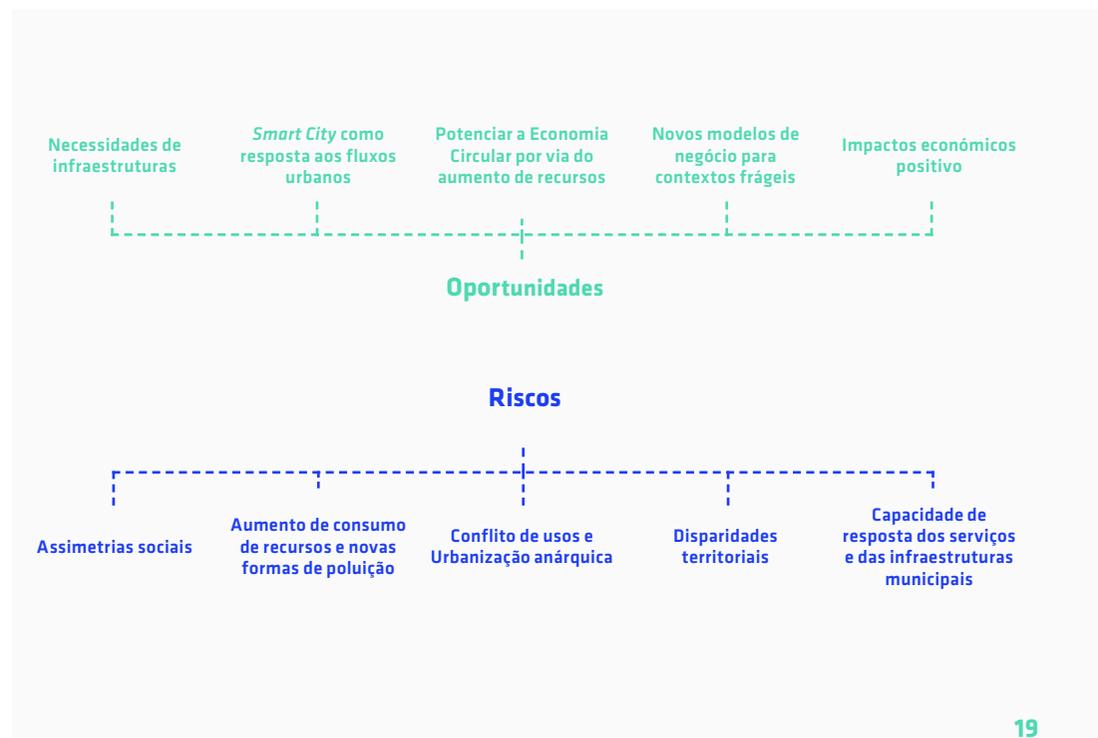
crescimento do consumo de energia mundial até 2040 sendo 70% consumido pelos EUA, China e Índia

Watts, J. 2019. "Climate and Economic Risks Threaten 2008-Style Systemic Collapse". The Guardian. 12 February 2019.

1,7 biliões

que irão mudar-se de áreas rurais para áreas urbanas nas próximas duas décadas

OECD/IEA (Organisation for Economic Co-operation and Development/International Energy Agency). 2018. World Energy Outlook 2018: Executive Summary.



DISRUPÇÃO TECNOLÓGICA CONSTANTE

DIGITALIZAÇÃO

20%

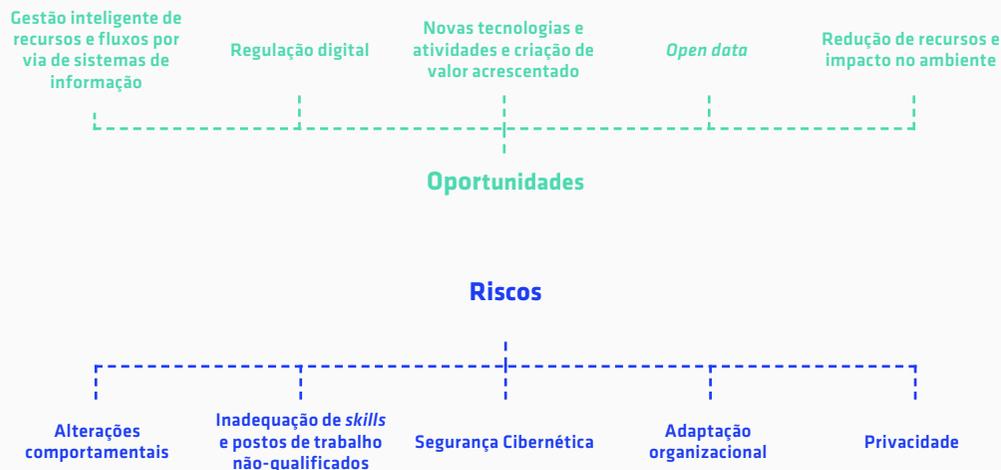
das PMEs na Europa são digitalizadas atualmente, em comparação com 58% das grandes empresas¹

85 milhões

empregos que vão ser automatizados nos próximos 5 anos²

¹Digital Transformation Powering: The Great Reset, WEF 2020

²Hong, S. and H. G. Shell. 2018. "The Impact of Automation on Inequality". Economic Synopses 29 (2018)



Novos sistemas de informação ajudam os decisores municipais a dar resposta a problemas complexos, alocar recursos com eficiência e planejar o futuro com mais certeza.

Seja pelo conceito de *smart-cities* ou outras soluções de controlo urbano, a tecnologia oferece muitas respostas promissoras. Este tipo de solução pode potenciar numa melhor análise de dados que resultará no aumentar a agilidade, mas também pode potenciar um menor consumo de recursos ou até uma melhor prevenção de riscos naturais.

No entanto, para implementar estes sistemas para o benefício de todos também pode resultar em grandes dilemas.

As autoridades governamentais e organizações privadas irão cada vez mais extrair e processar dados pessoais para o bem da saúde pública. Se realizado da forma certa, isso vai acelerar nossa aceitação para uma nova realidade com o benefício de melhor segurança e organização, mas sem privacidade.

Exige-se cada vez mais uma reação regulatória para combater este efeito sem perceber ainda o risco que este fator pode afetar a sociedade atual. Por exemplo, países como os Estados Unidos estão a começar a legislar sobre situações de transparência de algoritmos. Na cidade de Nova York foi implementada uma equipa para

verificar se os algoritmos usados pelos serviços públicos locais respeitam o princípio dos utilizadores do serviço.

Este impacto é ainda maior quando se prevê que o PIB da China poderá aumentar em 1,6 pontos até 2035 apenas com o impulso da inteligência artificial.

Por outro lado, existe uma preocupação crescente: as "lacunas digitais". Isto é, a capacidade e as limitações de um cidadão ou as organizações têm em usar tecnologias digitais. Por exemplo, a utilização da Internet varia muito de cidadão para cidadão. **A utilização da internet é de 87% da população em regiões desenvolvidas embora apenas 17% das regiões em desenvolvimento a usem. Este número é mais preocupante quando se verifica estas proporções dentro da mesma região.**

Com isto, a digitalização trouxe ainda outro paradigma: maior facilidade de comunicação mas sociedades cada vez mais desencontradas.

Apesar de potenciar alterações comportamentais na sociedade, a digitalização trouxe uma nova necessidade que transformou a internet num bem essencial como a água ou a energia. *Ecommerce*, entretenimento digital, *livestreams* e novas redes sociais são novas *utilities*. E a disponibilidade de serviço destas não pode falhar.

DIMINUIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Expectativa dos cidadãos

A expectativa da representatividade dos órgãos políticos está a influenciar as atitudes e o comportamento dos cidadãos. A revolta do movimento *Black-matter*, coletes amarelos na França ou até divisão no reino Unido motivada pelo *Brexit* apresentam alguns destes comportamentos à escala global. O desafio já não se coloca entre o espectro político esquerda vs direita mas entre os extremos e o centro político.

Esta polarização trouxe ainda outro desafio: as instituições da arquitetura pós-Segunda Guerra Mundial ficaram mais enfraquecidas nas últimas duas décadas. Embora tenha havido progresso no final de 2019 entre os Estados Unidos e a China em direção a um acordo comercial, os efeitos de ter transformado o comércio de um instrumento de cooperação em uma arma de rivalidade podem persistir aumentando a falta de regulação internacional.

Embora preocupante, permanecem lacunas no espaço internacional para que novos líderes as preencham com colaborações inovadoras. As potências médias ou regiões de alguma dimensão representam a primeira e a melhor esperança para reformar e reposicionar instituições internacionais decadentes.

No entanto, o desafio de regulação geopolítica não é um exclusivo neste tema. A fim de proteger a democracia da radicalização é

necessário adotar uma nova abordagem para resolver problemas como a desinformação e as mensagens de ódio em toda a linha sem limitar a liberdade de expressão.

No entanto, os cidadãos precisam de ter um papel mais ativo na definição das prioridades dos governos locais. A baixas taxas de participação em eleições são uma prova disso embora as últimas eleições europeias foi uma das mais participadas.

Por outro lado, reforçada pela crise Covid-19, a preocupação com a saúde e o bem-estar entre os cidadãos e consumidores é uma tendência clara nas sociedades de hoje.

Frequentemente acompanhada de novos modos de consumo e de comportamentos éticos e mais sustentáveis, esta preocupação alinha-se com a prioridade dada ao ambiente, nomeadamente entre as gerações mais jovens. Isso foi ilustrado pelas muitas manifestações de jovens e greves escolares por justiça ambiental e contra a inação climática em 2019.

Neste sentido, existe hoje um novo consumidor que quer ser tratados com respeito, mais do que qualquer coisa. Responsabilidade social e consciência ecológica estão cada vez mais nos critérios de decisão de compra. As organizações que falham no atendimento ao cliente correm o maior risco de perder mercado¹.

87%

dos eleitores nos EUA não acreditam nos *media* nem nas notícias distribuídas qualquer que seja a fonte¹

2 milhões

pessoas que participaram em **manifestações pelo clima em todo o mundo**¹

¹Global Web Index, Connecting the Dots 2021



UM PLANETA A PROTEGER

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

2/3

2010-2019

das emissões globais de gases com efeito estufa **têm origens em cidades**¹

década mais quente desde a revolução industrial²

¹C40 Cities - Global Solution Networks

²Climate Copernicus Europe's eyes on earth



Os últimos cinco anos foram, em média, os mais quentes já registados no planeta. **Apesar do esforço para o Acordo de Paris, no âmbito do qual Portugal se comprometeu a contribuir para limitar o aumento da temperatura média global do planeta a 2.º C e a fazer esforços para que esta não ultrapasse os 1,5º C as observações científicas mostram que as medidas adotadas não serão suficientes para limitar o aquecimento global.**

Os eventos climáticos extremos, como ondas de calor, estão a tornar-se mais intensos e mais frequentes. Segundo o *Carbon Disclosure Project* 2019, Braga é uma das cidades europeias que mais sofrerão estes impactos.

Um novo relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas identifica outro risco: o aumento dos níveis de dióxido de carbono está a reduzindo o valor nutricional de alimentos básicos, como arroz e o trigo.

E é por via do capital natural e pela biodiversidade que o sistema alimentar mundial se sustenta. A contínua perda de diversidade em plantas e animais domesticados está a minar a resiliência dos sistemas naturais contra pragas, patógenos e outros vetores perigosos para a saúde humana.

Sob pressão da sociedade, as organizações governamentais, órgãos reguladores e as autoridades em todo o mundo estão cada vez mais preocupadas com o estado do planeta. E, além de reforçarem os canais de regulamentação, reforçam também os instrumentos de investimento para garantir e melhorar as condições de vida das gerações futuras. O *Green Deal* da Comissão Europeia é um exemplo.

Por outro lado, os consumidores estão diferentes. Pouco mais de 40% dos consumidores afirmam que o surto terá um impacto negativo sobre o meio ambiente, seja de curto ou longo prazo.

O aumento do desperdício devido ao COVID-19 rapidamente se tornou uma das maiores preocupações dos consumidores, ao lado da poluição do ar, mostrando o quanto as questões ambientais associadas ao COVID-19 estão a começar a afetar as suas decisões.

As empresas também estão a dar mais atenção a questões relacionadas com a sustentabilidade ambiental e à ética nas suas cadeias de valor. Algumas empresas na China estão a avançar no combate ao crescente problema do lixo. *Meituan Dianping*, a plataforma de comércio eletrónico líder da China para serviços, está a intensificar os esforços para construir uma cadeia de suprimentos verde para embalagens.

CONTRIBUIR PARA A AGENDA GLOBAL

ALINHAMENTO DAS POLÍTICAS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável 2030 das Nações Unidas

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam as prioridades globais para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas. Definem as prioridades e aspirações globais para 2030 e requerem uma ação à escala mundial da sociedade civil para erradicar a pobreza e criar uma vida com dignidade e oportunidades para todos dentro dos limites do planeta. Para o Município de Braga, os ODS constituem uma oportunidade para criar e implementar soluções e tecnologias que resolvam os maiores desafios globais, ajudando a interligar as estratégias locais com as prioridades globais. Abrangendo um vasto espectro de tópicos o executivo tem utilizado os ODS para moldar, orientar e relatar as suas atividades mas também a medir o seu desempenho com base num conjunto de benefícios.

Desta forma, a cidade de Braga apresenta anualmente o Índice de Sustentabilidade Municipal realizado pelo Centro de Estudos e Sondagens da Universidade Católica Portuguesa tendo cumprido 69,1% dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável em 2019.

Acordo de Paris

O Acordo de Paris visa alcançar a descarbonização das economias mundiais e estabelece como um dos seus objetivos de longo prazo para limitar o aumento da temperatura média global a níveis bem abaixo dos 2°C acima dos níveis pré-industriais e prosseguir esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C.

Em 2016, a 21 de setembro 60 países haviam já ratificado o Acordo, superando assim um dos dois critérios e no dia 5 de outubro, menos de um ano depois da adoção do Acordo de Paris, a ratificação da União Europeia e alguns dos seus Estados Membros, incluindo Portugal, permitiu alcançar o limiar estabelecido para a entrada em vigor do Acordo de Paris com a superação do segundo critério.

O Acordo de Paris representa para o Município de Braga uma mudança de paradigma na implementação da Convenção Quadro para as Alterações Climáticas, com o reconhecimento explícito de que apenas com o contributo de todos é possível vencer o desafio das alterações climáticas.

Este Acordo renova a esperança no multilateralismo e aponta para a necessidade de uma profunda descarbonização profunda da economia mundial mas que só com uma forte ambição ao nível da administração local se poderá obter o efeito desejado.

Green Deal - União Europeia

As alterações climáticas e a degradação do ambiente representam uma ameaça existencial para a Europa e o resto do mundo. Para superar estes desafios, a Europa necessita de uma nova estratégia de crescimento que transforme a União numa economia moderna, eficiente no aproveitamento dos recursos e competitiva, em que:

- _ já não existam emissões líquidas de gases com efeito de estufa em 2050;
- _ o crescimento económico seja dissociado da exploração dos recursos;

_ e ninguém, nem nenhuma região seja deixado para trás.

O *Green Deal* é o roteiro para tornar a economia da União Europeia sustentável com o objetivo de transformar os desafios climáticos e ambientais em oportunidades em todos os domínios de intervenção e tornando a transição justa e inclusiva para todos.

O pacto descreve os investimentos necessários e os instrumentos de financiamento disponíveis e explica como assegurar uma transição justa e inclusiva em 9 domínios de intervenção.

100 cidades com impacto neutro no clima até 2030

O objetivo desta iniciativa da Comissão Europeia consiste em apoiar, promover e demonstrar, por via de 100 cidades europeias, a transformação sistémica em direção à neutralidade carbónica até 2030. Pretende-se transformar este conjunto de cidades em centros de experimentação e inovação inspirando as restantes cidades europeias lidando assim o Acordo Verde Europeu e os esforços da Europa para se tornar neutra para o clima até 2050.

Como tal, para atingir este objetivo, existe a necessidade de mudança em regulamentos, diferentes abordagens e implementação de novos instrumentos de gestão e informação com base num compromisso conjunto entre cidadãos, governos locais, governos centrais e regionais e instituições europeias .

Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050

Portugal comprometeu-se internacionalmente com o objetivo de redução das suas emissões de gases com efeito de estufa por forma a que o balanço entre as emissões e as remoções da atmosfera (ex., pela floresta) seja nulo em 2050. A este objetivo deu-se o nome de “neutralidade carbónica”.

O objetivo principal do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 é a identificação e análise das implicações associadas a trajetórias alternativas, tecnicamente exequíveis, economicamente viáveis e socialmente aceites, e que permitam alcançar o objetivo de neutralidade carbónica da economia Portuguesa em 2050.

A descarbonização profunda da economia exige, para além de competências analíticas e ferramentas adequadas, o envolvimento alargado e a colaboração de todos os atores, com vista à análise e discussão das opções e estratégias de mitigação, e à definição de trajetórias de baixo carbono para a economia nacional.

O roteiro apresenta trajetórias alternativas até 2050 para quatro componentes sectoriais responsáveis pelas emissões de gases com efeito estufa e pelo sequestro de carbono com suporte em três componentes transversais:

- _ energia
- _ transportes
- _ resíduos
- _ agricultura, florestas e uso do solo
- _ cenários socioeconómicos
- _ economia circular
- _ envolvimento da sociedade

CRIAR RELAÇÕES DE CONFIANÇA

REDES

17 PARCERIAS PARA
A IMPLEMENTAÇÃO
DOS OBJETIVOS



EUROCITIES 2019
PRAHA, PRAGUE

HOW DO **EUROCITIES FORUMS** CONTRIBUTE TO OUR IMPACT?

ENVIRONMENT

Mathias De Clercq, mayor, Ghent

CULTURE

Jaana Jalonen, councillor, Espoo

KNOWLEDGE SOCIETY

Mathias De Clercq, mayor, Ghent

ICLEI - Local Governments for Sustainability

O ICLEI - Local Governments for Sustainability (ou simplesmente ICLEI) é uma organização internacional de governos locais e regionais que se comprometeram com o desenvolvimento sustentável.

Hoje, mais de 1.750 cidades, condados e associações em 84 países constituem a rede da ICLEI. Esta rede fornece também consultoria técnica, formação e serviços de informação para capacitar, partilhar conhecimento e apoiar os governos locais na implementação do desenvolvimento sustentável ao nível local. A premissa básica da ICLEI é que as iniciativas concebidas localmente podem potenciar uma maneira eficaz e económica de atingir os objetivos de sustentabilidade locais, nacionais e globais.

Em 2019, o Município de Braga deu entrada ao processo de adesão a esta rede.

EuroCities

A Eurocities é uma rede de grandes cidades europeias. Os membros são governos locais e municipais eleitos das principais cidades e foi fundada em 1986 por seis cidades: Barcelona, Birmingham, Frankfurt, Lyon, Milão e Roterdão. Atualmente, a Eurocities reúne os governos locais de 139 das maiores cidades da Europa e 40 cidades parceiras, que entre eles governam mais de 130 milhões de cidadãos em 40 países.

Esta rede integra seis fóruns temáticos, um leque amplo de grupos de trabalho, projetos, atividades e eventos e oferece aos seus membros uma plataforma de partilha de conhecimentos e troca de ideias.

Funciona ainda como membro fundamental junto das instituições europeias na defesa dos interesses das grandes cidades e partilha posições de destaque em diversos projetos financiados pela União Europeia para as cidades. A Eurocities é também uma plataforma que serve como rede de partilha de parceiros para diversos projetos com financiamento de fundos europeus.

Green City Accord - EU

O *Green City Accord* é um movimento de autarcas europeus empenhados em tornar as suas cidades mais limpas e saudáveis. Tem como objetivo melhorar a qualidade de vida de todos os europeus e acelerar a implementação das leis ambientais pertinentes da UE. Ao assinar o Acordo, o Município de Braga comprometeu-se a abordar cinco áreas de gestão ambiental: ar, água, natureza e biodiversidade, economia circular e resíduos e ruído. Em cada uma dessas áreas, os signatários se comprometem a: estabelecer níveis básicos e definir metas ambiciosas que vão além dos requisitos mínimos estabelecidos pelas leis da UE dentro de dois anos após a assinatura; implementar políticas e programas de forma integrada, para atingir suas metas até 2030; e publicar relatórios sobre implementação e progresso a cada três anos.

Pacto dos Autarcas para o clima e energia

Organizado pelo EUROCITIES, no âmbito do compromisso “Pacto de autarcas para o clima e energia”, o Programa “Mayor’s Adapt - City Twinning” é considerado como a “mais importante iniciativa urbana global ao nível do

clima e da energia”.

A adesão de Braga a este programa, tem permitido à cidade de Braga partilhar experiências e aumentar os seus conhecimentos relativamente à adaptação à mudança climática.

Sustainable Cities Platform

A Sustainable Cities Platform foi lançada em 2016, na sequência da 8.ª Conferência Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis no País Basco. Apoiado pela cidade de Aalborg, Dinamarca; o País Basco e a ICLEI Europa, centra-se na aceitação da Declaração Basca, que é o principal resultado da 8ª Conferência Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis.

A versão anterior e inicial da Plataforma Europeia de Cidades Sustentáveis foi o principal resultado da 7ª Conferência Europeia de Cidades e Cidades Sustentáveis em Genebra, Suíça, em abril de 2013. Um centro de informações para governos locais, a plataforma foi considerada o próximo passo após o Europeu Campanha Cidades e Cidades Sustentáveis, que foi iniciada pela Carta Aalborg em 1994 para apoiar cidades de toda a Europa a se tornarem mais sustentáveis. Em 2019, o Município de Braga assinou a Declaração afirmando a sua entrada nesta rede.

Urbact

Por mais de 15 anos, o programa URBACT tem sido o programa de Cooperação Territorial Europeia com o objetivo de promover o desenvolvimento urbano integrado sustentável em cidades de toda a Europa. É um instrumento da Política de Coesão, cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, pelos 28

Estados-Membros, pela Noruega e pela Suíça.

A missão do URBACT é permitir que as cidades trabalhem juntas e desenvolvam soluções integradas para desafios urbanos comuns, por meio de redes, aprendendo com as experiências uns dos outros, tirando lições e identificando boas práticas para melhorar as políticas urbanas

Eixo Atlântico

O Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular constitui uma Associação transfronteiriça de Municípios, de direito privado, sem fins lucrativos que configuram o sistema urbano da euro-região Galiza-Norte de Portugal. Esta associação baseou-se no Convénio-Marco sobre cooperação transfronteiriça entre comunidades ou autoridades territoriais de 1990. Neste momento é presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio.

Adapt. Local - Rede de Municípios para a adaptação às alterações climáticas

Criada em dezembro de 2016, na sequência do projeto ClimAdaPT.Local, a adapt.local - Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas, constitui uma parceria liderada por municípios, mas que envolve também instituições de ensino superior, centros de investigação, organizações não-governamentais e empresas, com a finalidade de dinamizar a adaptação local às Alterações Climáticas em Portugal.

O Município de Braga é membro efetivo desta rede onde assume um processo contínuo de elaboração de Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas.

INTEGRAR A COMUNIDADE NO PROCESSO DE DECISÃO

ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS



Processo de Envolvimento as Partes Interessadas

O Município de Braga reconhece que o envolvimento com a comunidade é uma parte importante do processo democrático. O envolvimento da comunidade permite que o Executivo tenha a certeza de que todas as suas ações estão a ir ao encontro das expectativas, juntamente com os requisitos técnicos, estudos e quaisquer outras considerações políticas.

As práticas de envolvimento ajudam a identificar e entender os interesses, os riscos e as interdependências. Este tipo de abordagem proporciona oportunidades de aprendizagem, maior proximidade e confiança, redução do risco de conflitos e tomadas de decisão informadas, mas sobretudo atender às expectativas dos cidadãos. Desta forma, entende-se por:

– **Envolvimento da comunidade** -

qualquer processo planeado que envolva a comunidade na solução de problemas, planeamento ou tomada de decisão e usa a contribuição da comunidade para a tomada de decisão. Este tipo de processos podem incluir a comunicação sobre as decisões tomadas; consultoria em ideias ou propostas específicas; envolver a comunidade nos processos de planeamento; e a respectiva colaboração.

– **Partes interessadas** - Pessoa ou organização que pode afetar, ser afetada ou perceber que é afetada por uma decisão ou atividade, produto e serviço e desempenho do Município.

O Município desenvolveu um processo de envolvimento às partes interessadas em 2019 que passa por 4 fases. O resultado deste envolvimento apoia a identificação de tópicos de sustentabilidade relevantes, refletidos na matriz de envolvimento.

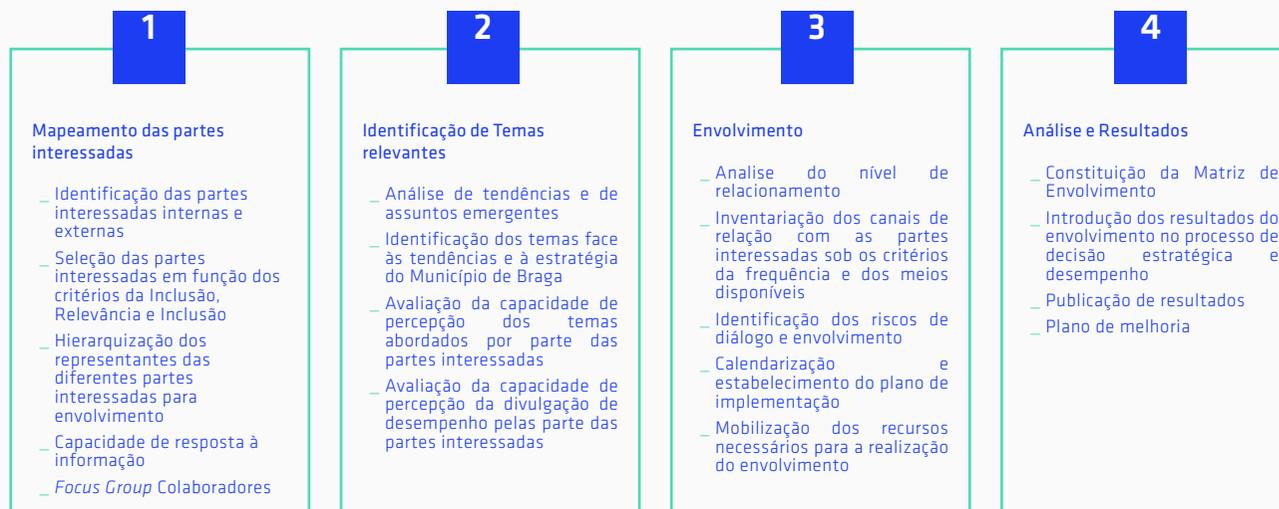
O processo de envolvimento das partes interessadas é um processo dinâmico, sendo verificado a sua adequabilidade quando ocorrem alterações ao contexto e/ ou revisão da estratégia do Município de Braga. Para a classificação da relevância das partes interessadas, são considerados os seguintes critérios:

– **Inclusão** - consiste no nível de participação de uma parte interessada no desenvolvimento e na obtenção de uma resposta estratégica e responsável face ao Desenvolvimento Sustentável.

– **Relevância** - consiste no nível de partilha

que uma parte interessada tem para um determinado tema comum à organização e que influencia as decisões, as ações e o desempenho dessa organização.

– **Responsabilidade** - consiste no nível do impacto que as partes interessadas sofrem devido às decisões, às ações e ao desempenho de uma organização.





Avaliação dos cidadãos às políticas do Desenvolvimento Sustentável

Após o mapeamento das partes interessadas e da priorização aos temas relevantes, análise de *benchmarking*, ocorre a fase do envolvimento em que um representante de uma determinada parte interessada responde a um conjunto de questões realizadas através de entrevistas presenciais, entrevistas *online* ou do preenchimento de um questionário numa plataforma informática. O resultado do mapeamento das partes interessadas e da avaliação ao desempenho do Município face ao Desenvolvimento Sustentável apresenta um grau elevado de satisfação.

O processo de envolvimento serve assim de suporte à definição da estratégia de sustentabilidade do Município de Braga e já desenvolvida neste relatório. Foram recebidas 452 respostas, dos 22 grupos de partes interessadas envolvidos a partir dos vários canais de comunicação desde a entrevista, inquéritos presenciais e online.

4 - Muito Boa

Avaliação ao Município de Braga no âmbito do Desenvolvimento Sustentável

Grupos de Partes Interessadas	Avaliação	Grupos de Partes Interessadas	Avaliação
 Comunidade Geral	Satisfatória 2,71	 Grupos de Cidadãos	Muito Boa 4,00
 Tecido Empresarial	Muito Boa 3,54	 Redes	Muito Boa 3,50
 Empresas Municipais	Satisfatória 3,54	 Instituições religiosas	n/a -
 Associações e ONG	Satisfatória 3,40	 Imprensa	Muito Boa 4,00
 Entidades Governamentais	Muito Boa 4,00	 Entidades Europeias	n/a -
 Instituições de Educação	Satisfatória 3,00	 Entidades e Associações Culturais	Muito Boa 4,00
 Instituições de Ensino e Investigação	Satisfatória 3,00	 Colaboradores	Satisfatória 3,40
 Associações Desportivas e Clubes	Muito Boa 3,86	 Juntas de Freguesia	Muito Boa 3,80
 Instituições de Saúde	Muito Boa 4,00	 Instituições de Segurança e Proteção Civil	n/a -
 Fornecedores	Muito Boa 4,00		
 Instituições Sociais	Muito Boa 4,00		
 Entidades regionais	Excelente 4,50		

Graus de Avaliação	
Péssima	-1
Muito Má	-2
Satisfatória	-3
Muito Boa	-4
Excelente	-5
n/a	- não avaliou

Matriz de Envolvimento

Para desenvolver um entendimento sólido das questões mais relevantes entre as organizações e as suas partes interessadas, é necessário que exista um conjunto de instrumentos de análise eficaz que garanta o alinhamento dos interesses comuns dos mais diversos agentes. Neste sentido, a Matriz de Envolvimento surge como um instrumento central deste alinhamento. Este instrumento permite, por um lado, a indicação do melhor rumo a tomar por parte de uma organização, mas por outro lado, indica o que uma organização deve relatar e transmitir para a avaliação de desempenho num determinado tema pelas suas partes interessadas.

A Matriz de Envolvimento do Município de Braga espelha a representação gráfica dos temas de sustentabilidade mais relevantes da organização por via da perspectiva do Executivo e das suas Partes Interessadas.

Para definição da relevância dos temas, divide-se a Matriz por quadrantes sobrepostos. No primeiro quadrante localiza-se no zona onde os temas são considerados extremamente relevantes, no segundo quadrante encontra-se na zona onde os temas foram considerados como muito relevantes e o terceiro quadrante os temas considerados relevantes.

Destacam-se os seguintes pontos de análise à Matriz do Município de Braga:

- _ Alinhamento perfeito entre as prioridades do Executivo e das Partes Interessadas;
- _ Não existem discrepâncias significativas relativamente à relevância atribuída na generalidade dos temas;
- _ Mobilidade, Gestão de Resíduos, Gestão da Água e Energia são os temas considerados mais relevantes.



ESTIMULAR UM FUTURO PARTICIPADO

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para alcançar soluções sustentáveis de longo prazo é necessário desenvolver uma ação conjunta entre as principais partes interessadas da cidade bem como de todos os cidadãos. Isto requer envolvimento público, acadêmico, político e empresarial eficaz para garantir a tradução dos resultados científicos em soluções de longo prazo.

Deste modo, ter por base uma abordagem holística permite uma melhor compreensão das complexidades das barreiras sociais, tecnológicas e comportamentais que sejam facilitadores para uma mudança efetiva em direção a uma cidade de Braga mais sustentável.

No entanto, é improvável que as soluções de tecnologia resolvam, sozinhas, os persistentes problemas ambientais e sociais que a região irá enfrentar. Os desafios de traduzir a ciência emergente da sustentabilidade e bem-estar do território bracarense em políticas eficazes são complexos. Enfatizar uma única política sectorial, como da energia, da construção ou até do consumo, pode ter consequências indesejadas. Além disto, é necessária uma compreensão local dos impactos e oportunidades potenciais para a melhoria do bem-estar dos cidadãos que leve em consideração o contexto social e cultural de Braga para o desenvolvimento de soluções eficazes.

O radar para o Desenvolvimento Sustentável apresenta, graficamente, o rumo que o Município de Braga está a adotar com base numa abordagem *multistakeholder*, na sua relação entre os temas e as prioridades das suas partes interessadas, face aos desafios globais a que o território se encontra dentro de um sistema interconectado.

Este modelo apresenta um processo ajustado à realidade de cada tema da cidade dentro dos desafios que a esperam mas sobretudo dentro de uma estratégia municipal comum.

Nesse processo, os cidadãos têm diferentes funções como atores políticos numa estrutura de governança da estratégia global, mas também de utilizadores, produtores, consumidores e proprietários desses mesmos serviços.

Desta forma, os cidadãos podem ter um enorme impacto na sustentabilidade municipal e ter um papel ativo na decisões municipais tanto por via da participação como da utilização.

Neste modelo, fica permitido ainda a identificação de áreas prioritárias e eventuais lacunas para dar cumprimento aos grandes referenciais que o Município de Braga está alinhado, como por exemplo as metas da Agenda 2030 das Nações Unidas os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, das políticas da

União Europeia, como por exemplo o *Green Deal* e pelas políticas nacionais.

Assim, quanto maior a relevância atribuída a cada um dos temas por parte do Município de Braga e por parte dos *stakeholders*, maior a dimensão gráfica do tema. Da mesma forma, quanto maior a linha do grau de relação entre o tema e os respectivos desafios maior impacto a esse desafio o temática sofrerá.

Assim, destacam-se os temas mais relevantes, nomeadamente a Mobilidade, a Gestão de Resíduos e Controlo da Poluição, a Gestão da Água e a Energia, no centro de todas das tendências globais que irão afetar o território de Braga.

Dinâmicas Demográficas

Expectativa dos Cidadãos

Legenda



Tendência



Extremamente Relevante



Muito Relevante



Relevante



Tendência com impacto elevado



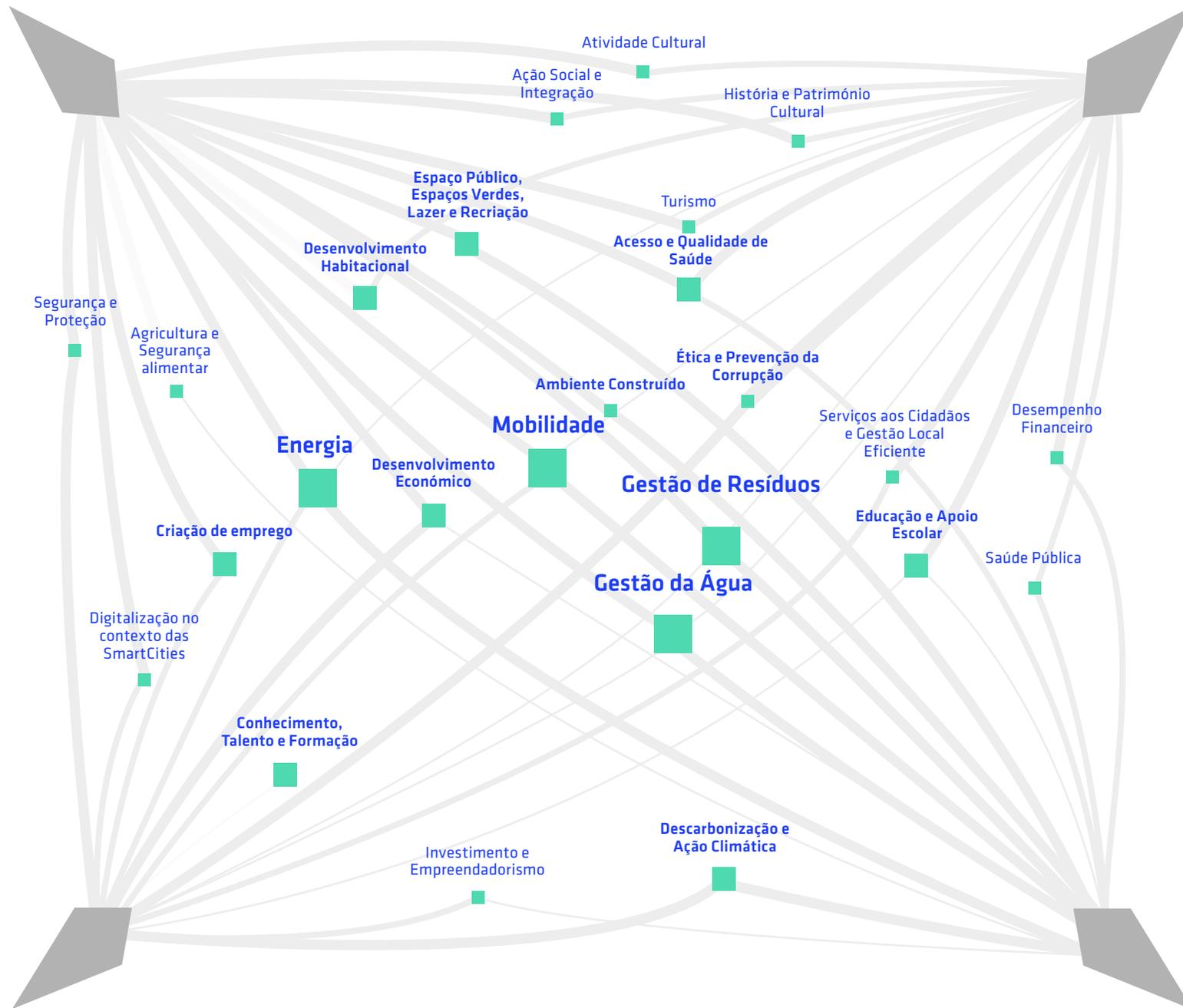
Tendência com impacto alto



Tendência com impacto

Digitalização

Emergência Climática



GESTÃO E DESEMPENHO MUNICIPAL



TUDO O QUE FAZEMOS TEM IMPACTO

CONSUMO DE RECURSOS

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS



12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS



Compras Ecológicas

Os serviços de aprovisionamento são uma das bases de suporte que mais potenciam a racionalização de recursos, por via da uniformização e contenção das aquisições de bens e serviços e a implementação de boas práticas de compras ecológicas. Neste sentido, o Município de Braga tem vindo a desenvolver e implementar um modelo de gestão centralizada de aprovisionamentos de bens móveis e serviços, com a concentração gradual da função compras numa única estrutura que presta este serviço às outras unidades orgânicas do Município.

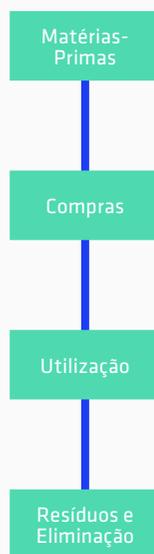
Previamente à necessidade de critérios para o consumo de bens e serviços ecológicos, existiu a necessidade de serem geradas poupanças efetivas, racionalizando os consumos através de uma maior eficiência das compras.

Durante os últimos anos foi desenvolvida a análise do processo de compras no Município de Braga com o estudo de várias categorias de bens e serviços e a definição de uma implementação faseada da centralização por categorias onde o potencial de poupança era maior. A categoria de Bens e Serviços, nomeadamente:

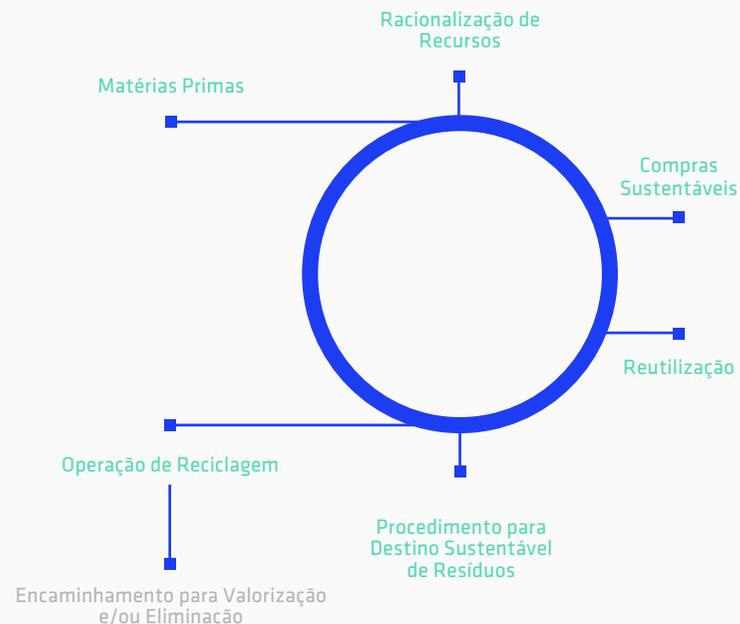
- _ 020101 - Matérias-primas e subsidiárias
- _ 020102 - Combustíveis e lubrificantes
- _ 020104/020202 - Limpeza e higiene
- _ 020108 - Material de escritório
- _ 020109 - Produtos químicos e farmacêuticos
- _ 020120 - Material de educação, cultura e recreio
- _ 020210 - Transportes
- _ 020217 - Publicidade.

O potencial de valor nas compras ecológicas correspondem a aproximadamente 2 milhões de euros, aproximadamente 2% do orçamento municipal. De destacar que existem rubricas com outro potencial para inclusão mas que ainda não incluídas neste processo.

Modelo Baseado no Conceito na Economia Linear



Modelo Baseado no Conceito na Economia Circular



Os procedimentos de aquisição de bens e serviços destas rubricas têm incluído critérios ecológicos não formais que garantem um desempenho ecológico satisfatório do Município. Dentro das categorias descritas existem dois materiais com maior fluxo de utilização, nomeadamente o papel, os tinteiros e a produtos de higiene e limpeza. Relativamente ao papel, são priorizados os critérios de:

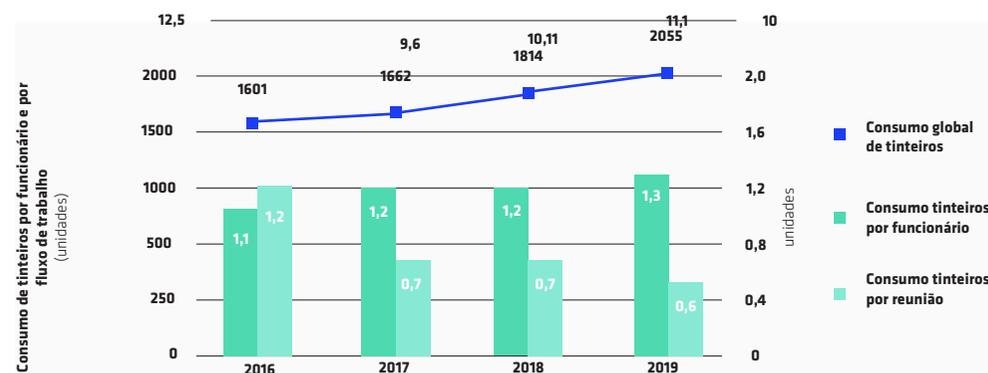
- _ Percentagem elevada de papel reciclado
- _ Totalmente livre de químicos nocivos para as pessoas e o meio ambiente
- _ Gramagens de alta qualidade mas de baixa gramagem

papel certificado com o FSC[®] (Forest Stewardship Council[®]) e o PEFC[®] (Programme for the Endorsement of Forest Certification schemes[®]), a ISO 9001 a ISO 14001, sendo também recomendado a OHSAS 18001. Relativamente aos tinteiros, é dado seguimento às entidades fornecedoras a responsabilidade de disponibilizar a recolha de embalagens e dos consumíveis já utilizados e proceder à remoção e tratamento dos mesmos (reutilização, reciclagem ou eliminação) de acordo com a legislação em vigor onde se valoriza a certificação da norma ISO 14001.

Relativamente aos produtos de limpeza os critérios priorizados têm em conta o Rótulo Ecológico e a análise do Ciclo de Vida do produto. Além destes critérios é ainda cumprido os requisitos legais quanto à toxicidade e verificado o impacto no meu ambiente. Nas duas figuras é possível observar o crescimento de materiais no Município de Braga. No entanto, uma análise mais profunda aos indicadores complementares demonstra que existe de facto uma redução efetiva. Em primeiro lugar, existiu um aumento de funcionários no Município ao longo do período

de análise e, em segundo lugar, percebe-se que também houve um fluxo de atividade de reuniões técnicas com os munícipes que potencia a impressão de folha de papel.

A redução unitária das materiais foi o resultado das dinâmicas de digitalização aos processos administrativos do Município nomeadamente o sistema de apoio à modernização da administração pública.



Relação com fornecedores

A Política de Compras do Município de Braga procura promover o alinhamento dos fornecedores e parceiros com os princípios e requisitos aplicados pela organização, através da definição de práticas de conduta que os fornecedores e os demais parceiros deverão observar no desenvolvimento das suas atividades.

Neste sentido, a política determina que a Empresa não estabeleça ou mantenha relacionamento com fornecedores que não estejam alinhados com os princípios estabelecidos e adota as medidas consideradas adequadas nos casos em que a conduta ética e profissional dos fornecedores seja questionável.

No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade implementado pelo Município de Braga os fornecedores passam por um conjunto de avaliações sujeitos no âmbito do procedimento de Qualificação e Avaliação de Fornecedores. A avaliação é efetuada trimestralmente pelas Unidades Orgânicas que requisitaram os serviços onde são avaliados os seguintes critérios:

- _ Prazo de entrega – cumprimento por parte do fornecedor dos prazos de entrega previstos nos pedidos de aquisição;
- _ Cumprimento das especificações – capacidade do fornecedor em cumprir as condições dos pedidos de aquisição ou das especificações dos produtos solicitados;
- _ Capacidade de resposta – capacidade do fornecedor solucionar problemas, qualidade da assistência técnica, a resposta atempada a imprevistos nas necessidades de aprovisionamento.
- _ Comunicação – capacidade do fornecedor

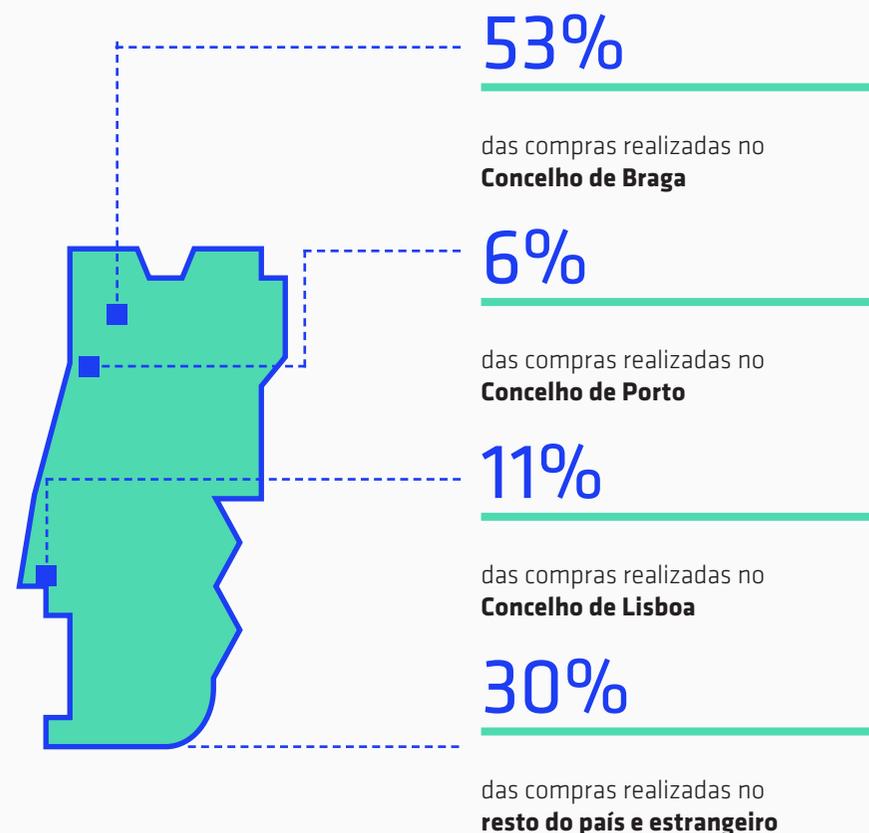
cumprir com os requisitos de comunicação, nomeadamente disponibilidade dos canais de comunicação, forma e tempo de comunicação (por parte do fornecedor) de situações anómalas, eficácia da comunicação;

_ SLA (*Service Level Agreement*) – aplicável especificamente aos fornecedores dos sistemas de informação, sendo que pode ser aplicável a outros fornecedores de serviço. Capacidade de compromisso do fornecedor relativamente aos níveis de qualidade que devem ser garantidos, às responsabilidades das partes e eventuais compensações quando os níveis de qualidade não forem atingidos. Os principais pontos do SLA são: o cumprimento dos resultados pretendidos; o tempo de execução da atividade a ser desenvolvida; tempo para a prestação do serviço / tempo de resposta;

_ Cumprimento da legislação – capacidade do fornecedor em cumprir com os requisitos legais e regulamentares associados ao produto e/ou prestação de serviço;

_ Equipamentos – aplicável especificamente aos fornecedores dos sistemas de informação, sendo que pode ser aplicável a outros fornecedores de serviço. Capacidade do fornecedor entregar equipamento de qualidade, que cumpre ou supere os objetivos pretendidos.

A lista de fornecedores qualificados é emitida anualmente e os fornecedores com índices de qualificação negativos serão contactados pela Divisão de Aprovisionamento, Contratação Pública e Gestão do Património do Município de Braga por forma a desencadear medidas junto dos fornecedores no sentido de estes melhorarem os seus serviços. Em 2019 foram contabilizados 1501 fornecedores.



Energia

Promover uma correta política de consumo de energia, transporte e distribuição de energia é uma das mais importantes atividades no apoio à operação do Município. Adicionalmente, estas operações têm que ser realizadas de forma a acompanhar as novas tendências e as novas tecnologias para no que diz respeito ao desenvolvimento Sustentável.

Para tal, foi desenvolvido em 2014, o Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética (PAES),... Neste plano, além do diagnóstico e o mapa energético do Município, foram definidas diversas medidas de sustentabilidade energética cuja implementação permitiu o cumprimento do compromisso assumido com a assinatura do Pacto de autarcas, nomeadamente a redução de pelo menos 20% das emissões do município até 2020.

De modo a assegurar a viabilidade da implementação das medidas propostas e o sucesso da implementação do plano de ação foram selecionadas tendo em conta as seguintes opções:

– **Iluminação eficiente em edifícios** - Foi criado um Plano de Iluminação Eficiente que contou com a participação de gestores de energia na área dos serviços, equipamentos públicos e agentes privados.

– **Gestão otimizada de iluminação pública** - A gestão de recursos energéticos melhorou com a substituição gradual dos balastos ineficientes por outros mais eficientes, designadamente balastos que permitiram uma melhor gestão do fluxo energético/luminoso nas Instalações Públicas. Por outro lado, a substituição de luminárias pouco eficientes por luminárias mais eficientes, melhoraram a relação qualidade/custo.

– **Auditorias energéticas, construção eficiente e certificação de edifícios** - foram realizadas auditorias nos edifícios para avaliação do grau de eficiência energética em que se encontra e identificar os potenciais de melhoria.

– **Sistemas abertos de gestão de energia** - Através da Agência de Energia da CIM Cávado deu-se uso a tecnologias de informação e comunicação como instrumentos de melhoria da eficiência energética e a redução de consumos em edifícios públicos e privados, iluminação pública e transportes, como o exemplo do Sistema de Informação Inteligente de Energia.

– **Equipamentos de escritório eficientes** - Promoveu-se a renovação gradual de equipamentos de escritório consumidores de energia, por outros mais eficientes por via da identificação de equipamentos de alto consumo e de critérios de compras não-formais.

– **Energia solar térmica** - Foi realizado a instalação de coletores solares térmicos em edifícios e investimentos em projetos de mini geração, nomeadamente a instalação de sistema de painéis fotovoltaicos no parque de estacionamento do Edifício do Pópulo - Unidade de produção de energia do parque estacionamento do Pópulo de 68kW, constituído por 270 módulos de painéis fotovoltaicos policristalinos (255Wp cada). Será implementado no Quartel dos Bombeiros uma Unidade de produção de 30kW. Para o sistema instalado do Pópulo foram produzidos 257500kWh desde 2015 até 2019, 51,5kWh/ano, medidos pelo sistema. Para o sistema previsto a implementar teremos cerca de 49,4MW/ano.

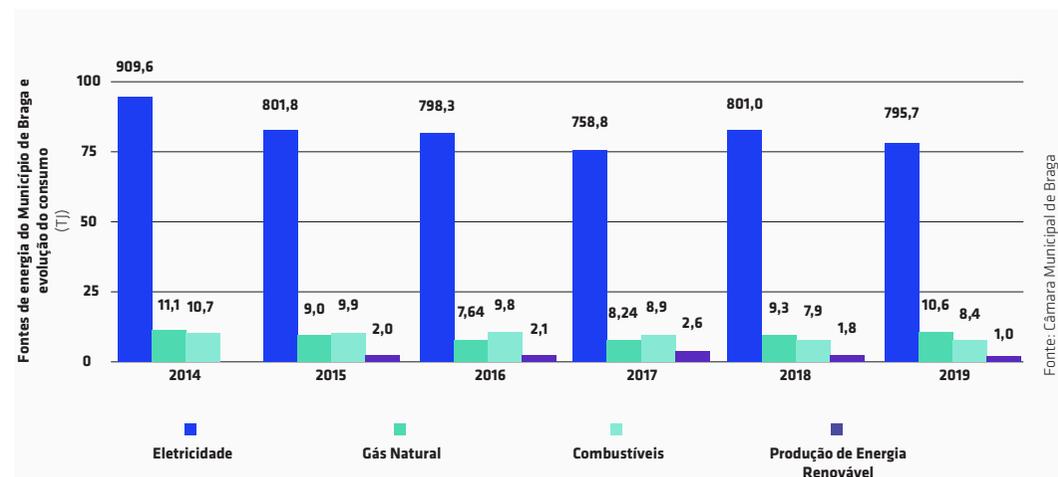
– **Veículos e frotas eficientes** - Incorporação de veículos eficientes através da renovação gradual da frota de viaturas no transporte terrestre.

– **Mobilidade elétrica** - Aquisição de veículos elétricos e criação de uma rede de abastecimento para os mesmos.

– **Sensibilização e educação para a sustentabilidade climática** - Foram realizadas um conjunto de ações para sensibilizar e educar a população para as práticas ambientais e energéticas. Através do projeto “A minha escola é eficiente “ criou-se estratégias de redução de consumos, eliminação de desperdícios e repercussão no ambiente doméstico levado pelas crianças e pessoal docente.

A maior fonte de energia do Município de Braga é a eletricidade, energia usada nas instalações de Iluminação Pública e Edifícios. A segunda maior fonte de energia do Município de Braga divide-se entre o Gás Natural e os Combustíveis Fósseis.

Através da mesma figura, é possível verificar o efeito da implementação das ações do PAES. **As ações de eficiência energética do PAES permitiram reduzir 13% do consumo global desde 2014.** Fazendo a mesma análise dividindo o consumo de energia por funcionário a redução de energia consumida é de 23%.



Fonte: Câmara Municipal de Braga

Consumo de Água

As operações do Município de Braga usam água de muitas maneiras diferentes, desde os bebedouros distribuídos por todo o Município com baixo impacto até aos jardins que dependem mais da água. Usar a água com responsabilidade requer abordagens diferentes para contextos diferentes. E por ser um recurso compartilhado por muitos, os esforços vão além das necessidades básicas e vão até a percepção do impacto que um consumo exagerado pode ter na comunidade.

A primeira etapa num uso responsável de um recurso deste gênero é entender como é realizada a sua utilização. Não sendo um o concelho de Braga um território onde exista uma escassez de água doce assinalável não significa que a urgência dos nossos esforços para usar esse recurso com mais eficiência seja posto em causa.

Neste ponto, foram examinados todos os pontos de uso de água em cada um dos seus contextos e identificado a pegada hídrica local para o impacto na região, com base numa medição rigorosa através de padrões de utilização. Em 2019 foram contabilizados 311 pontos de utilização de água.

Em 2019 foram contabilizados um consumo de 252 mil metros cúbicos de água. Por exemplo, A utilização de água divide-se pelas seguintes instalações ou atividades:

- _ Escolas
- _ Jardins de Infância
- _ Jardins e/ou espaços lazer
- _ Edifícios Municipais
- _ Bombeiros
- _ Atividades Desportivas

- _ Bebedouros
- _ Espaços verdes
- _ Outros

A utilização, ou a necessidade hídrica, depende de diversos factores. Um deles está relacionado com o número de utilizadores das instalações do Município de Braga que tem aumentado nos últimos anos. Mas existem outras variáveis que potenciam essas necessidades.

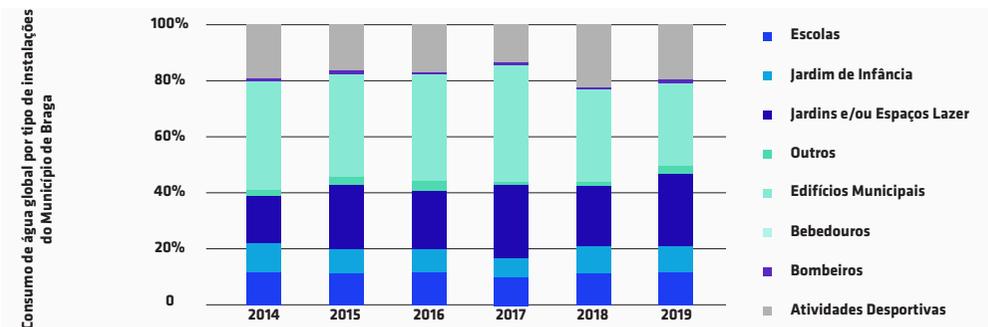
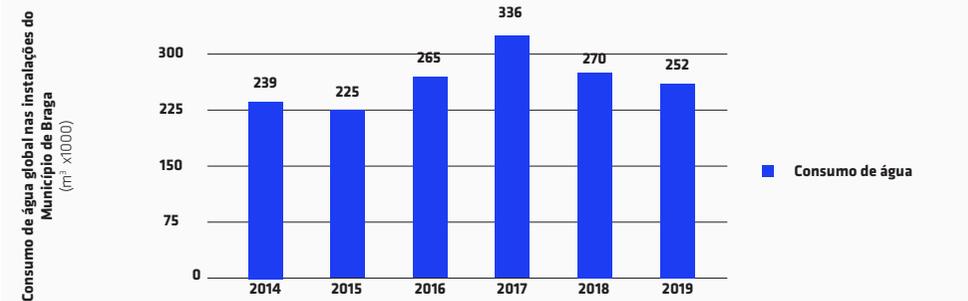
Uma das variáveis mais representativas está relacionada com os fatores meteorológicos da região. O aumento da temperatura ou a redução de precipitação tem um efeito correlacionado com as solicitações de recursos hídricos. Em 2017 foi registado um valor relativamente alto com um consumo global de 336 milhares de metros cúbicos. Este aumento de consumo anormal está relacionado com o efeito meteorológico registado neste ano sendo um dos mais quentes dos últimos anos. Isto fez aumentar, principalmente, os consumos associados à rega de jardins e espaços de lazer.

Estas situações representam um desafio contínuo que o Município tem o compromisso de enfrentar. A estratégia para melhorar a utilização da água nas operações e instalações consiste nas seguintes ações :

- _ Usar água de forma eficiente para reduzir o consumo geral.
- _ Expansão do uso de fontes alternativas de água.
- _ Descarregando água de forma responsável.

Relativamente a este último ponto foram efetuadas 6 autorizações pela Agência Portuguesa do Ambiente para utilização de Recursos Hídricos originados por construção

pele Município de Braga em 2019.



PREPARAR A NEUTRALIDADE CARBÔNICA

IMPACTO NO AMBIENTE

12 PRODUÇÃO
E CONSUMO
SUSTENTÁVEIS



13 AÇÃO
CLIMÁTICA



A caminho das zero emissões

Compreender a pegada de carbono é essencial para tomar medidas e eliminar com eficácia todas as fontes de emissão de Gases com Efeito de Estufa.

É por isso que o Município de Braga criou o primeiro inventário operacional de Gases com Efeito de Estufa. Este inventário irá demonstrar a cada ano os resultados para ajustar o roteiro de emissões até alcançar a neutralidade em carbono em 2050. No entanto, perspectiva-se a progressão das emissões até 2030 e do compromisso assumido do Pacto dos Autarcas para 2030 implica nomeadamente uma redução de pelos menos 40% das emissões de gases com efeito estufa face a 2014.

Para a criação do inventário de emissões de gases com Efeito estufa, o Município de Braga fez-se usar das melhores práticas internacionais e adotou as diretrizes da *GHG Protocol Corporate Accounting and Reporting Standard*. Criada pela *World Resources Institute* esta é uma das diretrizes mais usadas ao nível corporativo global.

A metodologia de cálculo determina 3 âmbitos de emissão:

Scope 1 - Emissões de Gases com Efeito de Estufa diretas, resultantes da queima de combustível de fontes que o Município possui ou opera - como veículos ou gás natural para aquecimento.

Scope 2 - Emissões de Gases com Efeito de Estufa indiretas, referente às resultantes do uso de eletricidade. A energia renovável gera emissões mínimas de Scope 2, enquanto a queima de carvão, óleo ou gás natural para produzir eletricidade liberta dióxido de carbono e

outros gases de efeito estufa na atmosfera.

Scope 3 - Outras Emissões de Gases com Efeito de Estufa indiretas, consiste numa categoria de inventário opcional que são uma consequência das atividades da organização, mas ocorrem de fontes não pertencentes da organização.

A redução verificada nas emissões de Gases com Efeito Estufa deve-se à ações no âmbito do PAES. Contudo, neste caso, não se trata apenas da redução mas de emissões evitadas caso o PAES não tivesse sido implementado em 2014.

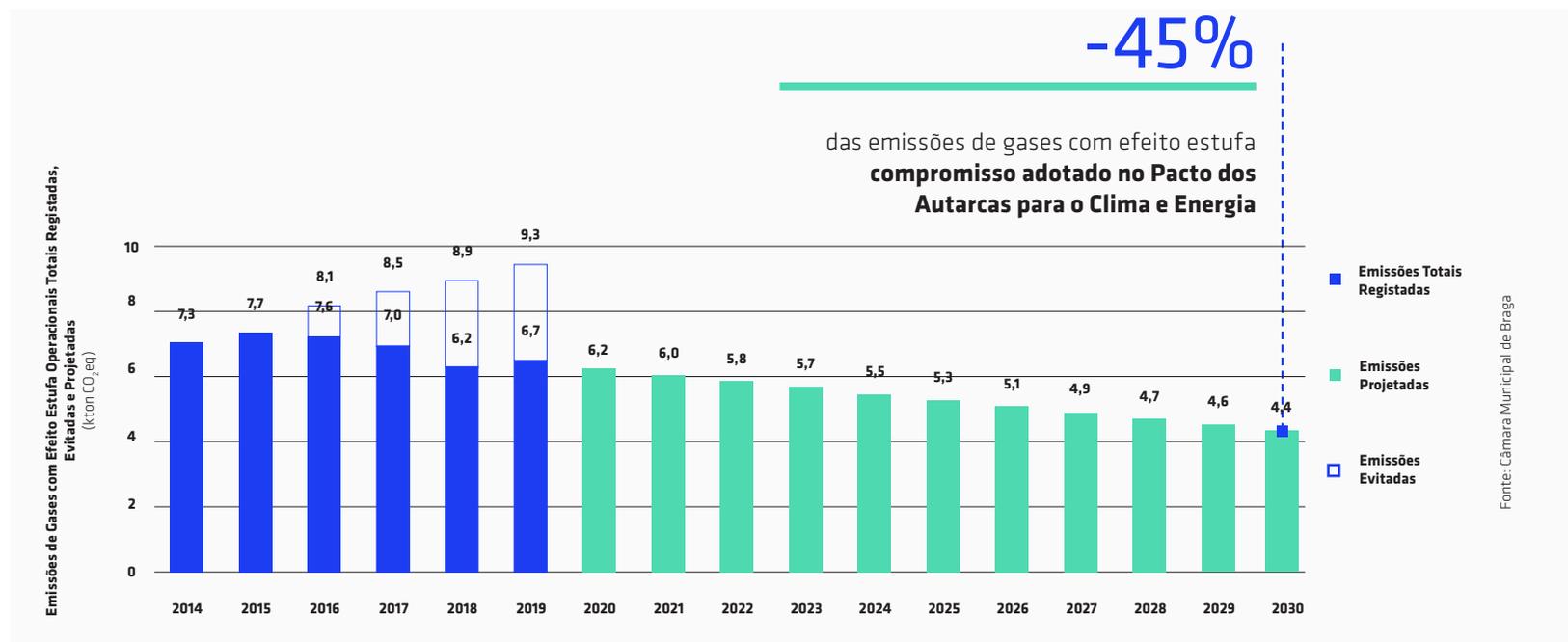
A implementação do PAES permitiu evitar um crescimento de emissões anuais na ordem dos 500 toneladas de Gases com Efeito Estufa no Município de Braga. Em 2019, foram evitadas 2550 toneladas de Gases com Efeito Estufa segundo o *business as usual* de 2014. O valor evitado corresponde a uma redução de

1/4 dos Gases globais que o Município registava.

Espera-se que esta redução seja sistemática ao longo dos anos até atingir a neutralidade carbónica em 2030.



Fonte: Câmara Municipal de Braga



Fonte: Câmara Municipal de Braga

Gestão de Resíduos Operacionais

A adoção de procedimentos com base numa gestão responsável dos resíduos produzidos nas instalações do Município de Braga parte de base do regime geral da gestão de resíduos cumprindo todos os requisitos de prevenção da poluição e ambientais. No entanto, a política interna de gestão de resíduos do Município vai mais longe. O conceito da Economia Circular está a ser colocado em todos os processos organizacionais atribuindo um novo valor aos produtos e materiais usados.

O Município de Braga para uma Gestão de Resíduos Sustentável passa desde o conceito da gestão na Economia Linear para o Conceito na Economia Circular consistindo num processo de 4 etapas, nomeadamente:

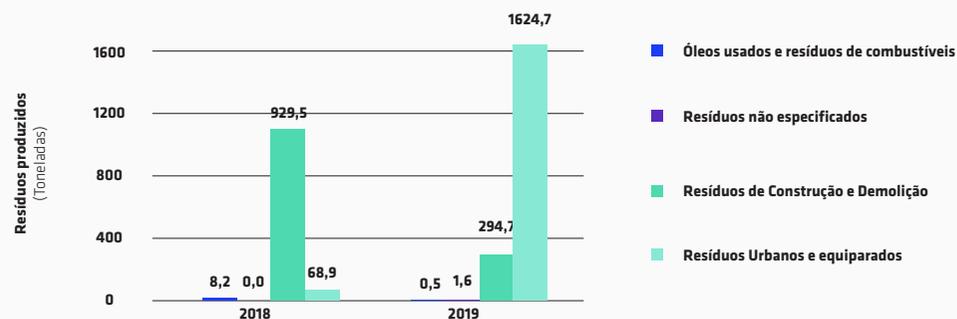
- _ Racionalização de Recursos
- _ Compras Sustentáveis
- _ Possibilidade de Reutilização
- _ Procedimento para Recolha Sustentável de Resíduos

Este modelo termina com a garantia que os resíduos do Município são enviados para a reciclagem e valorização. A eliminação será realizada quando nenhuma destas etapas pode ser cumprida. Após as primeiras etapas, essenciais para um modelo baseado em Economia Circular, destaca-se o Procedimento para Destino Sustentável de Resíduos nomeadamente:

- _ Separação de Resíduos
- _ Classificação de Resíduos
- _ Caracterização de resíduos de potencial perigosidade e no âmbito do transporte
- _ Contentorização, etiquetagem e armazenamento
- _ Seleção de operadores de Gestão de Resíduos
- _ Regras para transportes
- _ Preenchimento de documentação

Em 2018, as atividades geradas pelo Município produziram 1.006.653 kg de resíduos e em 2019 foram contabilizadas 1.921.636 kg. **Destacar que 89% dos resíduos produzidos pelo Município de Braga, em 2018, foram disponibilizados para Reciclagem/Recuperação.**

A maior parte dos resíduos produzidos pelo Município de Braga são provenientes de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração e conservação. Em 2019 houve um aumento significativo de resíduos urbanos e equiparados. Este aumento está relacionado com a limpeza e desassoreamento das margens do Rio Este. Os resíduos originados por esta ação foram processados segundo a atualização do modelo do Município permitindo o transporte ou deslocação deste tipo de resíduo em condições de segurança e sem derrames. A recolha para destino final foi realizada por operadora certificada e contratada para o efeito.



Fonte: Câmara Municipal de Braga

Operações de Valorização e/ou eliminação (Kg)	2018	2019	2018	2019
Deposição sobre o solo ou no seu interior (por exemplo, aterro sanitário, etc.)	64 400	1 613 520	6,4%	84,0%
Tratamento físico-químico não especificado	7 387	0	0,7%	0,0%
Troca de resíduos com vista a, submetê-los a uma das operações específicas	7 211	304 616	0,7%	15,9%
Acumulação de resíduos destinados a uma das operações	31 867	3 500	3,2%	0,2%
Reciclagem/recuperação de outras matérias inorgânicas	895 788	0	89,0%	0,0%
Total	1 006 653	1 921 636	100%	100%

Fonte: Câmara Municipal de Braga

VALORIZAR O CAPITAL HUMANO

RECURSOS HUMANOS

8 TRABALHO DIGNO
E CRESCIMENTO
ECONÔMICO



Corpo Laboral

O sucesso da resposta do Município de Braga depende das suas pessoas. Numa região cada vez mais atrativa, o Município de Braga posiciona-se como uma organização que oferece as condições ideais para recrutar, desenvolver e reter talentos. Neste sentido, o Município dispõe de uma política de Recursos Humanos que assegura e privilegia a estabilidade e que, paralelamente, constitui uma componente essencial para o alinhamento de cada colaborador com a estratégia, os objetivos e os valores organizacionais.

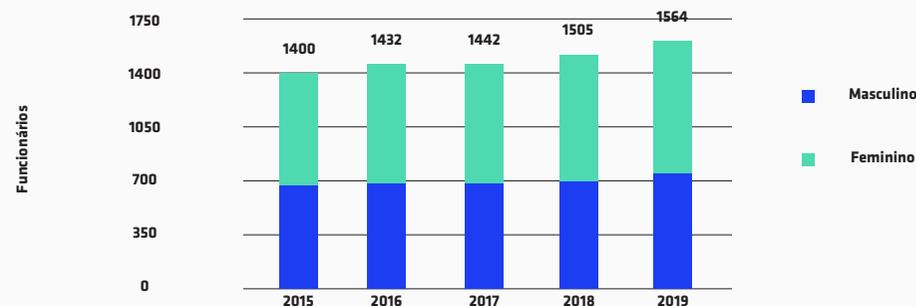
O Município de Braga assume como princípio estruturante de toda a sua atividade o respeito pelos Direitos Humanos: a dignidade, a não discriminação, a igualdade de direitos, a segurança e o bem-estar, a educação, o desenvolvimento pessoal e profissional e a liberdade de associação de todos os funcionários. **Em 2019, o Município de Braga atingiu os 1564 funcionários o número mais alto de sempre da organização. A categoria “Assistentes Operacionais” representaram a maior fatia alcançando 58% de todo o corpo laboral.**

Destaca-se ainda o aumento significativo do género feminino nos últimos anos sendo o género mais representativo do total dos funcionários. Este dado é verificado, praticamente, em todas as categorias profissionais exceto Bombeiros, Informática, Polícia Municipal e outros.

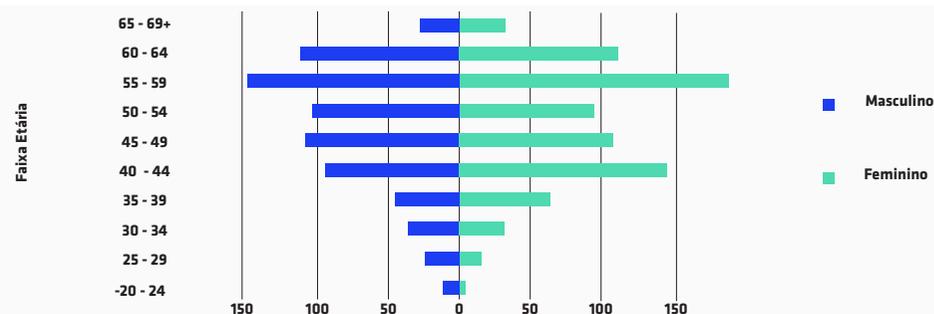
A faixa etária mais representada do corpo laboral encontra-se nos 55 aos 59 anos com uma propoção de 21%. A faixa dos 60 aos 64 anos e a faixa dos 50 aos 54 são as seguintes faixas etárias mais representativas, com 16%, seguidas pelas faixas etárias dos 40 aos 44 e a faixa dos 40 aos 44 anos com 15%.

Outro indicador para avaliar as características do corpo laboral é a antiguidade dos funcionários. O Município apresenta um índice de envelhecimento (número de funcionários com idades acima dos 55 anos sobre o número total de funcionários) de 40%. É possível observar a renovação dos quadros do Município de Braga nos últimos anos 5 anos que representava 15% do total de funcionários em 2019, o segundo valor mais alto a seguir à faixa dos 20 a 24 anos de antiguidade com 18% de representatividade.

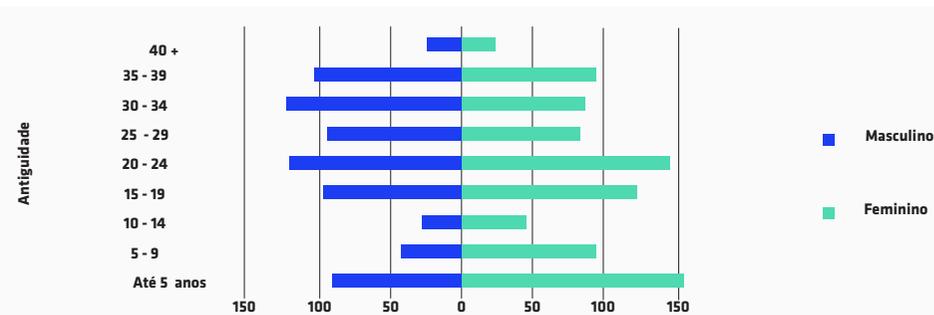
Por último, relativamente ao nível de educação destaca-se que a distribuição apresenta diferentes graus de escolaridade muito marcado também pelo tipo de categorias profissionais que o Município dispõe. De destacar que 89,4% do corpo laboral reside no concelho de Braga seguindo-se o concelho de Vila Verde (3,1%) e Amares (1,7%).



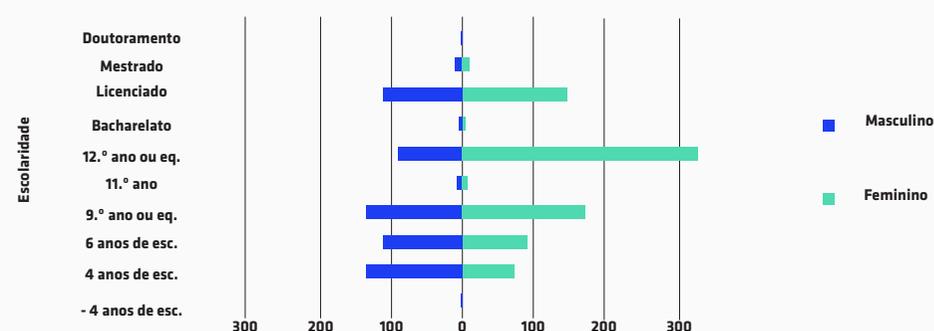
Fonte: Câmara Municipal de Braga



Fonte: Câmara Municipal de Braga



Fonte: Câmara Municipal de Braga

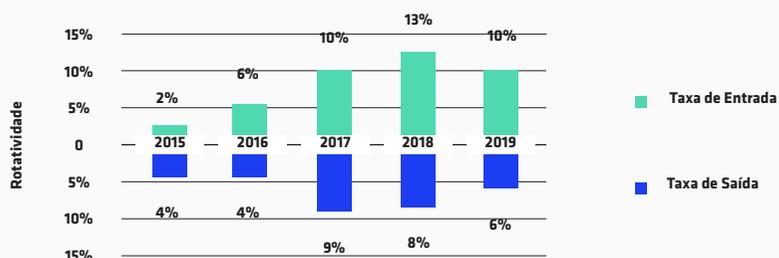


Fonte: Câmara Municipal de Braga

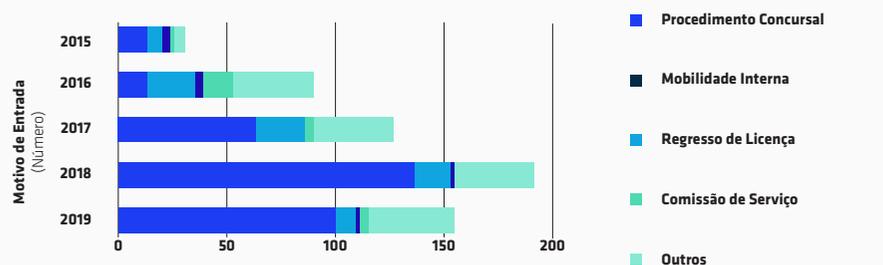
Rotatividade

A rotatividade do corpo laboral é caracterizada pelo fluxo de entradas (admissões) e saídas de pessoas em uma organização. Houve um aumento significativo nas entradas no Município de Braga desde 2015. Em 2018 foi atingida a taxa de entrada de 13%. O crescimento da taxa de entrada justifica-se pela maior necessidade de quadros na organização devido à procura dos serviços. A taxa de saída é em média 2/3 da taxa de entrada.

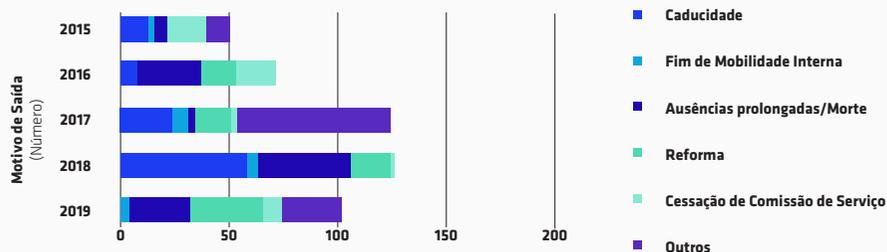
Destaca-se o principal motivo de entradas nos últimos anos através de procedimento concursais e por via da comissão de serviços. Nas saídas a caducidade foi o motivo mais relevante de 2015 a 2018. Em 2018 e 2019 verificou-se um aumento das saídas por reforma, perfazendo mesmo em 2019 o motivo mais representativo.



Fonte: Câmara Municipal de Braga



Fonte: Câmara Municipal de Braga



Fonte: Câmara Municipal de Braga

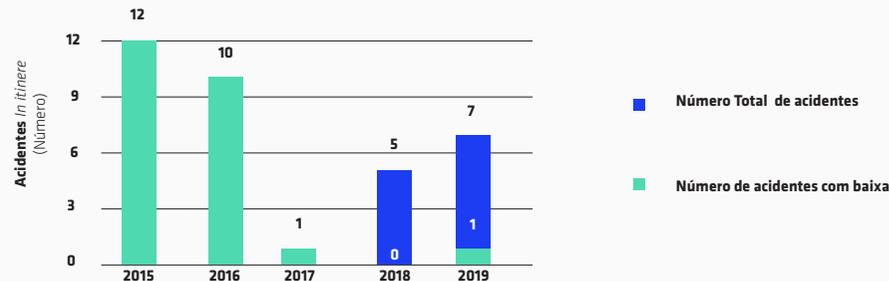
Saúde, Segurança e prevenção de acidentes

A Saúde e Segurança do Trabalho tem por finalidade a prevenção dos riscos profissionais e a proteção e promoção da saúde do trabalhador. Enquanto a Saúde no Trabalho no Município de Braga tem por objetivo a prevenção e diagnóstico das doenças profissionais e a promoção da saúde, a Segurança do Trabalho implica o desenvolvimento de atividades que visam a identificação e avaliação dos riscos a que os trabalhadores estão expostos e a organização das medidas de prevenção e proteção coletiva e individual.

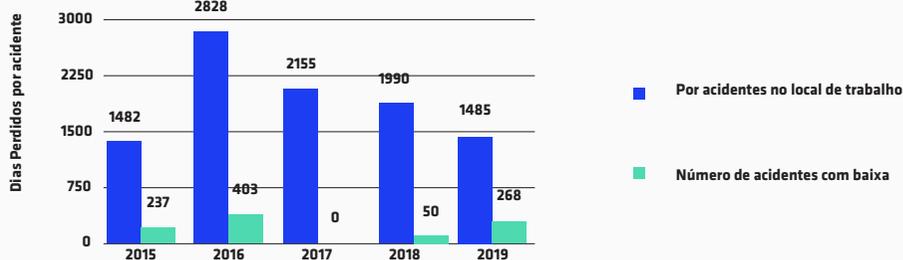
Em 2019 verificou-se uma redução de 51% dos acidentes de trabalho. As ações elaboradas nestes últimos anos conseguiram conter o crescimento observado neste período.



Fonte: Câmara Municipal de Braga



Fonte: Câmara Municipal de Braga



Fonte: Câmara Municipal de Braga

Parentalidade

Com vista a promover estímulos específicos que conduzam por um lado, ao aumento da natalidade e melhoria da demografia, o Município de Braga, além de estar em linha com as orientações da legislação laboral, determinou a adoção interna de um conjunto de práticas para efetuar a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e pessoa.

Em 2019, 97 funcionários usufruíram de licença de maternidade e paternidade.

Diversidade e Igualdade de oportunidades

O Município de Braga tem vindo a incorporar na sua estratégia de gestão algumas ações que contribuem para que a igualdade de género seja potenciada mas que também outros fatores de igualdade, nos seus diferentes domínios, seja uma realidade na organização. O Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação é uma dessas iniciativas. Registou-se em 2019 que 54% dos funcionários no Município são mulheres estando a ocupar o mais diversos cargos de gestão.

Por outro lado, a integração da pessoa com deficiências ou incapacidade é atualmente entendida como um fator decisivo para a inclusão social nas políticas de Recursos Humanos do Município.

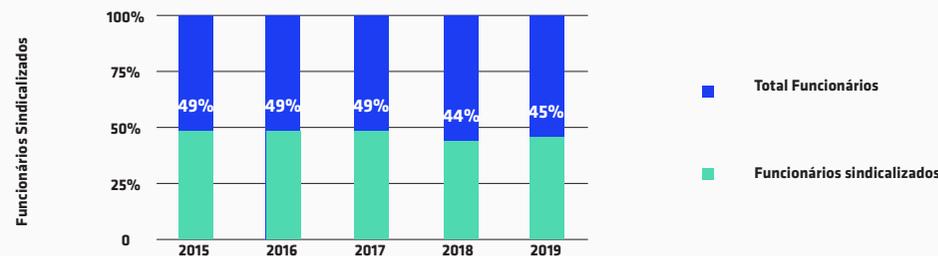
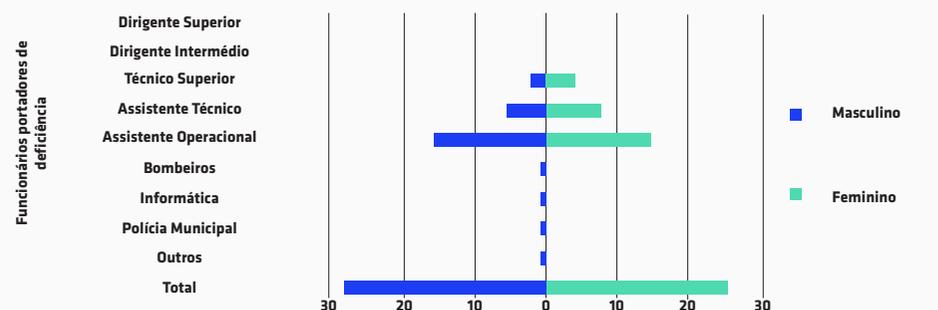
No entanto, outras iniciativas têm seguido esta linha como a garantia de acesso aos funcionários portadores de deficiência.

Relações Laborais

Em 2019, 45% dos funcionários estavam sindicalizados. No mesmo ano, não se registaram funcionários do Município pertencente a comissões de trabalhadores ou votantes para uma comissão de trabalhadores sendo esta representação externa.

100%

Funcionários que retornaram ao trabalho no período coberto pelo relatório após o término da licença parental



Avaliação de Desempenho dos Funcionários

O sistema de gestão de desempenho constitui uma componente essencial para o alinhamento de cada colaborador com a estratégia, os objetivos e os valores corporativos. O Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP) foi estabelecido pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, sendo aplicável ao desempenho dos serviços públicos, dos respetivos dirigentes e demais trabalhadores.

Os resultados são medidos mediante indicadores previamente fixados que permitam, entre outros, a transparência e imparcialidade e a prevenção da discricionariedade. O sistema integra três componentes:

- _ SIADAP 1 (desempenho dos serviços)
- _ SIADAP 2 (desempenho dos dirigentes)
- _ SIADAP 3 (desempenho dos trabalhadores).

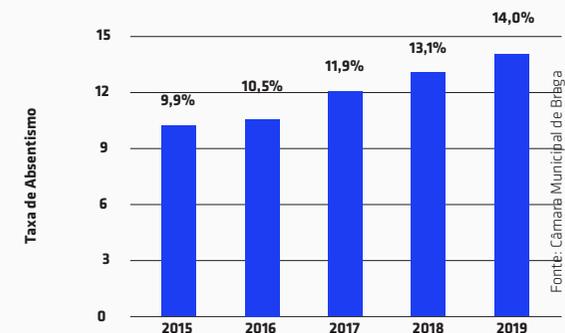
Para este caso destaca-se apenas o SIADAP 3. Os resultados apresentam-se para o biénio 2017-2018 onde foram avaliados 1276 funcionários.

Absentismo

As taxas de absentismo têm tido um aumento constante ao longo: 9,9% em 2014 para 14% em 2015. Este aumento justifica-se sobretudo pelo motivo de doença que representa aproximadamente 70% dos casos de absentismo. A segundo maior motivo está relacionado com a proteção de parentalidade e o terceiro com acidentes de trabalho.

	2015		2016		2017		2018		2019	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Dias perdidos por motivos de ausência										
Casamento	45	45	14	11	28	37	68	21	84	32
Proteção na parentalidade	479	1990	505	2512	353	2825	439	2790	441	4596
Falecimento Familiar	131	200	152	226	193	191	166	203	207	205
Doença	6905	12820	7770	16259	9135	19621	10600	22788	13072	22600
Por acidente em serviço ou doença	1374	1118	2252	1618	1846	987	1234	1423	987	2181
Assistência a familiar	74	253	39	145	28	182	75	173	42	181
Trabalhador-estudante	80	247	38	144	65	71	101	90	104	134
Por conta do período de férias	971	786	886	715	854	634	780	625	620	605
Com perda de vencimento	0	0	182	299	214	568	412	1390	886	933
Cumprimento de pena disciplinar	0	0	82	0	58	0	79	0	24	0
Greve	136	264	69	193	123	401	142	403	151	567
Injustificadas	2	1	4	4	0	0	12	0	87	3
Outros	2393	1662	231	232	447	323	702	627	846	842
Total	12590	19386	12224	22358	13344	25840	14810	30533	17551	32879

Fonte: Câmara Municipal de Braga



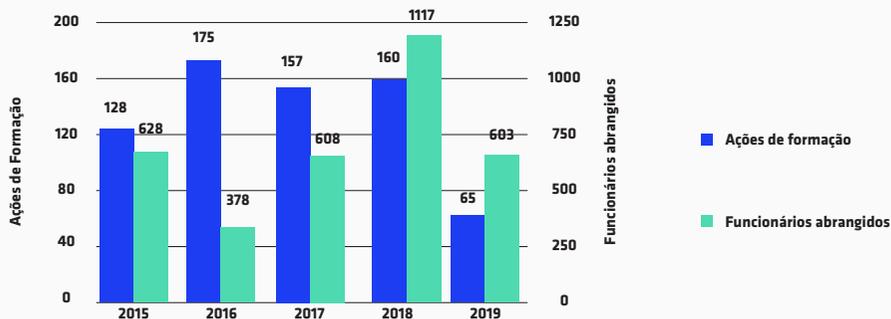
Formação

Vive-se um mundo em constante aceleração, tecnológico, no qual tudo é acessível a qualquer hora e em qualquer lugar, contexto no qual se insere o setor da Administração Pública. Existe hoje cada vez mais a necessidade de um conjunto de pessoas com capacidades mais transversais, e com um modelo de aprendizagem que desenvolve competências diferenciadoras, de rapidez, agilidade.

No Município de Braga implementam-se e diferentes programas de desenvolvimento para o corpo laboral. O Município de Braga acredita que investir no capital humano é abrir as portas para uma resposta mais eficaz às necessidades do cidadão.

Os indicadores de formação respondem a esta política. Anualmente, em média, são realizadas 137 ações de formação que abrangem desde 378 a 1117 funcionários.

O investimento total em ações de formação passou de 29 milhares de euros em 2015 para 72 milhares de euros em 2019. Este número reflete-se no investimento de formação por funcionário, nomeadamente, 20,7€ em 2015 para 46,1€ em 2019.



Fonte: Câmara Municipal de Braga

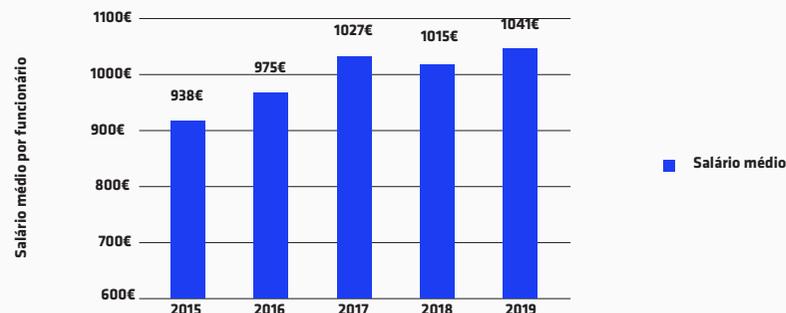


Fonte: Câmara Municipal de Braga

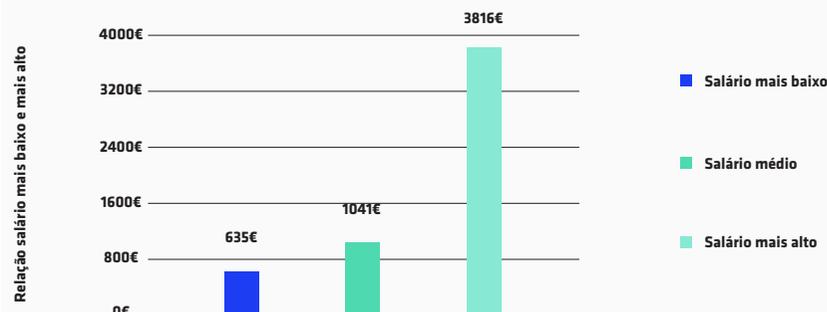
Remunerações

O Município de Braga rege-se pelos conceitos da remuneração base, nível remuneratório (como montante pecuniário correspondente a 115 posições previstas na Tabela Remuneratória Única que permite determinar o montante da remuneração base devida a cada funcionário) e posição remuneratória, ao abrigo dos órgãos, serviços e trabalhadores da Administração Pública, quer com a entrada em vigor da Lei n.º 12 A/2008, de 20 de fevereiro (também conhecida como a lei dos vínculos, carreiras e remunerações – LVCR) e, mais recentemente, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Em 2019, o Município de Braga atingiu um valor remuneratório médio mais alto de sempre atingindo o valor de 1041€ por funcionário. Atingiram-se também os valores mais altos tanto nas Remunerações Base e Suplementos Remuneratórios.



Fonte: Câmara Municipal de Braga



Fonte: Câmara Municipal de Braga

RESPONDER ÀS EXPECTATIVAS

SERVIÇOS AO CIDADÃO

16 PAZ, JUSTIÇA
E INSTITUIÇÕES
EFICAZES



Balcão Único

Uma infraestrutura de resposta ao cidadão que traz maior comodidade, eficácia e qualidade de serviço, através de uma agilização de procedimentos e acompanhamento individual de cada processo. Adicionalmente a rentabilização das tecnologias de informação para uma gestão mais eficiente dos recursos e das operações foi implementada para dar melhor resposta aos cidadãos.

O Balcão Único do Município de Braga é um gabinete centralizado de apoio e de atendimento na relação e interação entre o munícipe e todos os serviços do Município de Braga. Este serviço foi criado para responder a todas as necessidades e expectativas dos bracaraenses num espaço multicanal.

No Balcão Único os Munícipes terão à sua disposição uma sala de espera munida de algumas comodidades que garantam que o período de espera seja o mais confortável possível, orientado por um sistema de gestão de filas de espera que visa melhorar a eficiência do atendimento e adicionalmente:

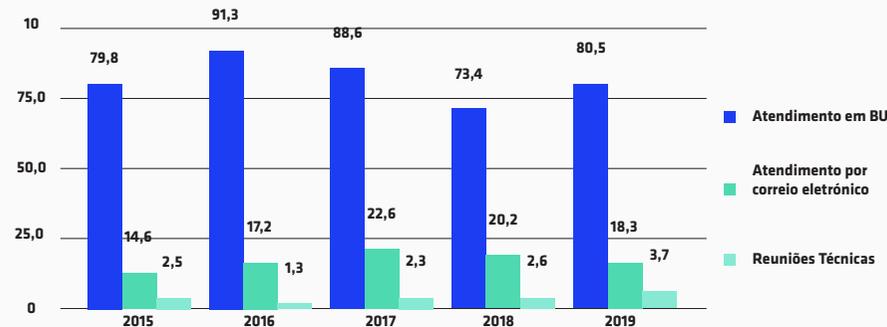
- _ Oito postos dedicados ao atendimento urbanístico, dois postos para pagamentos, quatro postos dedicados ao atendimento geral, dois postos adstritos aos Transportes Urbanos e Cinco postos dedicados a reuniões técnicas.
- _ Um gabinete de Inserção Profissional (GIP),
- _ Balcão de Inclusão
- _ Gabinete para apoio Emigrante/ Imigrante
- _ Gabinete de Apoio à Pessoa Idosa

Em 2019 houve um reforço de postos adicionais de atendimento no Balcão Único, de forma a melhorar as relações com os munícipes. Todos os processos de obras passaram a dar entrada em formato digital, dispensando o papel, e internamente também o processo passou a ser tratado em digital. No final de 2019 foi disponibilizado os serviços online em especial para os serviços do urbanismo.

Foi também lançada uma aplicação móvel para simplificar o acesso ao sistema de filas de espera de atendimento no Balcão Único. Através desta APP, os munícipes podem retirar a senha para atendimento, consoante o assunto que desejam tratar no Balcão Único, de forma comoda e simples antes de se deslocarem ao serviço de atendimento, devendo apenas consultar as regras gerais de funcionamento do atendimento. Com a APP os munícipes podem também obter a informação sobre o número de senhas em espera, o tempo médio para ser atendido e receber um alerta a informar quando estiverem para ser chamados.

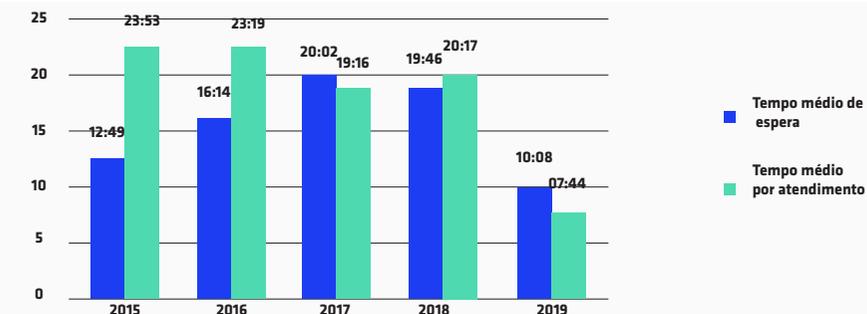
A evolução do número de atendimentos realizados via Balcão Único presencialmente e atendimentos ou respostas processadas via correio eletrónico. **Após o investimento atrás referido o tempo de espera por atendimento passou para metade face a 2017 (de aproximadamente 20 minutos para 10 minutos) e o mesmo se regista no tempo médio por atendimento.** Em 2019 foi atingido o valor mais baixo de sempre de relativamente ao tempo dispendido por atendimento.

Evolução dos atendimentos nos diferentes serviços (Milhares)



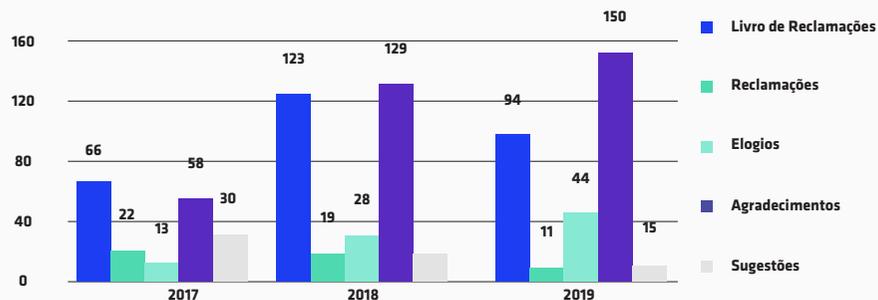
Fonte: Câmara Municipal de Braga

Tempo médio de espera por atendimento (minutos)



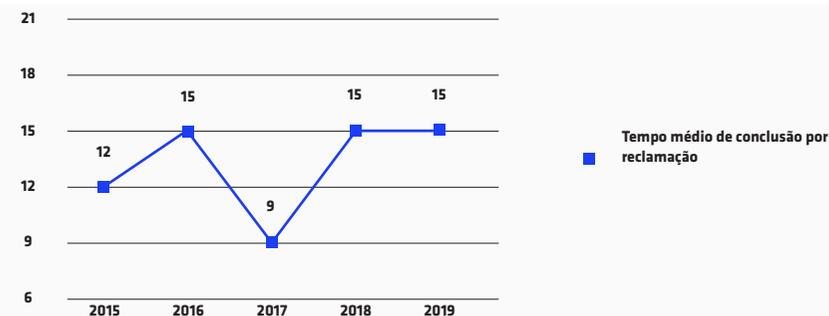
Fonte: Câmara Municipal de Braga

Agradecimentos, Sugestões e Reclamações (número)



Fonte: Câmara Municipal de Braga

Tempo médio de conclusão de reclamação (dias)



Fonte: Câmara Municipal de Braga

RIGOR E TRANSPARÊNCIA

GESTÃO FINANCEIRA

16 PAZ, JUSTIÇA
E INSTITUIÇÕES
EFICAZES



	2019	2018	2017	2016
Valor Económico Gerado	113 319 652 €	99 725 015 €	93 376 860 €	84 815 417 €
Impostos Diretos	51 412 056 €	45 892 009 €	43 236 022 €	39 335 756 €
Imposto Municipal sobre Imóveis	24 332 211 €	23 958 484 €	22 786 974 €	21 956 281 €
Imposto único de circulação	5 034 843 €	4 752 454 €	4 444 654 €	4 262 227 €
Imposto Municipal sobre transm. Onerosas imóveis	15 719 046 €	11 111 315 €	11 055 926 €	8 162 521 €
Derrama	6 325 653 €	6 069 756 €	4 942 781 €	4 953 554 €
Outros	302 €	- €	5 686 €	1 173 €
Impostos Indiretos	3 553 088 €	3 460 953 €	2 484 278 €	1 880 925 €
Mercados e feiras	9 588 €	31 890 €	37 321 €	29 563 €
Loteamento e obras	1 904 196 €	2 040 570 €	1 149 403 €	490 671 €
Ocupação da via Pública	914 582 €	812 861 €	597 708 €	669 617 €
Outros	724 722 €	575 633 €	699 845 €	691 073 €
Taxas, Multas e Outras penalidades	1 447 666 €	1 483 910 €	2 862 159 €	1 513 429 €
Transferências Correntes	31 953 898 €	30 757 905 €	29 053 592 €	28 713 788 €
Estado	30 458 855 €	29 517 834 €	28 777 509 €	28 277 626 €
Outros	1 495 043 €	1 240 070 €	276 083 €	436 162 €
Transferências de Capital	4 608 709 €	7 850 409 €	4 002 496 €	3 220 556 €
Estado	2 713 937 €	1 066 548 €	1 123 718 €	1 005 000 €
Participação Comunitária - Co-financiados e Outros	1 894 772 €	6 783 861 €	2 878 778 €	2 215 556 €
Outras Receitas	20 344 235 €	10 279 829 €	11 738 313 €	10 150 963 €
Valor Económico Distribuído	113 235 119 €	99 700 859 €	93 348 327 €	82 452 326 €
Despesas com Colaboradores e membros autárquicos	30 358 796 €	26 838 599 €	26 417 583 €	24 790 603 €
Remunerações certas e permanentes	22 188 862 €	20 706 542 €	20 028 843 €	18 937 126 €
Abonos variáveis ou eventuais	767 650 €	609 164 €	606 169 €	531 905 €
Segurança Social e Outros	7 402 284 €	5 522 893 €	5 782 571 €	5 321 571 €
Aquisição de Bens e Serviços	24 874 924 €	20 705 012 €	20 569 398 €	18 693 350 €
Juros e outros encargos	85 831 €	74 372 €	128 518 €	179 737 €
Transferências Correntes	20 222 062 €	16 221 251 €	17 034 459 €	18 497 781 €
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	8 099 897 €	7 309 713 €	7 218 355 €	8 265 107 €
Freguesias	5 995 277 €	4 110 618 €	4 239 372 €	5 087 757 €
Instituições sem fins lucrativos	4 347 533 €	3 232 346 €	3 897 524 €	3 109 340 €
Famílias e Outros	1 779 356 €	1 568 575 €	1 679 208 €	2 035 576 €
Subsídios	99 464 €	35 603 €	89 174 €	170 792 €
Aquisição de Bens de Capital	14 187 171 €	18 349 464 €	9 350 604 €	3 549 846 €
Transferência de Capital	2 672 189 €	2 787 481 €	6 038 732 €	2 768 001 €
Privados	239 920 €	- €	- €	- €
Freguesias	2 338 934 €	2 777 481 €	6 038 732 €	2 768 001 €
Instituições sem fins lucrativos e Outros	93 335 €	10 000 €	- €	- €
Outros	20 734 681 €	14 689 076 €	13 719 859 €	13 802 216 €
Valor Económico Retido	84 532 €	24 156 €	28 533 €	2 363 091 €

Fonte: Câmara Municipal de Braga

Desempenho Financeiro

O desempenho financeiro deve, de forma natural e espontânea, estar intrinsecamente presente na cultura das organizações, sobretudo das entidades públicas, visto que a principal característica destas entidades compreende, entre outras, o suprimento de necessidades coletivas. Neste sentido, este ponto pretende demonstrar a análise económica e financeira do Município de Braga devidamente mensurada e sustentada.

O Município de Braga dispõe de um conjunto de instrumentos de gestão que permitem elevar a transparência no que à prestação de contas diz respeito. Estes são, por exemplo, o Relatório de Gestão e Contas, Mapas de empréstimos ou até dívidas aos fornecedores. Contudo, num Relatório de Sustentabilidade, é objetivo desta secção a compilação de informações sobre a criação e distribuição de valor económico fornecendo uma indicação básica de como uma organização controla os seus fluxos financeiros.

São vários componentes do valor económico gerado e distribuído que podem fornecer um perfil económico de uma organização, que pode ser útil para normalizar outros números de desempenho. **No exercício de 2019, o Município de Braga registou um Valor Económico Gerado de 113,3 milhões de euros e um Valor Económico Distribuído de 113,2 milhões de euros. A diferença do valor gerado e do valor distribuído resume o Valor Económico Retido de 84.532€, valor positivo mantendo a dinâmica dos últimos anos.**

Destaca-se que o Valor Económico Gerado em 2019 registou o valor mais alto de sempre do Município de Braga. Em comparação com anos anteriores, este valor representa um aumento de 12% face ao ano transato e 26% face ao ano de 2016. Destaca-se nesta rubrica que a maior percentagem advém de impostos diretos, por via de um maior aumento das atividades do território que demonstra a capacidade de Braga ser uma das cidades mais atrativas economicamente da região. Por outro lado, as transferências correntes do estado mantiveram-se perto de dos 30 milhões de euros representando apenas 27% do Valor Económico Gerado.

Relativamente ao Valor Económico Distribuído destaca-se a evolução semelhante com o Valor Económico Gerado sem nunca o ultrapassar. Em comparação com anos anteriores, este valor representa um aumento de 12% face ao ano transato e 28% face ao ano de 2016. Nesta rubrica, destaca-se 3 linhas fundamentais, nomeadamente as Despesas com colaboradores e membros autárquicos (25%), Aquisições de Bens e serviços (22%) Transferências Correntes (19%). As Despesas com Colaboradores e membros autárquicos registou uma das maiores subidas do Valor Económico Distribuído, na ordem dos 6 milhões de euros diretamente relacionado com o maior aumento do corpo laboral.

Indicadores Económico-Financeiros

Os impactos económicos do investimento de uma organização podem estender-se para além do âmbito das operações da própria organização e num período mais longo. Esses investimentos podem incluir ligações de transporte, serviços públicos, instalações sociais comunitárias, centros de saúde e bem-estar e centros desportivos. Em organizações públicas um determinado conjunto de

investimentos potencia economicamente a capacidade de um determinado território e, invariavelmente, as suas partes interessadas.

No entanto, esses impactos terão o melhor impacto com base numa boa gestão Financeira dos recursos que uma determina organização dispõe. Neste ponto, estão dispostos os um conjunto de indicadores que determinam a capacidade financeira do Município de Braga tem para desenvolver políticas no âmbito do

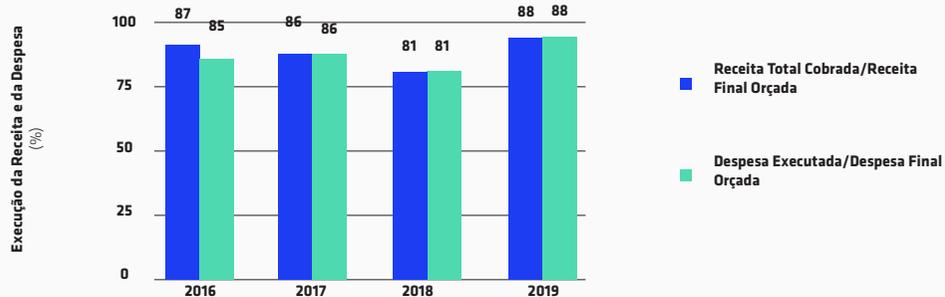
crescimento económico por via da atividade diária mas também por via das operações e da capacidade de investimento e endividamento.

É possível verificar que as dívidas a longo prazo têm diminuído e que as curto prazo seguem tendencia contrária. Na segunda é possível verificar que a o Serviço da Dívida tem diminuindo ao longo dos anos.

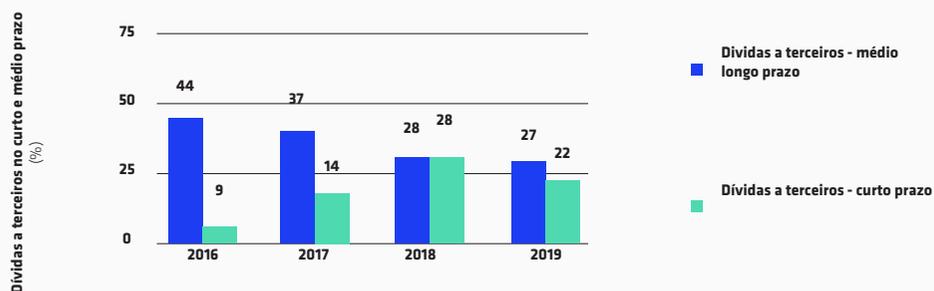
A categoria de cobrança de impostos é uma

importante fonte de receita para todos os níveis de uma organização do género do Município de Braga.

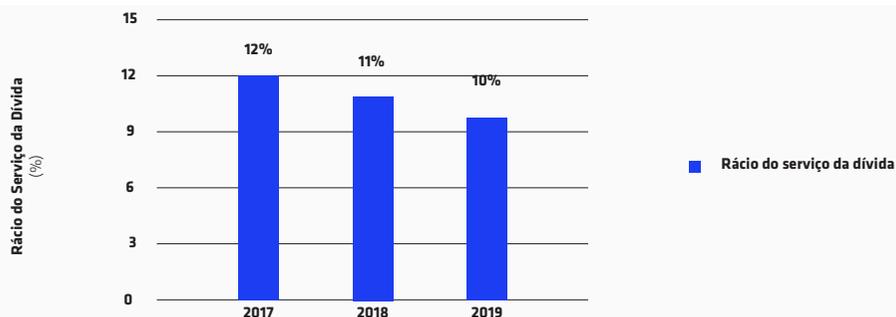
Neste indicador demonstra um alto índice o nível de execução dos pagamento de impostos por parte dos cidadãos traduzindo a sua receptividade ao nível de impostos municipais.



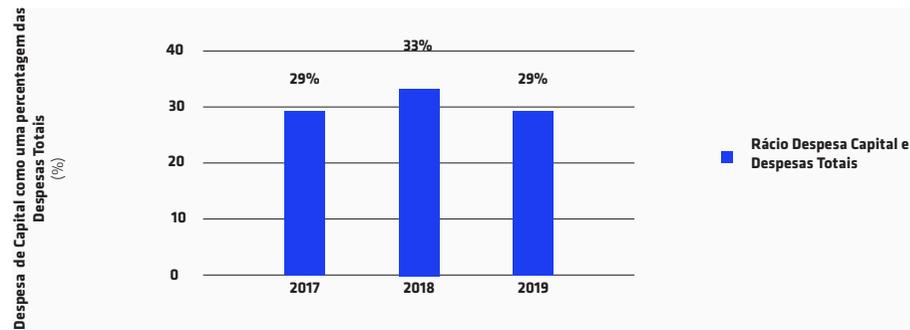
Fonte: Câmara Municipal de Braga



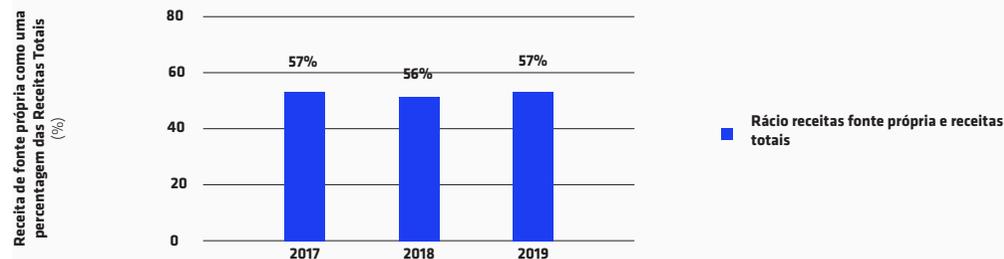
Fonte: Câmara Municipal de Braga



Fonte: Câmara Municipal de Braga



Fonte: Câmara Municipal de Braga



Fonte: Câmara Municipal de Braga



Fonte: Câmara Municipal de Braga

VIVER

Indicador



ACELERAR A NEUTRALIDADE COM CONFORTO

MOBILIDADE

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



Plano de Mobilidade Urbana Sustentável

O Município de Braga tem como objetivo estratégico a mudança do paradigma para a promoção da mobilidade sustentável, inclusiva e inteligente. Visando a concretização da Visão Estratégica para a promoção da mobilidade sustentável, inclusiva e inteligente o Município apresentou o Plano de Mobilidade urbana Sustentável (PMUS).

Face à repartição modal atual que destaca o transporte individual, pretende-se alcançar a inversão da pirâmide da mobilidade conferindo primazia aos modos suaves e ao transporte público.

No âmbito do PMUS, bem como, no âmbito das redes de cidades nas quais está integrado, o Município de Braga, assumiu um compromisso de Descarbonização e de alcance de metas de sustentabilidade. Elevar Braga a município referência no tema da mobilidade urbana sustentável, subscrevendo-se, também e inequivocamente, o equilíbrio entre os valores da sustentabilidade económica, ambiental e social, nomeadamente:

- _ Privilegiar o modo pedonal, de forma a promover a sociabilidade, a economia local e tradicional, promovendo assim a cidade e a sua vivência, constituindo, este, o modo de transporte primordial para todos os cidadãos;
- _ Relevar o modo ciclável, na medida em que este é um modo de deslocação sustentável favorável à realização de deslocações com distâncias mais longas do que no modo pedonal;
- _ Melhoria do transporte público por via da beneficiação da sua abrangência territorial, temporal, da comodidade para o utilizador bem como na prestação de mais e melhor informação ao público, não descurando a sua eficiência energética na opção por veículos com emissões reduzidas de poluentes;
- _ Promoção da integração entre os vários modos de transporte - a intermodalidade - ou seja, a complementaridade entre diversos modos através de cadeias de deslocação;
- _ Reduzir a necessidade do uso do veículo motorizado individual e racionalizar o seu uso, através da criação de condições de deslocação em modos sustentáveis;
- _ Integração entre mobilidade e o uso do solo já que só desta forma se otimiza a redução das necessidades e distâncias das deslocações, promovendo a utilização dos modos sustentáveis.

Neste sentido o Município pretende as seguintes metas para 2025:

- _ Redução de 25% do transporte Individual;
- _ Aumento em 10% do modo Ciclável
- _ Aumento para o dobro (24%) do transporte público;
- _ Aumento de 6% do modo pedonal.

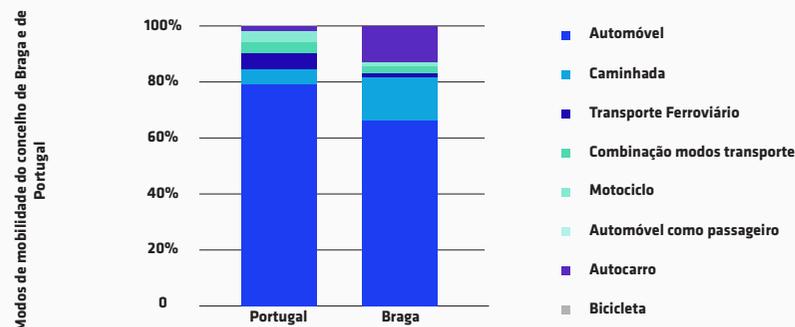


9,96km

Extensão ciclável do concelho

3179 ton de CO₂

redução anual de emissões por via da implementação do PMUS

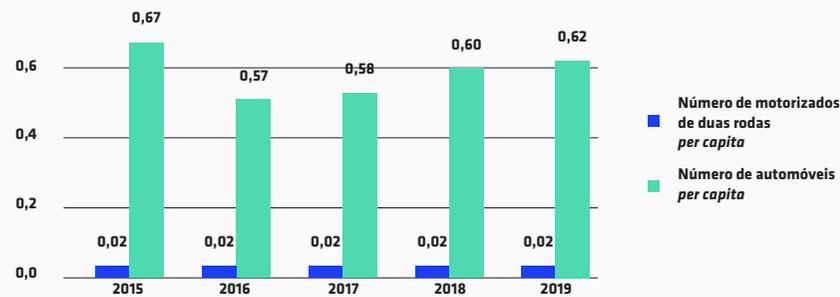




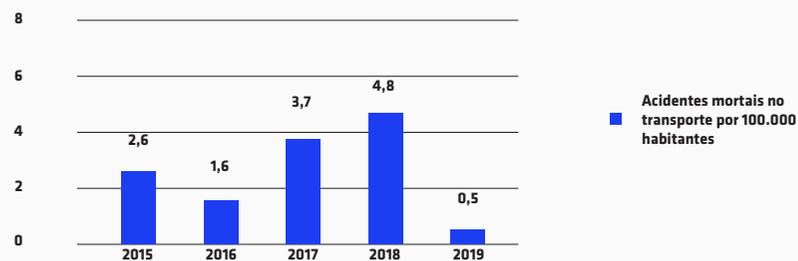
O Município tem desenvolvido um portfólio diversificado no âmbito da mobilidade sustentável. Este portfólio traduz-se num investimento significativo dos seus investimentos alocados a projetos que promovam uma transição para a mobilidade sustentável. Destacam-se os seguintes projetos:

- _ Laboratórios Vivos para a descarbonização:
- _ BUILD – Braga Urban Innovation Laboratory Demonstrator
- _ LIU – Laboratório de Inovação Urbana
- _ Projeto CIVITAS – CIVINET Espanha Portugal
- _ Projeto CIVITAS PEER-TO-PEER
- _ Membro do Political Advisory Committee of the CIVITAS Initiative
- _ Projeto URBACT CityMobilnet
- _ Projeto UMOB Braga (Universal + Mobility + Bio)
- _ Projeto Bilhética Integrada do Quadrilátero
- _ Projeto de Informação em Tempo Real do Quadrilátero
- _ IBB – InfoBUSBraga
- _ Projeto de Bikesharing
- _ Autoridade Municipal de Transportes de Braga
- _ Projeto BEACON
- _ Projeto HiREACH2020
- _ Plano Municipal de Segurança Rodoviária – Braga
- _ Implementação de Rede Modos Suaves
- _ Semana Europeia da Mobilidade
- _ Projeto SCHOOLBUS

Evolução do número de veículos *per capita* no concelho de Braga



Acidentes mortais no transporte por 100.000 habitantes



Transportes Urbanos de Braga - TUB

Os Transportes Urbanos de Braga (TUB) são herdeiros de uma longa tradição, desde o século XIX, na Mobilidade em Braga. A história dos transportes públicos em Braga inicia-se com a chegada do primeiro comboio à cidade, a 21 de maio de 1875. Atualmente, os TUB transportam mais de 50 000 passageiros por dia, num concelho com mais de 181 000 habitantes (CENSUS 2011), sendo um agente ativamente responsável pela coesão territorial uma vez que operam em todas as freguesias do Concelho. Através da sua imagem dinâmica e de continuidade os TUB são uma referência identitária do Concelho e na Região. A ambição dos TUB é a Mobilidade Urbana Integrada que engloba os percursos pedonais, cicláveis e a integração entre os diversos modos de transportes.

Desde 2014, que os TUB estão atentos ao desenvolvimento e crescimento da Cidade, antecipando as necessidades dos seus cidadãos e de quem aqui se desloca, incentivando simultaneamente a participação de todos. Ao longo dos últimos 5 anos, os TUB têm focado a sua orientação para o cliente, lançado novos produtos e serviços que vão de encontro às necessidades dos clientes, como o alargamento de horários dos pontos de venda, a abertura da primeira Loja da Mobilidade na cidade e a introdução do TUB Agente – Payshop.

Acresce ainda o investimento no lançamento de novas linhas introduzido um novo paradigma na mobilidade urbana em Braga, permitindo uma oferta de transporte público disponível com frequências ajustadas a um ritmo próprio de cidades vibrantes. Neste percurso, os TUB entraram no Hospital, melhoraram a oferta e a frequência de linhas urbanas, foram até às Praias Fluviais, cruzaram o Centro Histórico da Cidade com o

Circuito Turístico, criaram novos Interfaces, entre os quais se destacam a Noite Branca e a Páscoa, fizeram *benchmarking* nacional e internacional, efetuaram parcerias com outros agentes da cidade, tais como Universidades e o INL.

A necessidade de adaptação às novas exigências do setor conjugado com o conhecimento, experiência e competências existentes internamente permitiu a criação de um novo departamento - *Inovação & TUB Consulting* -, um repositório do conhecimento dos TUB, área fundamental para desenvolver produtos e serviços com valor para os seus clientes atuais e potenciais. Esta área de conhecimentos dos TUB tem-se igualmente afirmado a nível internacional com a elaboração de projetos de mobilidade. Os TUB deram um impulso determinante na mobilidade urbana sustentável em Braga invertendo uma tendência de 10 anos de perda de clientes, aumentando o volume de negócios enquanto reduziram os níveis de sinistralidade registados no nosso Concelho.

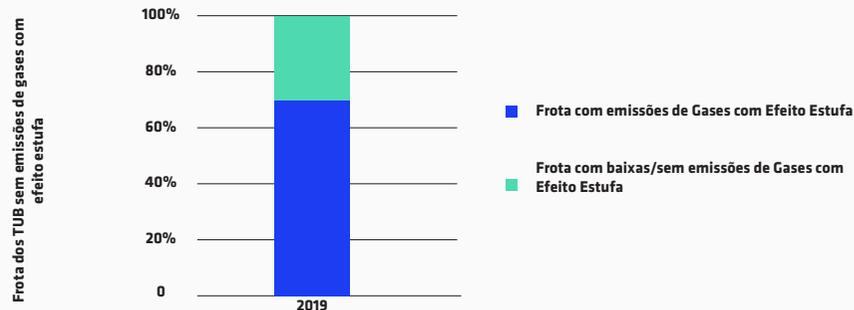


12 413 299

Passageiros Transportados

74

Circuitos de transportes públicos

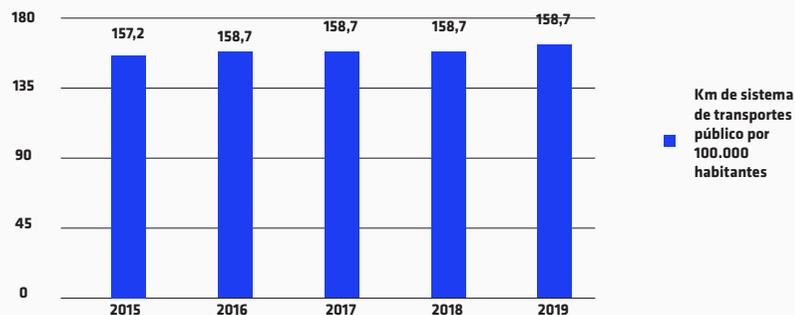


Fonte: TUB

Dados Gerais de Operação	2018	2019
Extensão da rede (km)	300,53	301,32
Freguesias Servidas	37	37
Passageiros Transportados	11936889	12413299
Densidade Populacional Servida	989	989
N.º Linhas	74	7
Comprimento acumulado (km)	895788	0
Extensão linhas p/ Unidade de Superfície	8,25	8,31
Extensão linhas p/ 1000 habitantes servidos	8,35	8,40
Número de paragens	1873	1861
Passageiro/veículo x km	2,24	2,20

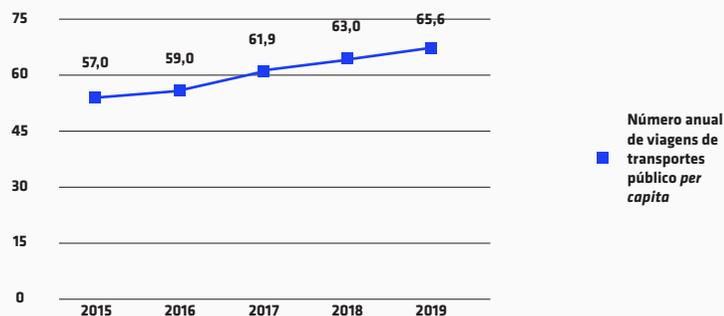
Fonte: TUB

Evolução dos km do sistema de transportes públicos de Braga



Fonte: TUB

Número anual de viagens de transportes público per capita



Fonte: TUB

Os anos de 2018/2019 marca igualmente a história da mobilidade urbana sustentável no nosso Concelho. Os TUB apresentaram 6 novas viaturas movidas 100% a eletricidade, assinalando uma nova fase da história desta empresa municipal de transporte público coletivo de passageiros. Ao fim de 10 longos anos sem qualquer investimento na renovação da sua frota, os TUB vêm assim concretizada a 1ª fase de renovação de uma frota altamente envelhecida e que contou com o apoio de Fundos Comunitários através do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR), que muito têm contribuído para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo no setor dos transportes.

O objetivo dos TUB é fazer crescer diariamente o número de passageiros transportados, através de soluções inteligentes e inclusivas, tornando Braga uma cidade sustentável, respeitando o património e a cultura e modernizando a memória coletiva.

Atualmente, a empresa conta com 344 colaboradores, dos quais se destacam 241 agentes únicos. Os TUB mantêm a sua matriz de coesão territorial, servindo as 37 freguesias do concelho de Braga com 74 linhas regulares, operadas por sua vez por 147 viaturas que percorreram mais de seis milhões de quilómetros, transportando onze milhões e novecentos e trinta e seis mil e oitocentos e oitenta e nove passageiros.



SIMBIOSE COM A NATUREZA

GESTÃO DA ÁGUA

6 ÁGUA POTÁVEL
E SANEAMENTO



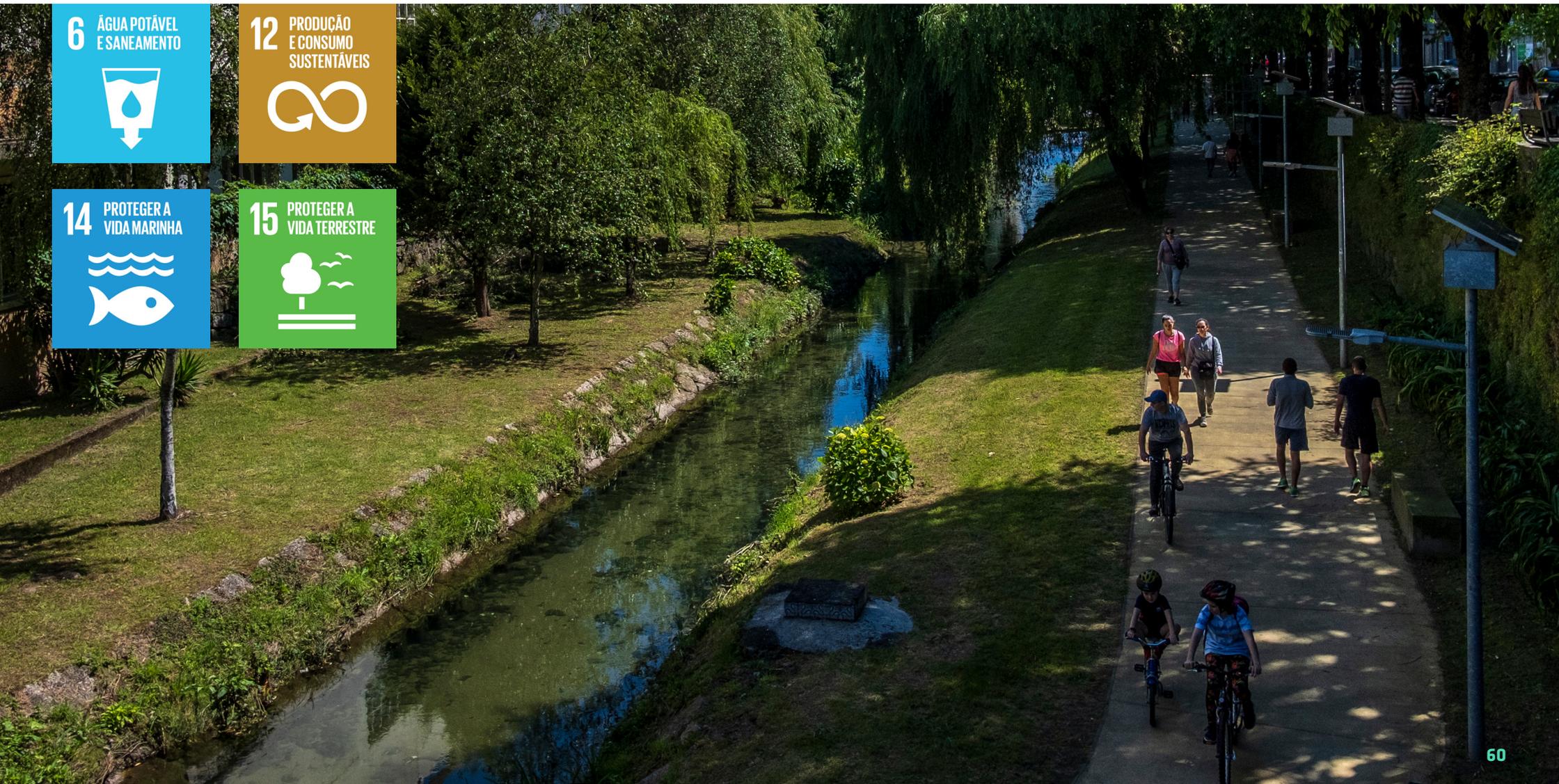
12 PRODUÇÃO
E CONSUMO
SUSTENTÁVEIS



14 PROTEGER A
VIDA MARINHA



15 PROTEGER A
VIDA TERRESTRE



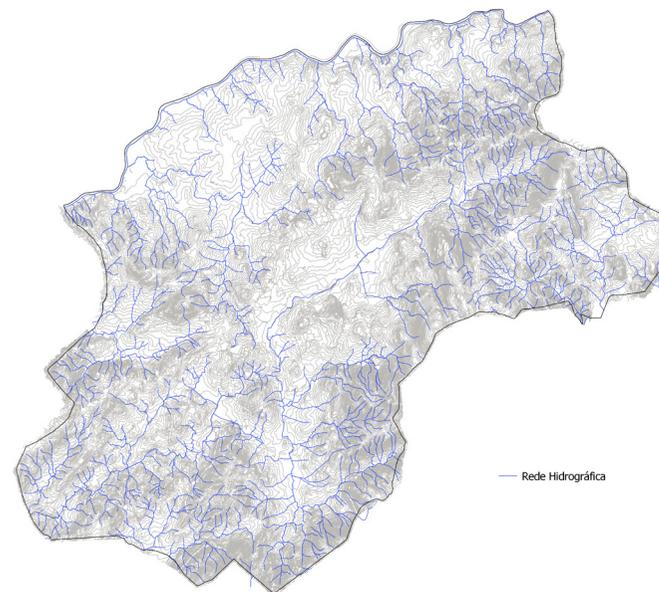
Proteger o Ciclo Urbano da Água

Um território que comporta diferentes paisagens, influenciadas pela presença do rio Cávado, rio Este e seus afluentes, sustenta problemas ambientais no espaço ribeirinho cujas causas variam com a ocupação do solo (urbano e rural). A título de exemplo, constata-se que eventos de cheias e inundações sucedem-se nas zonas rurais devido à ausência de manutenção da vegetação obstrutiva, da qual a limpeza é da responsabilidade dos proprietários dos terrenos contíguos às margens, enquanto que no perímetro urbano, onde a gestão depende do Município, advém particularmente da artificialização das margens.

A deteção e análise dessas problemáticas e respetivas causas realizadas durante o diagnóstico, contribuíram para que se diligenciassem medidas de controlo, com um resultado imediato ou a médio/longo prazo, com vista à proteção, recuperação e valorização dos recursos hídricos do concelho.

Dinamizaram-se iniciativas de envolvimento voluntário e de consciencialização ambiental com o objetivo de alterar maus hábitos e comportamentos, tais como descargas poluentes nas linhas de água e deposição de resíduos nas margens, incitando à corresponsabilização entre os utilizadores e proprietários deste recurso natural para a limpeza das margens, controle de espécies invasoras, entre outras boas práticas ambientais.

Além de ações de resposta direta ao diagnóstico, desenvolveram-se outras intervenções de valorização ambiental nas praias fluviais. De salientar as candidaturas à Bandeira Azul e à Bandeira de Praia Acessível, que conseqüentemente impeliram a procedimentos de infraestruturção, controlo da qualidade da água e ações de sensibilização.



Rede Hidrográfica do concelho de Braga

Sistema de monitorização da Qualidade de água do Rio Este e Ações de controlo da poluição dos rios e ribeiros

Ano	Pontos de amostragem por semana	Problemas ambientais	N.º freguesias com problemas ambientais	Tipo de ação	Ações realizadas
2014	7x10 semanas	Falta de manutenção e limpeza das margens dos rios e ribeiros	35	Ação municipal	Controlo de vegetação obstrutiva e invasora e plantação de espécies autóctones
2015	7x16 semanas			Voluntariado ambiental	Ações de plantação de espécies autóctones e remoção de vegetação invasora, no âmbito das atividades:
2016	13 x 18 semanas + 22 dias na lagoa artificial da Rodovia	Cheias e Inundações	30	Ação Municipal	Correções do leito e operações de desobstrução e desassoreamento
2017	13 x 18 semanas + 18 dias na lagoa artificial da Rodovia	Deposição de resíduos nas margens dos rios e ribeiros	18	Ação Municipal	Operações de recolha de resíduos
2018	13 x 18 semanas + 18 dias na lagoa artificial da Rodovia			Voluntariado Ambiental	Ações de recolha de resíduos, no âmbito das atividades: "Vamos Limpar a Europa"; Oxigenar Braga; Projeto Rios
2019	13 x 17 semanas	Descargas poluentes nas linhas de água	17	Ação Municipal	Análises à Qualidade da Água
Total	2392 análises				

Projeto Rios

Organizado pela ASPEA (Associação Portuguesa de Educação Ambiental), o Projeto Rios, visa motivar os munícipes para a reabilitação e conservação dos ecossistemas ribeirinhos. Grupos, no mínimo de 4 pessoas (escolas, empresas, associações, famílias, etc.) adotam um troço de 500 metros de um rio ou ribeiro e comprometem-se a monitorizar o estado da água 2 vezes por ano. Total de grupos adotantes: 41; N.º de ações de melhoria realizadas: 85; Troços adotados: Rio Este, Ribeiro do Pinheiro, Ribeira de Castro, Ribeira de S. Martinho e Rio Ledo/Veiga.



Praias Fluviais Galardoadas

A realização de várias intervenções de requalificação das infraestruturas de apoio às Praias Fluviais do concelho, bem como as ações tendentes à melhoria da qualidade da água, têm gerado efeitos positivos ao nível dos aspetos ambientais e de desenvolvimento turístico, ao potencializarem uma plena fruição pela população desses espaços. De um ponto de vista de mobilidade sustentável, foram instalados bicicletários e foi criada uma linha especial dos Transportes Urbanos de Braga, que durante a época balnear liga a Praia Fluvial de Adaúfe ao centro da cidade.



Grupo para a Colaboração - Braga une-se na preservação da água

No âmbito do Ano Nacional da Colaboração, uma iniciativa promovida pelo GovInt (Forum para a Governação Integrada), que ao longo de 2019 pretendeu mobilizar e inspirar a sociedade portuguesa para a relevância estratégica da colaboração, o Município de Braga desenvolveu um conjunto de atividades, transversais a todo o universo municipal, sobre a temática da preservação e valorização da Água.

Em 2019, realizaram-se mais de 100 ações dentro desta temática. Dos eventos realizados, destaca-se o concerto da artista Mariana Root que irá apresentar um disco com músicas que têm a água como elemento central. O projeto incluiu ainda a realização de um programa temático de férias criativas; o lançamento do livro 'Senhora Dona Água' com um concerto de Filipe Pinto inserido nas comemorações do Dia Mundial da Água; a realização de *workshops* com a participação de Fernando Daniel; e a peça de teatro itinerante 'Água bate à porta'.



Sistema de abastecimento e tratamento de água

A AGERE-EM gere os sistemas de captação, tratamento e distribuição de água para consumo humano do concelho de Braga que se desenvolve numa área de 183,4 km². A AGERE-EM procede, no Rio Cávado, à captação superficial de água em mini albufeira, com contrato de concessão relativo a utilização dos recursos hídricos para captação de águas superficiais destinadas ao abastecimento público, celebrado com a ARH-Norte em 2012 com data de fim de utilização em 2060.

A água captada é tratada de forma a assegurar a qualidade necessária para consumo humano. O sistema de abastecimento de água abastece cerca de 85.000 clientes. O comprimento total da rede é cerca de 1.184 km. O sistema é servido por 27 reservatórios, com uma capacidade de armazenamento total de 75.050 m³ e com um sistema de monitorização/atuação implementado através de Telegestão.

Perfil da entidade gestora

Modelo de Governança	Delegação (empresa municipal)
Entidade titular	CM de Braga
Composição acionista (%)	51% Município e 49% GESTWATER
Alojamentos cobertos (n.º)	84.098
Tipologia da área de intervenção	Área predominantemente Urbana

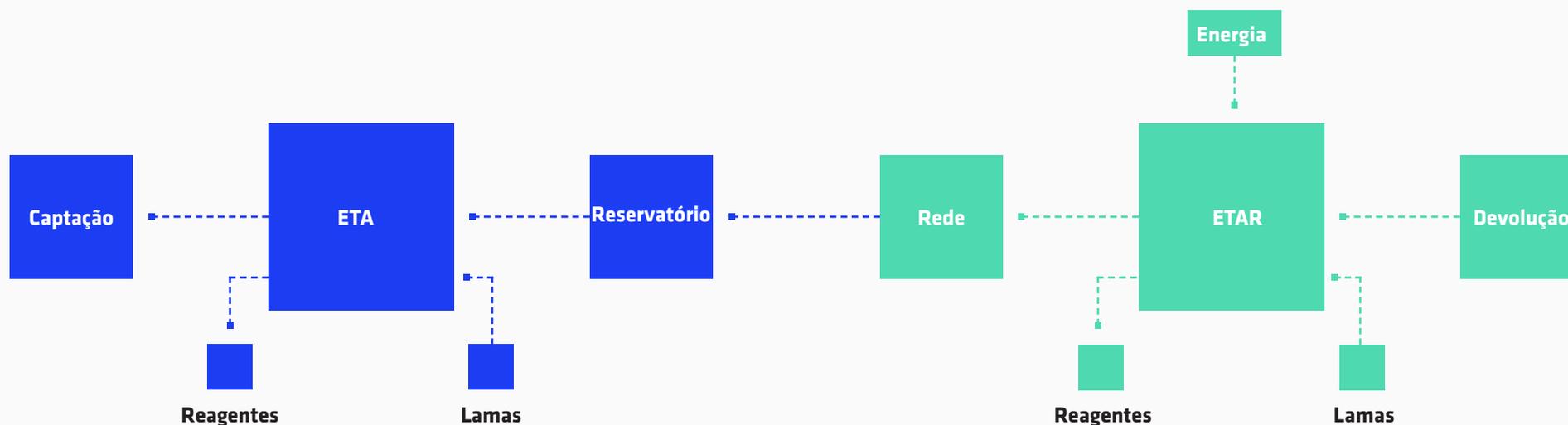
Perfil do sistema de abastecimento de água

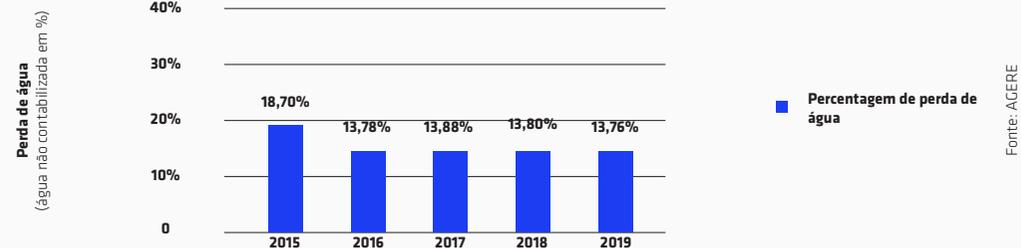
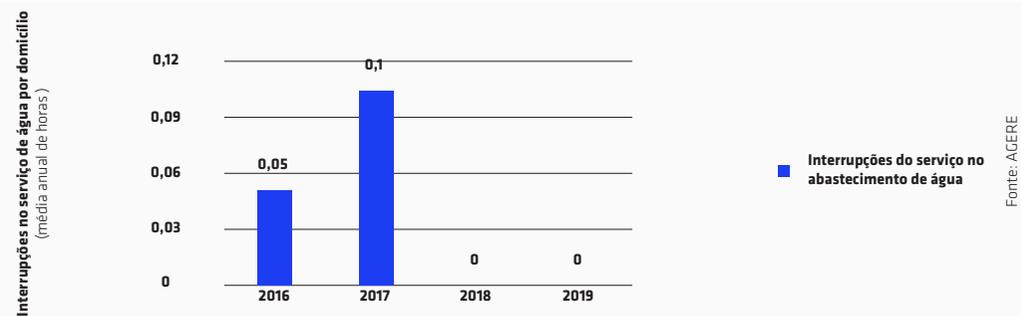
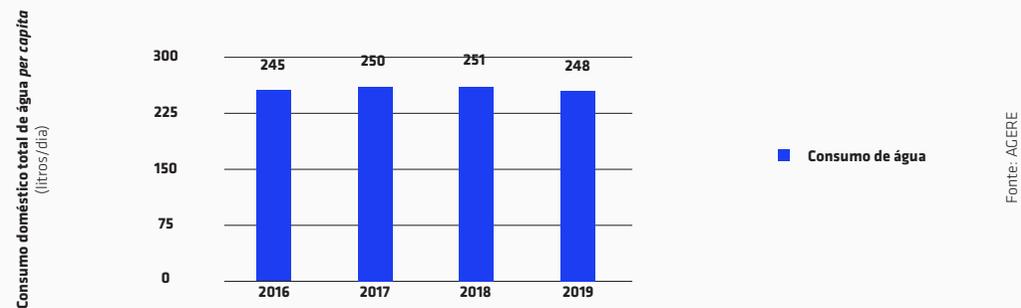
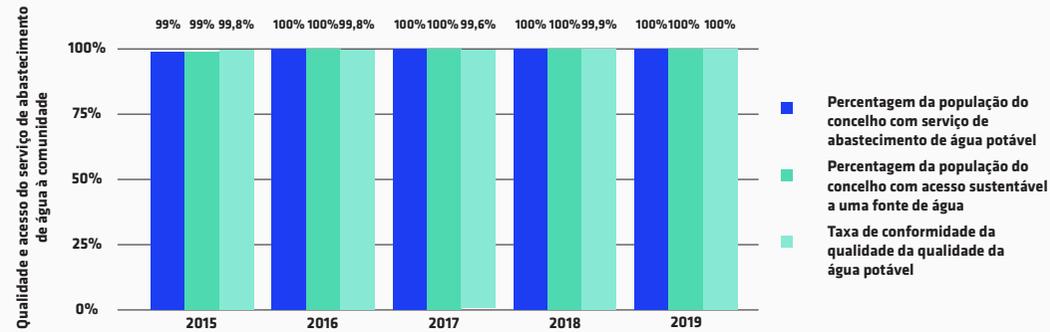
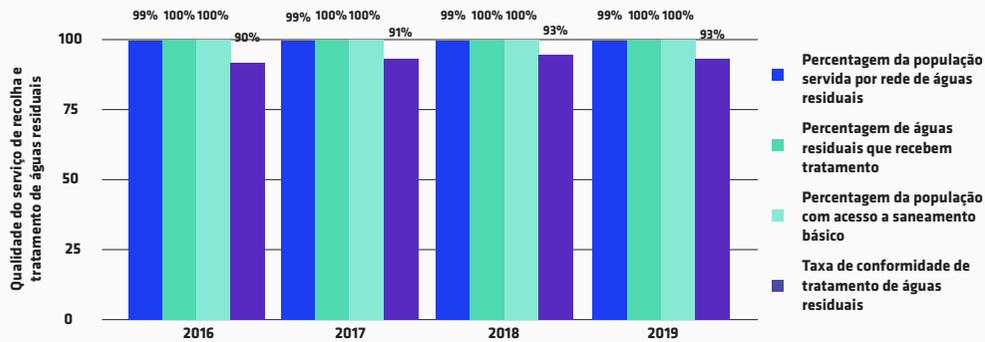
Captação de água superficial	1
Estações de tratamento	1 ETA (Ponto do Bico)
Rede de distribuição (km)	1.187
Estações elevatórias (n.º)	18
Válvulas Redutoras de pressão (n.º)	63
Reservatórios (n.º)	27
Capacidade de reserva (dias)	2,48
Grupos hidropressores (n.º)	18
Índice de conhecimento infraestrutural e de gestão patrimonial (em 100)	80
ZMC (n.º)	51

Fonte: AGERE



Fluxo do sistema de abastecimento e tratamento de água





AUMENTAR A CIRCULARIDADE

GESTÃO DE RESÍDUOS

7 ENERGIAS
RENOVÁVEIS
E ACESSÍVEIS



12 PRODUÇÃO
E CONSUMO
SUSTENTÁVEIS



Contexto

A gestão de resíduos sólidos urbanos configura-se atualmente como um dos grandes desafios às cidades do século XXI, não só pelo seu significativo aumento, mas também pela diversidade de materiais, com diferentes processos de tratamento e duração de decomposição no meio ambiente.

É da exclusiva competência da AGERE, nos termos da legislação e do contrato de gestão delegada com a CM Braga, planear e definir a estratégia, organizar e promover as operações de recolha e transporte dos resíduos urbanos produzidos na área do Município de Braga, com exceção dos fluxos de resíduos cuja recolha seletiva é da responsabilidade da BRAVAL.

Sistema de recolha e deposição de resíduos urbanos

Assim, a gestão do sistema de recolha de resíduos urbanos e de limpeza do espaço público é assegurada pela AGERE, EM, que tem a competência da recolha dos resíduos urbanos produzidos na área do Município de Braga, assegurando o transporte a destino final, bem como as ações de higiene urbana.

A estratégia para a recolha de resíduos urbanos no Município de Braga assenta na sua contentorização e numa operação de recolha sofisticada e tecnologicamente evoluída, considerando a instalação de 4.400 contentores de superfície e subterrâneos, com características diferenciadas, a sua lavagem frequente, e ainda a renovação do parque de viaturas de recolha, o que permite uma diminuição significativa das emissões de CO₂.

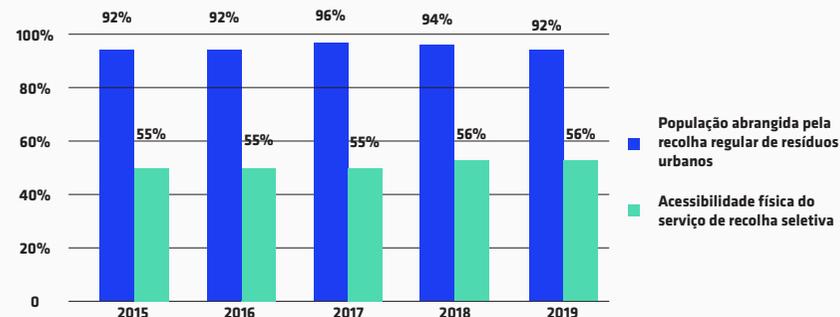
Os contentores vão estar a uma distância máxima de 100 metros de cada casa e, para efeitos de higiene, serão lavados regularmente no próprio local. É assim possível fazer a deposição dos resíduos a qualquer hora do dia, sem os constrangimentos associados ao horário de recolha dos resíduos porta-a-porta que existia no município.

A reformulação da operação de recolha de resíduos delineada pela AGERE foi implementada em todo o concelho e em todas as freguesias, estando, no entanto, adaptada às características de cada área, nomeadamente à facilidade de acessos e à densidade populacional, o que levou à definição de três zonas de ação distintas: primeiro anel, segundo anel e terceiro anel.

Neste sentido, a AGERE, EM, tem os seguintes objetivos:

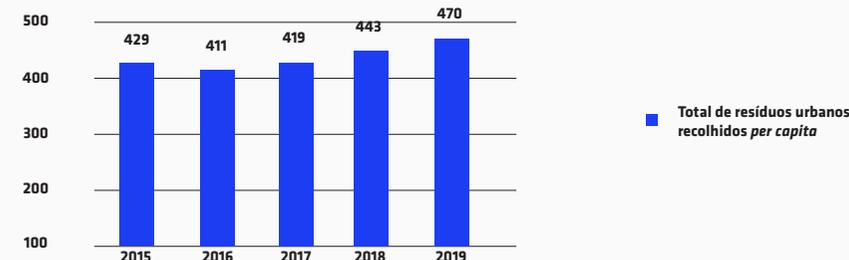
- _ Garantir o acesso a um serviço de recolha de resíduos indiferenciados no Município de Braga _
- _ Minimizar os impactos ambientais e valorizar o resíduo como recurso e melhorar a eficiência dos processos de recolha e tratamento/encaminhamento de resíduos;
- _ Incentivar e sensibilizar os munícipes para a separação de resíduos urbanos;

Serviço de recolha de resíduos urbanos



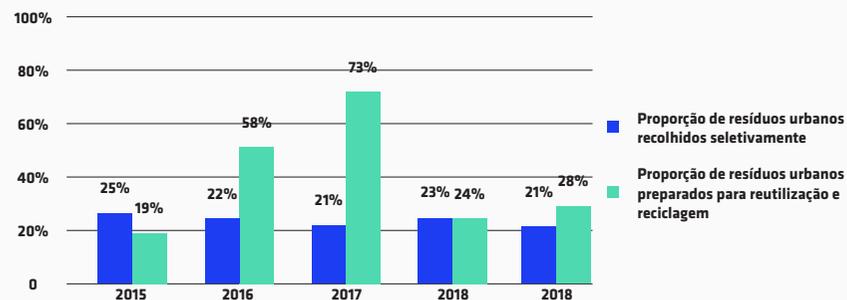
Fonte: ERSAR

Evolução de resíduos urbanos recolhidos per capita (kg)



Fonte: INE

Recolha seletiva e preparação para reutilização e reciclagem (%)



Fonte: INE

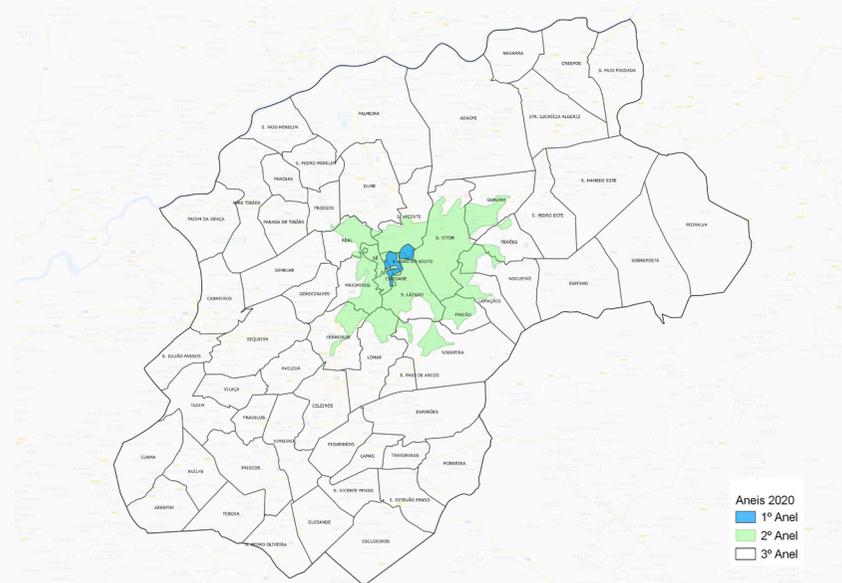
_ Aumentar o conhecimento e esclarecimento das oportunidades de valorização das diferentes tipologias de resíduos;

A gestão de resíduos urbanos abrange diversas etapas, desde a sensibilização da população relativamente à prevenção de resíduos e separação das frações que podem ser valorizadas (através de campanhas de informação), seguindo-se a recolha dos resíduos sólidos urbanos. O sistema de gestão resíduos urbanos indiferenciados assentou na definição de três zonas de ação distintas:

Primeiro Anel: Dada a tipologia desta zona do concelho, com obstáculos à circulação de viaturas pesadas, quer pela exiguidade das vias, quer pela convivência com trânsito pedonal, quer pelos danos que poderão ser causados à rede viária e ao património histórico e arqueológico, foi desaconselhado o recurso a equipamentos de deposição enterrados e o impacto visual numa zona fortemente turística desaconselha o recurso a contentores de superfície. Tratando-se também de uma zona com forte implantação de hotelaria e restauração, diariamente é gerada uma grande quantidade de resíduos orgânicos valorizáveis que eram incorporados nos resíduos indiferenciados, não sendo alvo de valorização. Assim, a recolha desta área mantém-se muito semelhante ao sistema porta-a-porta, de frequência diária, com viatura de 7 m³.

Segundo Anel: Correspondendo a cerca de 11% da superfície do concelho, nesta estão concentrados cerca de 110 000 habitantes, ou seja, cerca de 55% do total da população do município. É uma área forte densidade de urbanização, caracterizando-se em muitos locais por grandes acumulações de sacos de resíduos depositados, provenientes de múltiplas frações dos prédios em propriedade horizontal, com prejuízo para o acondicionamento dos mesmos. Dada a grande densidade habitacional, foram instalados equipamentos de deposição de grande capacidade, sendo parte deles de superfície (3000 e 3750 litros) e parte deles subterrâneos (5000 litros). A opção recaiu maioritariamente sobre contentores de superfícies, com o recurso a equipamentos enterrados a ser direcionado a zonas em que os equipamentos de superfície originem um impacto ou obstáculo visual indesejado e simultaneamente existissem locais viáveis sem interferência de infraestruturas enterradas.

Terceiro Anel: O restante concelho ficou integrado no terceiro anel, onde a menor densidade populacional e onde, na maior parte das vezes, o critério a obedecer no dimensionamento da rede foi acessibilidade dos municípios e não as necessidades de deposição em termos de quantidade, pelo que a opção mais equilibrada nestes casos seriam os contentores de superfície com rodas de 1100 litros, não prevendo qualquer necessidade de manter o sistema de recolha porta a porta em qualquer situação. Para isso estimamos a necessidade de aquisição de 3400 contentores de 1100 litros, para complementar os atuais 570 contentores de 800 litros que já estão instalados. Sendo que este terceiro anel, apesar de abranger a esmagadora maioria da superfície do concelho, apenas engloba uma população residente de aproximadamente 70 000 habitantes.



Sistema de Recolha de Resíduos Sólidos

Ano	Primeiro Anel	Segundo Anel	Terceiro Anel
Contentores	<ul style="list-style-type: none"> _ 300 contentores 80/120/240 litros cedidos a estabelecimentos de restauração e hotelaria 	<ul style="list-style-type: none"> _ 75 contentores enterrados de recolha bilateral com 5000 litros de capacidade _ 300 contentores de superfície de recolha bilateral com 3000 litros de capacidade _ 900 contentores de superfície de recolha bilateral com 3750 litros de capacidade 	<ul style="list-style-type: none"> _ 3400 contentores com 1100 litros de capacidade
Circuitos	<ul style="list-style-type: none"> _ 1 circuito de recolha em período noturno 	<ul style="list-style-type: none"> _ 6 circuitos de recolha em período diurno _ 1 circuito de recolha em período noturno _ 2 circuitos de lavagem de contentores 	<ul style="list-style-type: none"> _ 11 circuitos de recolha em período diurno _ 4 circuitos de lavagem de contentores
Meios de Recolha	<ul style="list-style-type: none"> _ 1 viatura bifluxe com 7 m³ de capacidade _ 1 motorista _ 2 cantoneiros 	<ul style="list-style-type: none"> _ 4 viaturas de recolha de contentores _ 1 viatura de lavagem de contentores _ 9 motoristas 	<ul style="list-style-type: none"> _ 11 viaturas de recolha de contentores _ 2 viaturas de lavagem de contentores _ 15 motoristas _ 30 cantoneiros



Sistema de valorização e tratamento de resíduos sólidos

No sentido de minimizar os impactos ambientais e aproveitar o valor socioeconómico que estes resíduos podem representar, o Município apresenta soluções eficazes de tratamento e de valorização à luz das orientações europeias para a hierarquização das opções de gestão de resíduos, serviços concessionados à empresa Braval, S.A., que, de acordo com este modelo, determina a prioridade dos tratamentos e formas de valorização a dar aos resíduos.

A 6 de Agosto de 1996, pelo decreto-lei n.º 117/96, foi criado sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Baixo Cávado, integrando, como utilizadores originários, os municípios de Braga, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho.

Assim, a Braval recebe, atualmente, resíduos provenientes dos 6 municípios referidos: Braga, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Amares, Vila Verde e Terras de Bouro.

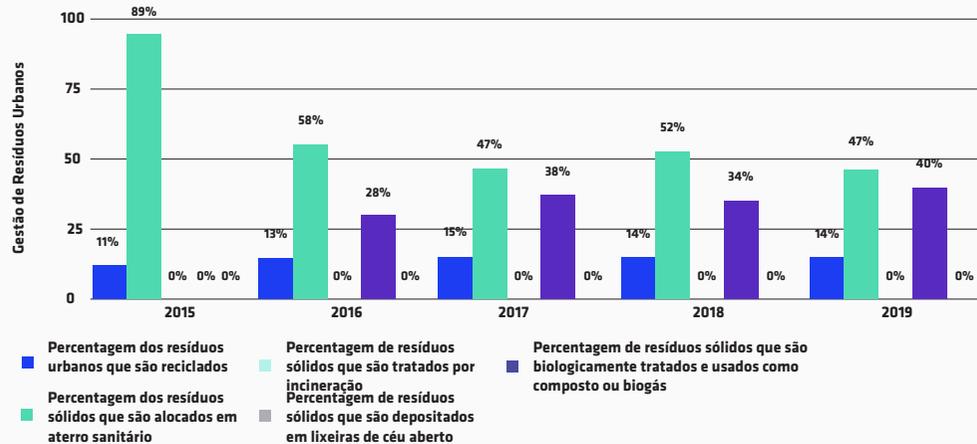
O sistema de valorização e tratamento de resíduos sólidos abrange uma área total de 1.121 km² e uma população de 290.387 habitantes que produz, sensivelmente, 112 mil toneladas/ano de Resíduos Sólidos Urbanos. 3 Grandes objetivos presidiram à criação da Braval, em 1996:

- Encerramento e recuperação ambiental das lixeiras a céu aberto.
- Construção das infra-estruturas necessárias para tratamento de resíduos sólidos, nomeadamente, o aterro sanitário.
- Implantação da recolha seletiva através de uma rede de ecopontos.

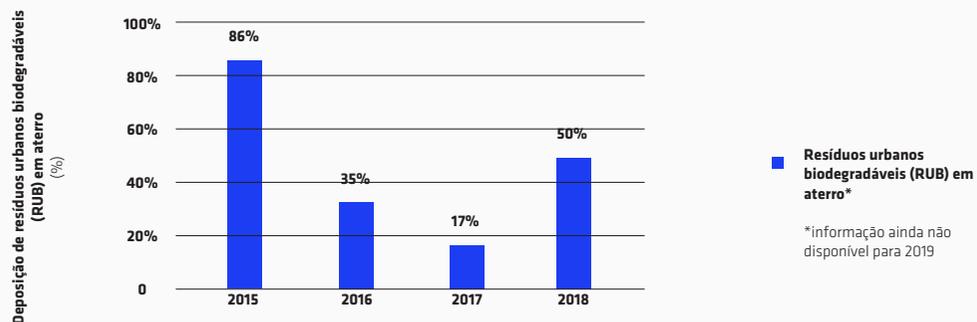
A construção do aterro sanitário, inaugurado oficialmente, a 14 de agosto de 1998, veio permitir o encerramento de 11 lixeiras a céu aberto existentes nestes 6 concelhos e a posterior recuperação ambiental e integração paisagística desses espaços, proporcionando a melhoria da qualidade de vida das populações afetadas.

Em 2016, a entrada em funcionamento da Central de Valorização Orgânica, com Tratamento Mecânico veio revolucionar o tratamento dos resíduos. Esta implementação permitiu a valorização de 30.000 toneladas da fração orgânica dos resíduos indiferenciados, 10.000 toneladas de resíduos verdes e castanhos, retirar a fração reciclável e valorizar energeticamente o biogás.

Trata-se de um investimento total de aproximadamente 22 milhões de euros, apoiado, na 1.ª fase, pelo POA, com taxa de financiamento de 69% e, na 2.ª fase, pelo POVT, com taxa de financiamento de 85%.



Fonte: INE



Fonte: INE

Sensibilização e Prevenção de Resíduos

A gestão de resíduos sólidos urbanos afigura-se um desafio significativo no concelho, tendo sido detetadas ao longo do diagnóstico situações de deposição ilegal de resíduos em diferentes espaços distribuídos por diferentes zonas das freguesias e uniões das freguesias.

Contudo, este e grande parte dos restantes problemas detetados no diagnóstico sobre este tema é partilhado pelo Município e as empresas concessionadas para o efeito. A ação do Município aquando de ter tido conhecimento das ocorrências alertadas pelos representantes das freguesias e uniões das freguesias, referenciadas na tabela, passou pela comunicação das mesmas às entidades responsáveis.

Com o apoio destas, o Município tem tido um papel sensibilizador junto da população. A sensibilização tem incidido fundamentalmente na prevenção e reutilização dos materiais, etapas pertencentes à base da hierarquia dos resíduos, promovendo alterações nos hábitos de consumo, sobretudo nas crianças.



Campanha Intermunicipal para Recolha Seletiva e Compostagem Doméstica no Cávado

Durante o ano de 2018, foi desenvolvida pelo Município de Braga e pela CIM do Cávado a “Campanha de Sensibilização Intermunicipal para Recolha Seletiva e Compostagem doméstica no Cávado”, tem como objetivo sensibilizar a população em geral e a escolar para a recolha seletiva e compostagem doméstica. Esta campanha foi financiada com base numa candidatura ao PO SEUR. Fizeram parte desta campanha as seguintes ações:

- _ Sensibilização para a recolha seletiva com entrega de ecopontos domésticos à população
- _ Peça de teatro sobre recolha seletiva nas escolas
- _ Sensibilização da população para a compostagem doméstica com entrega de compostores domésticos e com a realização de palestras para sensibilização da comunidade escolar



Semana Europeia de Prevenção de Resíduos

O Município desde 2014 tem desafiado vários parceiros para a promoção da Semana Europeia da Prevenção de Resíduos junto dos cidadãos e comunidade escolar. Diferentes ações e iniciativas envolvem a corresponsabilização dos munícipes para a problemática dos resíduos e a sensibilização para a importância da prevenção. Todos os anos é definido um tema ao qual as atividades incidem.



CIDADE EDUCADORA

EDUCAÇÃO E APOIO ESCOLAR

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Carta Educativa

A Carta Educativa constitui, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.

A Carta Educativa assume-se, como um instrumento de planeamento estratégico que tem como objetivo o (re)ordenamento da rede de equipamentos de educação e ensino, contribuindo para a promoção da qualidade do sistema educativo e formativo de acordo com as especificidades territoriais e a dimensão prospetiva subjacente.

As principais linhas de atuação ao nível da Carta Educativa do Município de Braga foram:

- _ A revisão/atualização da estratégia educativa municipal;
- _ A avaliação dos resultados das intervenções em relação ao que foram os objetivos de partida da Carta Educativa de 1ª geração;
- _ A formulação de propostas de reordenamento e/ou requalificação da rede escolar municipal.

De modo a garantir o envolvimento de toda a comunidade educativa numa ação coesa, coletiva e colaborativa, assente numa forte cooperação em torno de uma estratégia educativa comum e claramente definida, recolhendo informação essencial à revisão/atualização da estratégia educativa, foram realizadas várias sessões com diversos focus groups (equipas do Município, Profissionais de Educação e Ensino, Agentes Locais e Parceiros

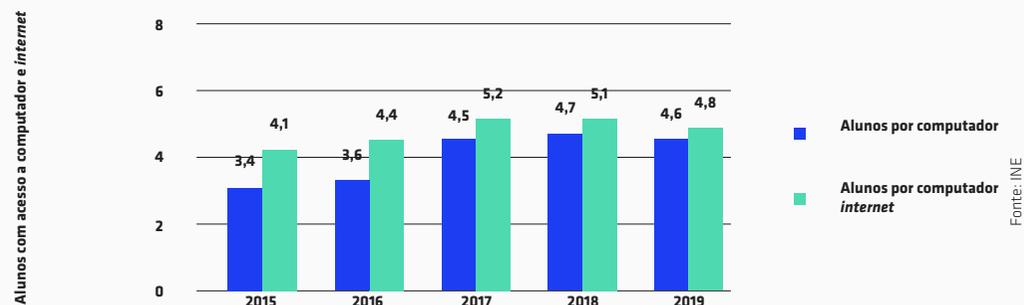
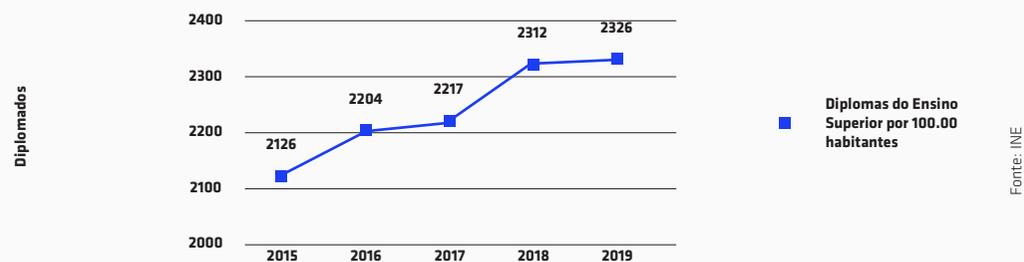
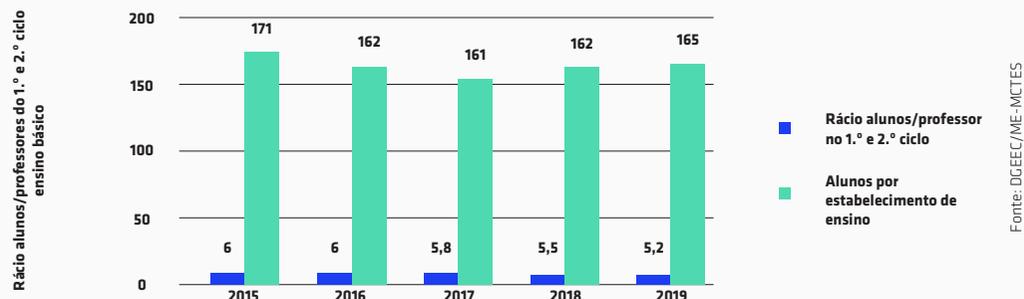
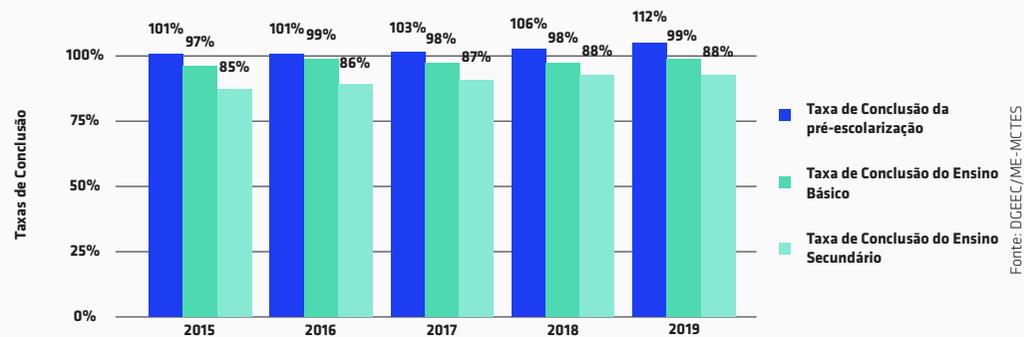
Sociais).

Da mesma forma e considerando a importância de uma participação ativa, foram levadas a cabo duas sessões públicas, destinadas à comunidade em geral, com o objetivo de dar a conhecer o início dos trabalhos de atualização da Carta Educativa do Município de Braga, os respetivos objetivos no âmbito da (re)definição da estratégia municipal para a Educação visando também a recolha de eventuais contributos para a atualização do diagnóstico e (re)definição estratégica.

Projeto Educativo Local

Da análise às relações entre parceiros e agentes educativos, surgiu a perceção da necessidade de planeamento e do trabalho em rede, pelo que o Pelouro da Educação chamou a si a responsabilidade de congregar, num documento único. Desta foram, o Projeto Educativo Local reúne todos os projetos educativos dinamizados pelo Município de Braga, os quais têm como destinatários principais todos aqueles que, diariamente, frequentam os estabelecimentos de ensino do nosso Concelho ou a sua comunidade mais alargada. Ao longo de 2019 foram realizadas mais de 50 atividades nas seguintes atividades distribuídas pelas seguintes categorias:

- _ Ação e Coesão Social
- _ Ambiente
- _ Cidadania e participação
- _ Cultura
- _ Desporto
- _ Juventude
- _ Media Arts
- _ Mobilidade



- _ Património
- _ Saúde e Bem estar

É no nosso entendimento que, assim, estaremos a contribuir para superar desafios no imediato e a preparar um futuro mais promissor para todos, porque acreditamos que a Educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal de cada um de nós.

Educação Ambiental

Cada vez mais, a melhoria dos aspetos ambientais no concelho depende das ações da população a favor da conservação e proteção dos espaços naturais e dos recursos existentes.

As ações de educação ambiental não se baseiam estritamente na correção imediata de um problema específico detetado no diagnóstico, mas na formação de cidadãos de acordo com uma responsabilidade ambiental, que permita evitar muitos dos problemas detetados.

As intervenções referidas neste eixo temático, a que se pretendem dar continuidade numa perspetiva cada vez mais melhorada e adaptada à atualidade, através de recursos e métodos de ensino mais interativos e atrativos, têm procurado despertar para a problemática do ambiente e da necessidade da sua proteção, através da realização de ações de educação para os mais jovens e sessões de esclarecimento e de sensibilização para as restantes faixas etárias.

A dinamização de diferentes atividades de voluntariado ambiental referidas ao longo deste documento e respeitantes aos diferentes eixos temáticos, além dos impactos positivos que resultam e que são visíveis no território, apresentam uma componente

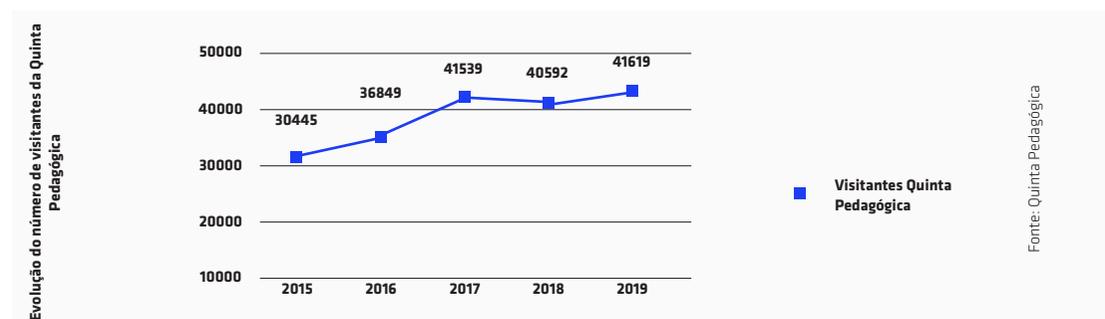
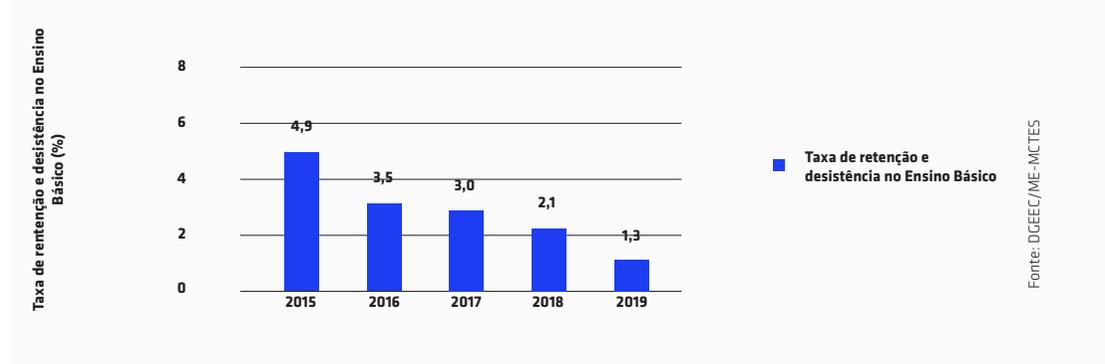
sensibilizadora e educativa para uma mudança de comportamentos, ao mesmo tempo que promovem o debate das diferentes questões ambientais. Como exemplos apresentam-se o Projeto Rios, do eixo temático “Água”, que incentiva à preservação dos cursos de água, A Minha Escola é Eficiente, do eixo temático “Energia e Mobilidade Sustentável”, que estimula as crianças para a adoção de hábitos que promovam a poupança de energia, ou a Semana Europeia de Prevenção de Resíduos, do eixo temático “Resíduos”, que promove a redução da produção dos resíduos e a sua reutilização.

Paralelamente, a comemoração de efemérides associadas à organização de diferentes iniciativas, quer sejam de âmbito global, europeu, ou nacional, como por exemplo o Dia Internacional das Florestas, Dia Mundial da Água, Dia Mundial da Energia, Dia Mundial do Ambiente, entre outras, contribuem não só para informar sobre os vários aspetos ambientais, mas também envolver a população e comunidade escolar ao motivar para a participação em ações de valorização ambiental.

Quinta Pedagógica

A Quinta Pedagógica – Centro de Formação e Experimentação Ambiental é o epicentro da educação ambiental em Braga. Neste equipamento municipal, proporcionam-se atividades educativas, pedagógicas, lúdicas e terapêuticas às crianças do pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, assim como a crianças e jovens com necessidades educativas especiais e atividades para os seniores.

Mais do que ações de consciencialização ambiental, envolve a comunidade escolar para a valorização rural, premiando os seus usos,



costumes e tradições, permite o contacto com a cozinha tradicional, dá a conhecer as hortas pedagógicas, promove a convivência com animais e celebra efemérides como pretexto de consciencialização. Quinzenalmente, a Quinta Pedagógica publica nos jornais locais, artigos de carácter pedagógico.

O incremento de melhorias estruturais neste equipamento, a diversificação de atividades destinadas a diferentes gerações e a intensificação da divulgação contribuiu para um aumento do número de visitantes bastante significativo nos últimos quatro anos.

Eco-Escolas

O Município de Braga tem-se envolvido no

92

Atividades do âmbito da educação ambiental ocorridas em 2019

programa Eco-Escolas mobilizando as escolas do concelho para atividades ambientais diversas ou envolvendo-se em atividades organizadas pela ABAE. **Em 2019 foram galardoadas 23 escolas com a bandeira da ABAE.** Pretende-se assim encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pelas escolas, no âmbito da Educação Ambiental para a Sustentabilidade. Rota da Mobilidade Sustentável, com a Formação em Empreendedorismo Ambiental, com o Oxigenar e o Florestar Braga.

CUIDAR DO ESSENCIAL

ACESSO E QUALIDADE DE SAÚDE

3 SAÚDE DE QUALIDADE



17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS



Plano Municipal de Saúde de Braga

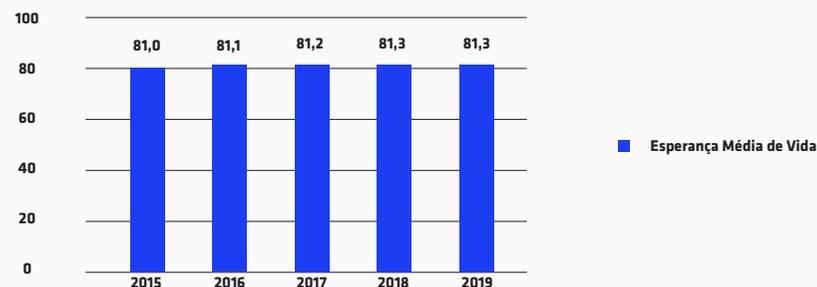
A qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos deverá ser uma das prioridades estabelecidas pelos vários organismos públicos, onde o Município de Braga se enquadra, definindo um vasto conjunto de políticas transversais que objetivam este fim. É um direito constitucional dos portugueses e um dos direitos consagrados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), já desde o longínquo ano de 1946. A Saúde e todas as suas determinantes são de enorme complexidade, multifatorial, pluri-institucional e diretamente relacionada com a presença cívica do indivíduo na sociedade.

O Plano Municipal de Saúde (PMS) sustenta a sua análise no Plano Local de Saúde (PLS), documento que permite o diagnóstico da situação de saúde local, identificando as principais necessidades de saúde da população, a definição de objetivos de saúde e recomendações para uma intervenção intersectorial. Possuindo o PLS uma conotação de Saúde mais relacionada com caracterização e combate à doença, o PMS perspetiva a Saúde num âmbito macro, com forte incidência nas determinantes sociais da Saúde.

A realização deste PMS pretende dotar o Município de Braga de uma ferramenta essencial para o processo de diagnóstico e fundamentação de tomada de decisão de políticas municipais de saúde. Simultaneamente pretende agrupar num documento único, todas as respostas em saúde promovidas não só pelo Município de Braga e universo municipal, mas também por todas as entidades públicas e privadas que ocupam lugar na saúde dos bracarenses. Por certo, esta condensação de projetos e respostas em saúde, permitirão uma sinergia nas respostas, promovendo maior assertividade e eficiência junto da comunidade.

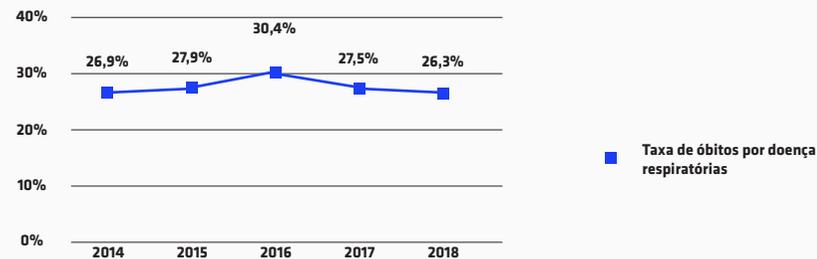
O desenvolvimento da sociedade tem-se traduzido num peso crescente de influência das condições socioeconómicas, culturais e ambientais no estado de saúde do indivíduo – Determinantes Sociais da Saúde. São as condições em que os indivíduos nascem, crescem, vivem e envelhecem, incluindo o sistema de saúde. Estas condições são definidas pela distribuição de riqueza, poder e recursos a nível global, nacional e local, que por sua vez são fatores influenciados por políticas sociais e económicas que são seguidas.

Esperança Média de Vida (anos)



Fonte: INE

Taxa de óbitos devido a doenças do aparelho circulatório (%)



Fonte: INE

Hospital de Braga

O Hospital de Braga abriu portas em maio de 2011, com uma capacidade de internamento até 704 camas. Esta unidade constitui uma Entidade Pública Empresarial (EPE) integrada no Serviço Nacional de Saúde .

O Hospital de Braga, que presta cuidados de saúde a cerca de 1.2 milhões de pessoas dos distritos de Braga e Viana do Castelo, dispõe de equipas clínicas multidisciplinares, altamente qualificadas para a prestação de serviços de saúde de excelência, assim como dispõe de equipamentos com tecnologias de primeira linha. Concilia, nas suas instalações, unidades de assistência médica, investigação e ensino universitário.

Desde o ano de 2014 é considerado o melhor hospital do país, por obter a melhor classificação a nível nacional em Excelência Clínica no Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (SINAS), desenvolvido pela Entidade Reguladora da Saúde. Desde 2015 tem vindo a conquistar o primeiro lugar no grupo de melhores hospitais de média/grande dimensão do Serviço Nacional de Saúde nos prémios "TOP 5 - A Excelência dos Hospitais", promovido pela IASIST - empresa multinacional de benchmarking hospitalar.

O Hospital de Braga tem mais de 2976 colaboradores* desde médicos, enfermeiros, assistentes técnicos, assistentes operacionais, técnicos de diagnóstico e terapêutica, técnicos superiores de saúde, entre outros.

ACES Braga

O Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) do Cávado I - Braga constituiu-se em 2009,

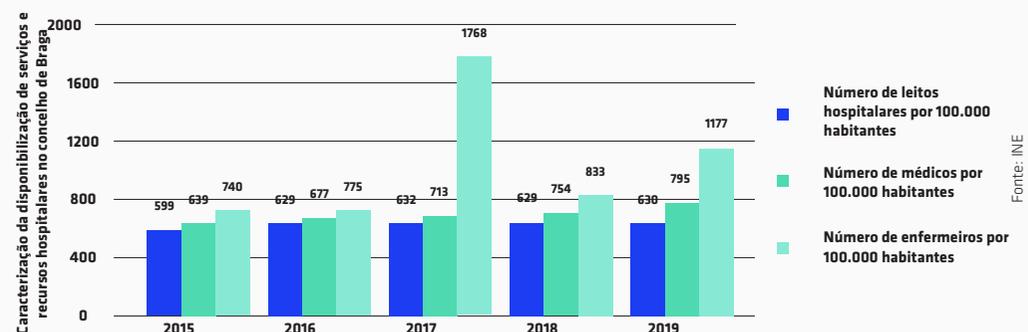
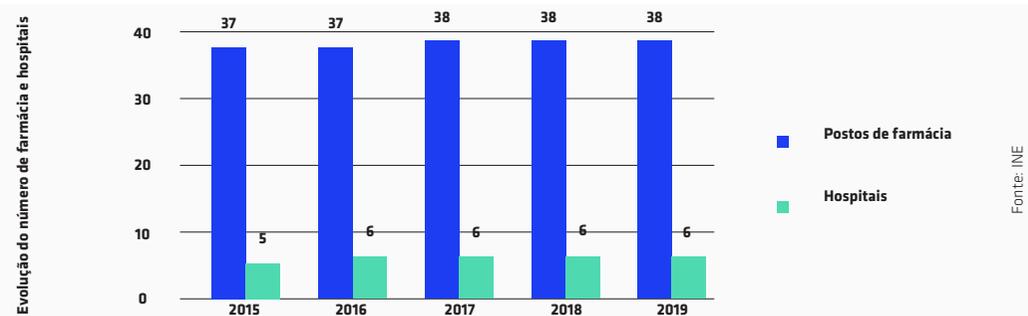
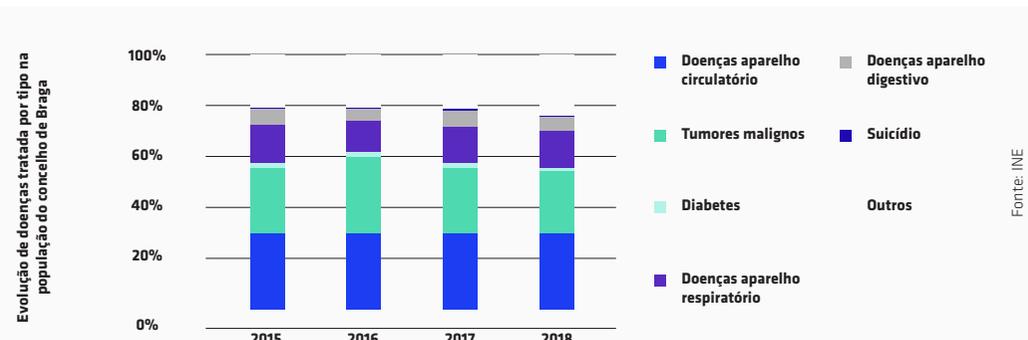
pela Portaria n.º 273/2009.

Na sua Missão procura garantir a prestação de cuidados de saúde primários à população da sua área geográfica de influência, procurando manter os princípios de equidade e solidariedade.

O ACES de Braga desenvolve as suas atividades para promover a saúde e prevenir a doença da população, comprometido com a satisfação dos utilizadores dos cuidados de saúde primários e a motivação e empenho dos seus profissionais.

Unidades de Saúde

- CDP Braga
- SAP Braga
- UCC Assucena Lopes Teixeira
- UCC Braga Saudável
- UCC Colina
- UCSP Adáuife
- UCSP Tebosa
- URAP Braga
- US Braga
- USF + Carandá
- USF 7 Fontes
- USF Bracara Augusta
- USF Braga Norte
- USF Esporões
- USF do Minho
- USF Gualtar
- USF Manuel Rocha Peixoto
- USF MaxiSaúde
- USF Ruães
- USF Salutis
- USF Sanus Carandá
- USF São João de Braga
- USF São Lourenço
- USF Saúde Oeste
- USF Tadim
- USP Braga



Centro de Medicina Desportiva

O Centro de Medicina Desportiva de Braga (CMDB), localizado nas instalações do antigo Hospital de S. Marcos, efetua Exames Médico-Desportivos, obrigatórios e essenciais, para o despiste de eventuais problemas de foro cardíaco. Este serviço, disponibilizado pelo Município de Braga, é destinado à população em geral e aos desportistas federados em particular, surgindo na sequência da constante aposta do Município de Braga no fenómeno desportivo e do aumento de Bracarenses desportivamente activos



Pulsar

O Município de Braga, para responder uma lacuna que existia no concelho, criou o programa PULSAR, um programa de atividade física para doentes oncológicos, em reabilitação, com acompanhamento especializado e personalizado, cuja importância se repercute não só para a reabilitação física dos utentes, mas também para a sua recuperação psíquica e social.



Braga a Sorrir

O Município de Braga, em parceria com a Organização 'Mundo a Sorrir', desenvolve desde 2014 o Programa "Braga a Sorrir" que promove a prevenção e promoção da saúde oral junto de pessoas em situação de vulnerabilidade social do Concelho de Braga. Reflexo da postura proativa e inovadora do Município, este Programa tem-se revelado um instrumento fundamental não só para a melhoria do nível da saúde oral dos utentes, como também da sua autoestima e qualidade de vida.



Programa de Apoio à Vacinação Infantil

Integrada nas políticas de promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida implementadas pelo Município de Braga, o Programa de Apoio à Vacinação infantil visa apoiar financeiramente as famílias bracarenses mais carenciadas na aquisição da vacina contra o rotavírus.



REDUZIR AS DESIGUALDADES

AÇÃO SOCIAL E INTEGRAÇÃO



entira que nos permite conhecer a verdade.

Plano de desenvolvimento Social 2016-2021

Enquanto estratégia de desenvolvimento e coesão social o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) de Braga 2016-2021 surge com o compromisso de responder aos enormes desafios da atual conjuntura nacional e europeia com vista a orientar, num futuro próximo, o sentido da ação, quer ao nível do investimento previsto para o novo ciclo de fundos estruturais, quer de outros recursos a potenciar e/ou criar.

O presente plano concorre, assim, de uma forma ativa para diminuir problemas e aumentar o potencial do concelho de Braga e contribuir para definir áreas de desenvolvimento a nível supraconcelhio, uma vez que o modelo de desenvolvimento do PDS expressa, numa linha de continuidade, o trabalho colaborativo entre as redes sociais que integram a Plataforma Supraconcelhia do Cávado.

Assim os PDS concelhios, instrumentos de planeamento ao nível local, estão articulados com o PDS Supraconcelhio, numa lógica de intervenção que tem como finalidade refletir e traçar as grandes prioridades para o desenvolvimento social do Cávado.

Balcão da Inclusão

O Município de Braga disponibiliza à população bracarense, pelo Balcão da Inclusão, um serviço de atendimento especializado sobre a deficiência/incapacidade conforme protocolado com o Instituto Nacional para a Reabilitação.

O Balcão da Inclusão, localizado no Balcão

Único, é destinado a pessoas com deficiência/incapacidades, familiares e público em geral, que procuram informação sobre esta temática.

Este serviço tem atendimentos realizados no segundo ano de funcionamento deste Balcão, que teve um total de 469 atendimentos, o dobro do ano anterior.

Gabinete de Apoio ao Idoso

O GAPI, Gabinete de Apoio ao Idoso desenvolve o PROGRAMA +65 onde consta serviços como a Teleassistência, a linha telefónica de Apoio ao Idoso (Voz Amiga - serviço complementar) e outros apoios complementares: como os "Apadrinhamentos"

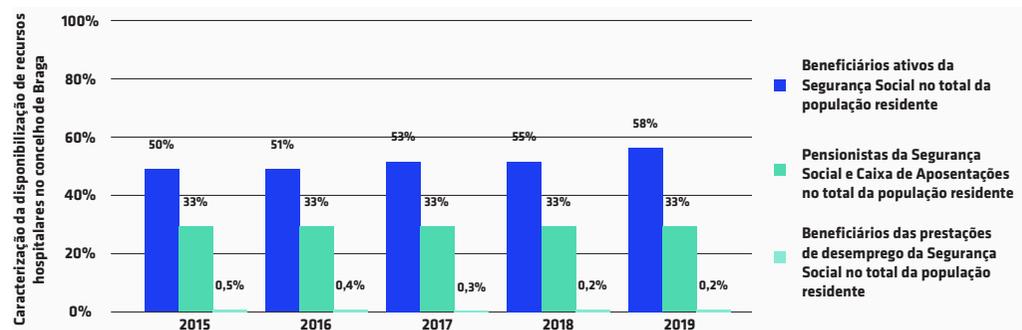
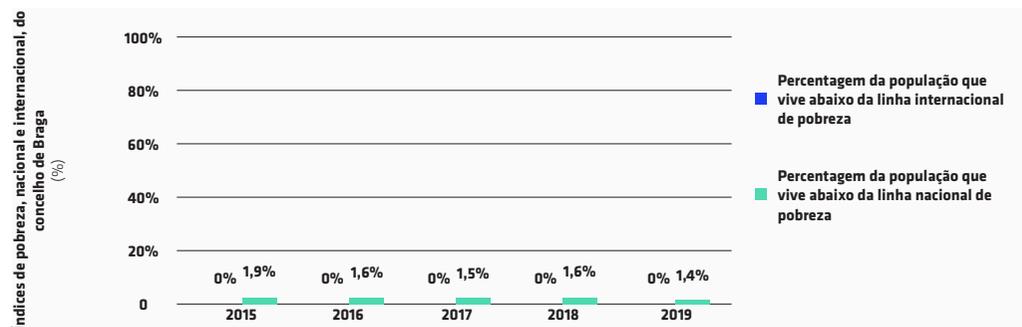
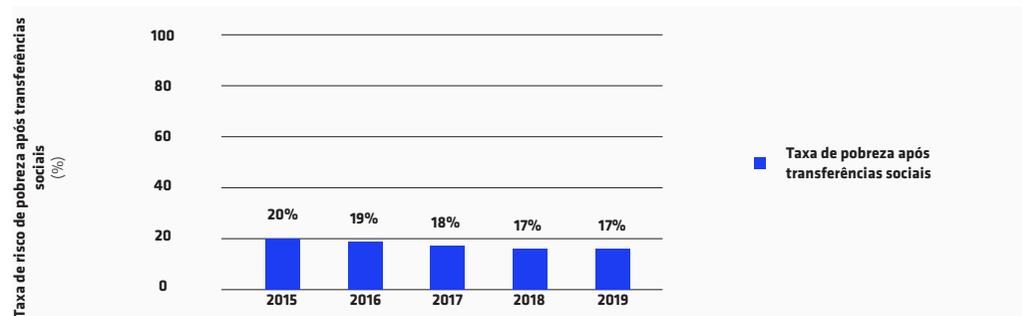
Gabinete de Informação e acompanhamento para a Igualdade

Este projeto resulta de uma colaboração com a Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade e pretende ser uma resposta à reintegração social e profissional das vítimas de violência doméstica quando estão já numa fase avançada de inclusão social e em que já não se justificam medidas excecionais de segurança.

Nesse sentido, a unidade, instalada na rua de S. Domingos, em S. Victor, vem garantir que os direitos da vítima não são esquecidos nem negligenciados e permite colmatar uma lacuna na sociedade, ao mesmo tempo que representa um enorme apoio à proteção e recuperação das vítimas de violência.

Gabinete de Apoio ao Emigrante

Integrado no plano global de integração e coesão social do Município de Braga, o Serviço de Apoio ao Emigrante e Imigrante disponibiliza o apoio e aconselhamento à população emigrante e imigrante, no âmbito do protocolado com a Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas e com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras



Human Power Hub

O Human Power Hub é um projeto que presta apoio à aceleração e incubação de ideias empreendedoras orientadas para o impacto social. Financiado pelo Programa Portugal Inovação Social e sediado no emblemático Edifício do Castelo, no coração de Braga, a sua ação divide-se por quatro setores.

O HPH está a preparar o futuro do Município de Braga, com as organizações da sociedade civil, as instituições públicas, a comunidade empresarial e com as pessoas. A Inovação Social chegou a Braga.



Bootcamp “Empreendedorismo Imigrante”

É uma formação intensiva que oferece a possibilidade aos participantes de desenvolverem, em equipa, o conceito e desenho de novas iniciativas de Empreendedorismo, definirem os seus modelos de negócio e planos de implementação. O objetivo é apoiar a criação de um modelo de negócio sustentável. Ação para a capacitação de técnicos que intervêm com a população migrante no concelho de Braga, através de práticas de educação não formal e que estimulam a criatividade e o combate a estereótipos, estigmas e preconceitos, de modo a promover a interculturalidade.



Roof Ending Homeless

O projeto ROOF visa a integração dos sem-abrigo, por meio de soluções habitacionais inovadoras de âmbito local. Pretende-se abordar uma estratégia que permita a resolução definitiva desta problemática, recorrendo a programas de “Housing First / Housing Led” e à recolha de dados precisos. É um projeto URBACT, que decorrerá entre 2019 e 2022, co-financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Constituído por uma rede de 9 cidades europeias, o projeto ROOF prevê o desenvolvimento de planos de ação locais integrados para promover e alcançar a meta estratégica do “Funcional Zero”, ou seja, uma resposta habitacional imediata para todas as pessoas em situação de sem-abrigo.



Braga Sol

O projeto BragaSol promove a atribuição de benefícios sociais no âmbito da isenção de taxas municipais, apoio técnico a projetos de construção, tarifas sociais de água, saneamento e transporte público gratuito. No sentido de melhorar as condições habitacionais dos cidadãos e famílias em situação de vulnerabilidade económica e social, este projeto auxilia também a realização de pequenas obras de reparação e requalificação de habitações degradadas.

PROMOVER O BEM-ESTAR PARA TODOS

DESPORTO

3 SAÚDE DE QUALIDADE



Carta Desportiva

O Desporto tem um papel extremamente relevante na sociedade atual e o acesso à prática desportiva constitui um direito, contribuindo fortemente para a melhoria da qualidade de vida da população. Tal facto justifica uma maior atenção por parte dos responsáveis autárquicos, nomeadamente no que diz respeito ao planeamento dos espaços existentes e ao investimento realizado.

O Município de Braga desenvolveu a Carta Desportiva, um documento que possibilita a localização, identificação e caracterização de todos os equipamentos desportivos do Concelho, de acordo com as diferentes tipologias existentes. Para além disso, cumpre o desiderato de caracterizar as atividades desportivas desenvolvidas no âmbito do movimento associativo.

Os investimentos devem ser realizados com base em pressupostos claros, englobados num sentido estratégico que defina quais as reais necessidades do Concelho. A partir de um olhar atento para a realidade atual, de forma integrada, percebe-se claramente onde devem ser realizadas as intervenções futuras. É absolutamente fundamental incentivar uma lógica de partilha e complementaridade dos recursos desportivos entre as diversas freguesias e instituições.

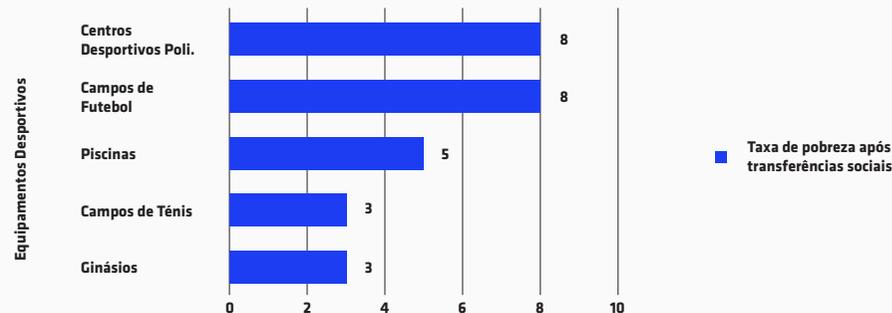
A análise do sistema desportivo local, nos diferentes contextos organizacionais da prática do desporto, faz parte de um processo que se pretende que seja contínuo, de forma a podermos acompanhar e a avaliar as necessidades de intervenção e a encontrar as soluções que permitam tornar as atividades desportivas acessíveis a todos os cidadãos, indo ao encontro das suas expectativas.

Caracterização dos hábitos desportivos do concelho de Braga

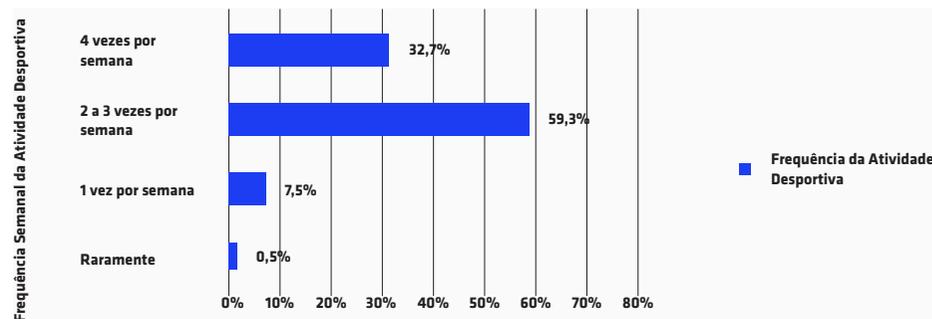
Após o sucesso do desafio da candidatura de Braga a cidade europeia do desporto através da celebração e realização de um vasto e qualificado programa de atividades ao longo do ano de 2018, este programa não resultou num fim em si mesmo, mas sim um instrumento através do qual a autarquia faz evidência da qualidade e esforço das intervenções na evolução do desporto.

Esta é a génese do título atribuído a Braga em 2018 pela Associação das Capitais Europeias do Desporto (ACES Europe, 2019). Com o desporto fortemente conectado com a história, património e crescimento sustentado da cidade, esta integração, patente nos objetivos definidos para Braga Cidade Europeia do Desporto 2018 (Braga CED2018), procurou também reforçar as dinâmicas de intervenção entre os agentes locais, incentivar a participação das famílias através do reforço ou atração de laços pré-existentes para a atividade desportiva, atrair visitantes motivados pelo desporto, reunindo um conjunto de conceitos onde o exercício da cidadania sai reforçado.

É neste quadro que o estudo visa, através da observação externa, conhecer as práticas realizadas ao longo do tempo de celebração de Braga CED2018 na ótica da procura, quer pelas famílias residentes (Parte I), quer pela atração de visitantes aos eventos de Braga CED2018 (Parte II). São identificadas as variáveis socioeconómicas de influência e a forma como se relacionaram com a celebração de Braga CED2018, visando no conjunto um legado comportamental que se prolongue e consolide para além de 2018.



Fonte: Câmara Municipal de Braga



Fonte: Câmara Municipal de Braga

70%

Prática de atividade desportiva na classe etária 20-25 anos (superior)

45€

Valor mensal de gastos com atividade desportiva pelos praticantes

61%

Dos praticantes realizam as suas atividades desportivas em ambiente *outddor*

35,1

Idade média do visitante (adepto) atraído pelos eventos



ESTÁDIO 1.º DE MAIO
AERÓDROMO DE BRAGA



PARQ. DESP. DA RODOVIA
ESTÁDIO MUN. DE BRAGA



42.ª Corrida de S. Silvestre

A 42ª edição da S. Silvestre de Braga realizou-se a dia 22 de Dezembro. Com partida e chegada na Praça da República, os Bracarenses entraram no espírito natalício que caracteriza a época do ano a correr (10 km) ou caminhar (5,7 km) nas principais ruas do centro histórico da cidade tendo sido realizada por 3500 participante com prémios iguais para homens e mulheres.



Corrida S. João 2019

Com a cidade já a cheirar a manjericos e sardinhas, num início de noite que prometia muita animação, a 6ª edição da Corrida de S. João de Braga preencheu a cidade dos Arcebispos de alegria e boa disposição. A Corrida de S. João de Braga é uma prova para toda a família e, para além da Corrida de 12 km cronometrada, o evento contou com uma caminhada de 5 km para todas as idades.

Em vésperas da maior festa popular da cidade, os bracarenses fizeram questão de sair à rua e participar nesta corrida, aplaudindo e apoiando os atletas em todo o percurso.



Campeonato Universitário Europeu de Futsal

Braga acolheu o Campeonato Europeu Universitário de Futsal 2019 (EUC Futsal), competição que foi organizada pela Federação Académica do Desporto Universitário, pela Associação Académica da Universidade do Minho e pela Universidade do Minho, em colaboração com a Federação Portuguesa de Futebol e a Câmara Municipal de Braga. Decorre entre os dias 15 e 23 de julho. Braga foi a capital do futsal universitário durante oito dias, com a presença de cerca de 30 equipas, masculinas e femininas, e uma previsão de que cerca de 800 pessoas estejam envolvidas no evento, entre atletas e voluntários, vindos de vários países da Europa.



BragaActiva

O BragActiva é um programa de atividade física sénior, que assume como grande objetivo a promoção da atividade física informal nesta faixa etária específica, através de exercícios de mobilização geral, reforço muscular, caminhadas e dança. Assume-se como um programa totalmente gratuito a todos que nele queiram participar, possuindo aplicação em dois grandes polos (Complexo Desportivo da Rodovia e Complexo Desportivo da Ponte), assim como num vasto conjunto de freguesias. O processo de inscrição pode ser efetuado no local de prática, ou no Balcão Único do Município de Braga.

URBANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVA

AMBIENTE CONSTRUÍDO

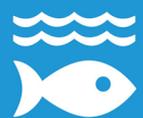
11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



13 AÇÃO CLIMÁTICA



14 PROTEGER A VIDA MARINHA



15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE



Plano Estratégico para o Desenvolvimento Urbano Sustentável de Braga

A transformação do modelo residencial no centro da cidade, adaptando os edifícios, os alojamentos e o sistema de mobilidade aos novos padrões de procura (famílias menos numerosas e mais jovens, idosos residentes, estudantes, profissionais qualificados) sem gerar fenómenos de gentrificação nas camadas da população de menores recursos – incluindo as comunidades residentes em bairros sociais.

A inversão da tendência de crescimento do automóvel como meio de transporte preferencial, o que implica uma mudança na política municipal de anos recentes ao nível da gestão de tráfego e estacionamento e o estímulo à utilização de modos suaves e da qualidade do sistema de transporte coletivo, dentro da cidade e nas ligações com o exterior.

O Executivo considerou ser oportuno prosseguir de forma mais alargada a política municipal de estímulo à reabilitação urbana, determinando a delimitação de três novas ARU na cidade e a alteração de uma das ARU existentes, a de Braga Sul Como corolário desta estratégia municipal de desenvolvimento urbano, em que a reabilitação urbana assume um papel preponderante, a cidade de Braga passará a estar abrangida por cinco Áreas de Reabilitação Urbana.

Esta proposta de mapa das ARU da cidade de Braga resulta dos seguintes fatores:

_ do interesse de se manter a delimitação atual da ARU do Centro Histórico de Braga, território objeto de um regulamento municipal específico e em vigor, e sobre o qual existe um capital de conhecimento e de regulação urbanística decorrente do quadro da atuação da Divisão do Património Cultural, Habitação e Gestão do Centro Histórico (antiga Divisão de Renovação Urbana);

_ da necessidade de não existirem “vazios” entre os limites da ARU do Centro Histórico e os limites das ARU na envolvente imediata;

_ da pertinência de englobar nestes novos processos de delimitação um número muito significativo de edifícios abandonados e/ou em ruína, quer sejam de natureza industrial, comercial ou habitacional (com destaque para edifícios multifamiliares inacabados);

_ da importância de “preencher” as novas ARU a delimitar com áreas já urbanizadas, que evidenciem níveis de degradação física do parque edificado;

_ da necessidade de salvaguardar a inclusão da principal rede de espaços verdes urbanos (existentes ou a criar) em presença na cidade, casos do Parque do Monte do Picoto, do Parque Norte e do Parque das Sete Fontes, configurando-se como as grandes “manchas” não urbanizadas, mas de enorme potencial do ponto de vista da fruição urbana.

_ e do interesse em abarcar instituições relevantes no panorama da cidade e região, com intenção e capacidade de transformação de setores da cidade e de criação de novas dinâmicas económicas, sociais e culturais, com impacto na qualidade de vida urbana, nomeadamente a Universidade do Minho, o INL – Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, o Sporting Clube de Braga, a InvestBraga e algumas empresas instaladas que pretendem expandir a sua operação (como é o caso da BOSCH, S.A.).



Estratégia de Paisagem no Âmbito da Revisão do PDM de Braga

A articulação entre a Estratégia de Paisagem e a Estratégia de Desenvolvimento Territorial no quadro da revisão de um PDM em contexto maioritariamente urbano, constitui-se como uma iniciativa inovadora, na medida em que permite uma perspetiva diferenciada do território, compatibilizando uma visão estratégica de conjunto com objetivos específicos para cada uma das UP com características e identidades próprias, o que facilita, quer a adequação da regulamentação das categorias de espaço a cada uma destas unidades, quer o reforço da sua identidade e das prioridades de desenvolvimento para elas estabelecidas o que, no seu conjunto, se traduzirá num modelo territorial mais consistente para o município.

De notar que as componentes habitacional, económica e de mobilidade não se encontram incluídas nesta estratégia, mas com ela deverão ser alinhadas. Também a componente participativa no estabelecimento da visão estratégica e dos objetivos e ações que aqui se incluem não foi contemplada por limitações de tempo e de contingências resultantes da pandemia. As opções aqui plasmadas têm apenas uma base técnica, devendo ser, quando oportuno, discutidas com os atores e parceiros locais.

O presente relatório organiza-se em 7 capítulos, para além da introdução e das referências, em que se começa por um enquadramento da estratégia de paisagem a nível nacional e internacional, bem como a relevância que as infraestruturas verdes e azuis têm assumido na agenda urbana de cidades que se querem verdes.

avés do futuro, colocando no centro das

preocupações o cidadão e a melhoria do seu quotidiano.

Obras Municipais

O Município de Braga tem procurado atuar estrategicamente na realização de intervenções fundamentais para a cidade, investindo em novas estruturas e requalificando as existentes através de intervenções profundas. O investimento efetuado nos últimos anos tem reflexo direto no quotidiano dos Bracarenses, sendo certo que durante o próximo o Município irá investir cerca de vinte e cinco milhões de euros em toda a cidade.

As políticas adotadas visam concretizar um ideal de cidade envolvente, em que os agentes económicos são considerados como fundamentais para o desenvolvimento da região, sendo os Bracarenses o meio e fim das políticas adotadas. Desta senda, a visão de ecossistema preconizada na cidade de Braga, concretizada através de parcerias constantes e periódicas com as Juntas de Freguesia, instituições como INL, Universidades, empresas e outras entidades, tem obtido resultados notórios.

Das intervenções concretizadas ao longo dos últimos várias mudaram o rosto da cidade, nas quais incluímos necessariamente as seguintes:

- Requalificação do Eixo Desportivo da Rodovia
- Requalificação do Mercado Municipal de Braga (ainda a decorrer)
- Requalificação Fórum Braga
- Prolongamento da Rua 25 de Abril,

Lomar

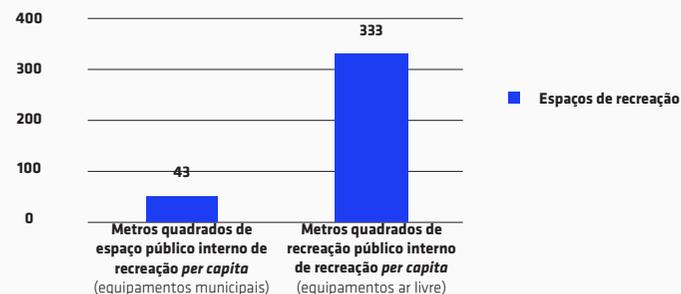
- Recreio Coberto da EB de Santa Tecla
- Obras de Beneficiação em várias escolas do Concelho
- Requalificação do Pavimento na Avenida do Estádio
- Repavimentação Parcial da Variante Sul
- Conceção, construção e concessão de exploração do tanatório de Braga
- Requalificação do bairro social de Santa Tecla
- Requalificação Bairro das Enguardas

Destarte, o investimento municipal apresenta uma dinâmica de intervenções bem definidas, com investimentos em equipamentos municipais, como o Mercado Municipal, Eixo Desportivo da Rodovia, Fórum Braga, entre outros, a requalificação e construção de novas vias e um investimento avultado em escolas e bairros sociais. Realçando desta forma a importância de uma cidade inovadora, jovem, construída através do futuro, colocando no centro das preocupações o cidadão e a melhoria do seu quotidiano.

1,4%

Diferença entre a taxa de crescimento urbano e a taxa de crescimento populacional

Espaços de recreação - segunda revisão do PDM Braga 2015 (m²)

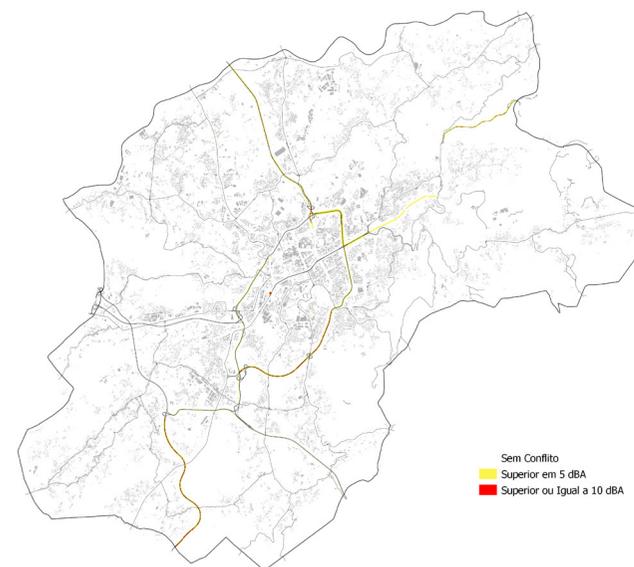
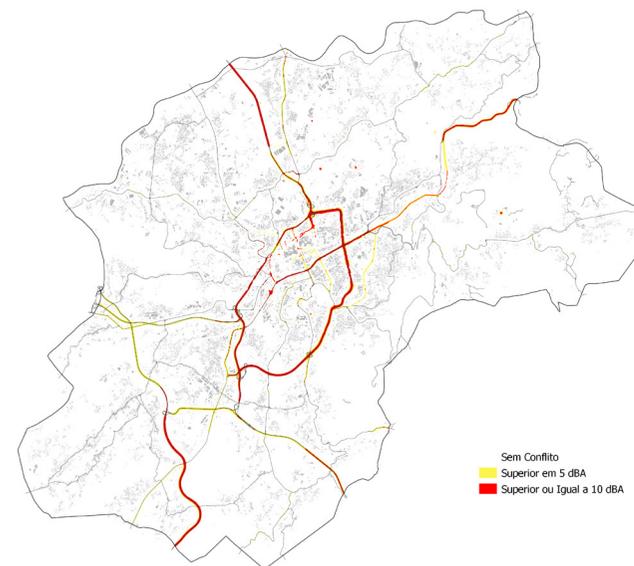




Qualidade do Ar e Ruído

O Município de Braga tem ao seu dispor um conjunto de infraestruturas que permite a criação de solução contínuas e autónoma da monitorização de qualidade ambiental – atmosfera. Distribuídos pela concelho, em locais considerados mais sensíveis devido às suas especificidades, os 7 sensores responsáveis pela monitorização da qualidade do ar, medem os níveis de monóxido de carbono (CO), dióxido de azoto (NO₂), ozono (O₃), temperatura, humidade relativa e pressão atmosférica.

Foi executado um protocolo de cooperação entre a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional – Norte, entidade responsável pela rede de monitorização da qualidade do ar no Norte de Portugal, e a Câmara Municipal de Braga que visa a aplicação de medidas para a melhoria da qualidade do ar e no envio dos alertas aos municípios subscritos, aquando da concentração anormal de gases poluentes que possam comprometer gravemente a saúde. No âmbito deste protocolo, foram instaladas duas estações de monitorização: uma no Horto Municipal outra na Avenida Frei Bartolomeu dos Mártires.



Monitorização do ruído no concelho de Braga

GARANTIR A PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

SEGURANÇA E PROTEÇÃO

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



Proteção Civil

A Divisão Municipal de Proteção Civil (DPC), unidade orgânica do Município de Braga, surgiu em Fevereiro de 2015, na sequência da reestruturação implementada na Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, publicada em DR, 2ª Série, nº 77 de 21 de Abril de 2015, através do Despacho nº 4005/2015, integrando também o Gabinete Técnico Florestal na orgânica da DPC.

Esta estrutura tem vindo a ser ao longo dos últimos anos, a ser reforçada tanto em termos de recursos humanos, como ao nível das competências decorrentes de orientações superiores como da legislação em vigor, nomeadamente no resultado das alterações à Lei de Bases de Proteção Civil, bem como e mais recente, a alteração da Lei nº 65/2007 de 12 de novembro concretizada pelo Decreto-Lei nº 44/2019 de 01 de abril.

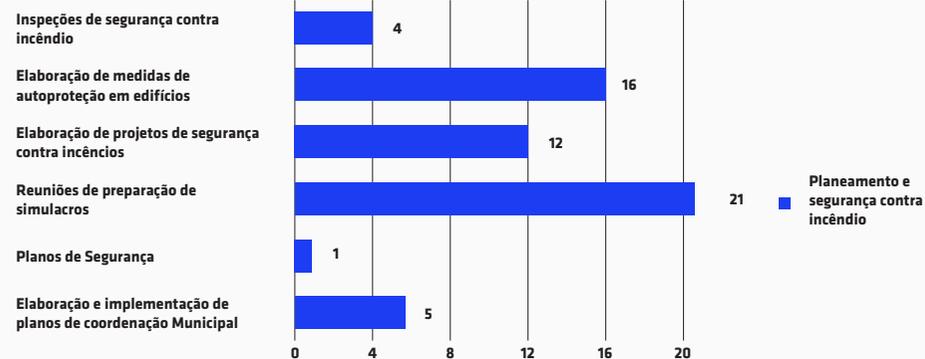
Assim, a Divisão de Proteção Civil adequa a sua própria organização interna ainda no decorrer de 2019, mas concretizada formalmente pelo Despacho n.º 440/2020 de 13 de janeiro do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, que define a Estrutura orgânica, nuclear e flexível dos serviços do Município de Braga.

Neste sentido, a DPC organiza-se internamente nas seguintes vertentes:

- _ Planeamento, Prevenção e Avaliação de Riscos
- _ Técnico Florestal
- _ Logística e Apoio às Operações
- _ Sensibilização e Informação Pública

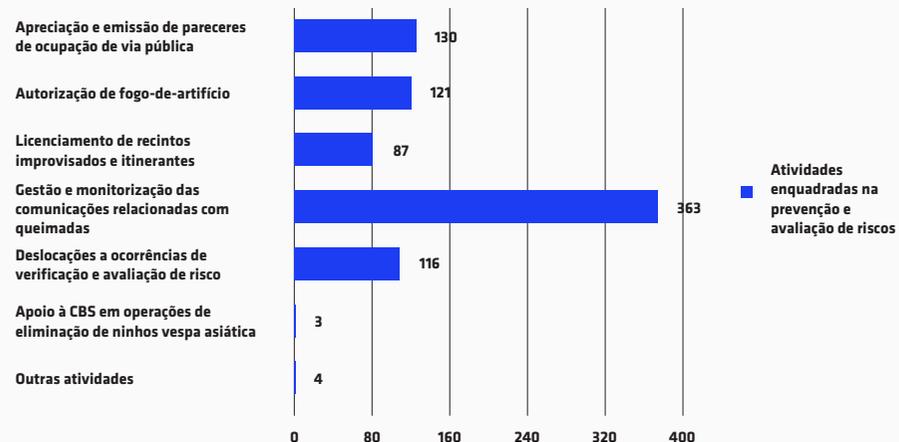


Planeamento e segurança contra incêndio



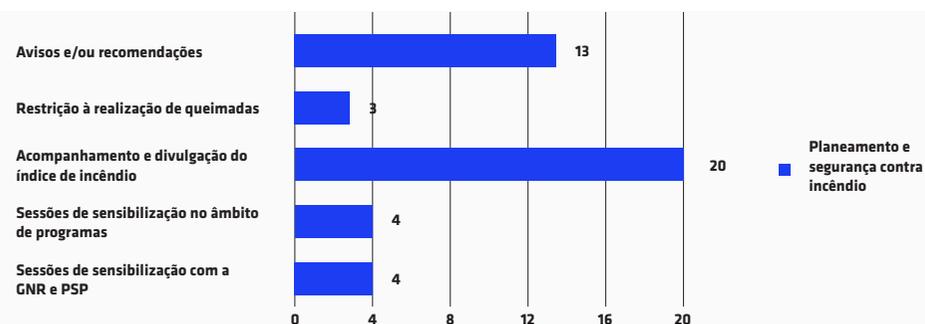
Fonte: Câmara Municipal de Braga

Atividades enquadradas na prevenção e avaliação de riscos



Fonte: Câmara Municipal de Braga

Ações de sensibilização



Fonte: Câmara Municipal de Braga

Polícia Municipal

Em funcionamento desde 4 de Junho de 2001, a Polícia Municipal de Braga exerce funções de polícia administrativa em todo o Concelho de Braga. Atualmente possui um corpo efetivo constituído por 48 agentes e situa-se na Rua do Farto.

Com a sua ação a Polícia Municipal, mais do que fiscalizar e punir, pretende informar, aconselhar e sensibilizar os cidadãos para o respeito e cumprimento da lei em geral, bem como dos regulamentos e posturas municipais. Tem como objetivo servir mais e melhor os munícipes, cooperando com as forças de segurança na manutenção da tranquilidade pública e proteção da comunidade.

As competências das Polícias Municipais são as inerentes da sua Lei Quadro (Lei n.º 19/2004 de 20 de maio), sendo que a Polícia Municipal de Braga incide a sua atuação em vários domínios.

Bombeiros

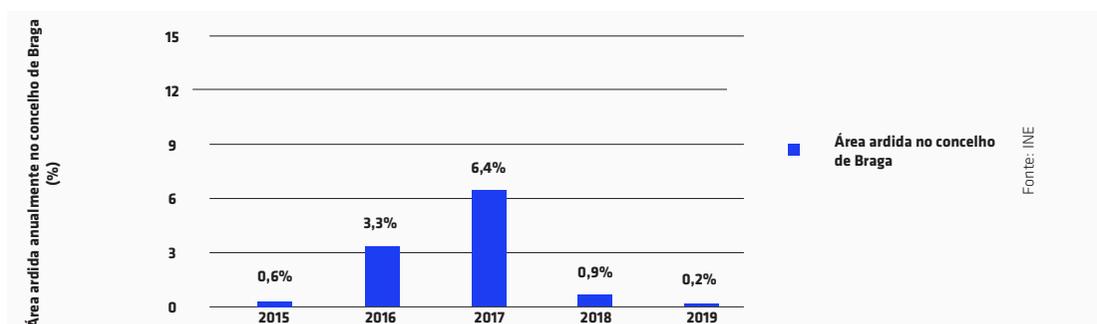
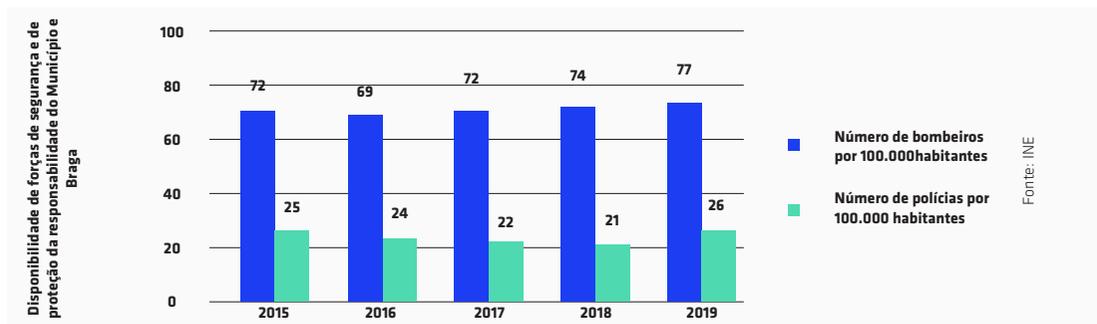
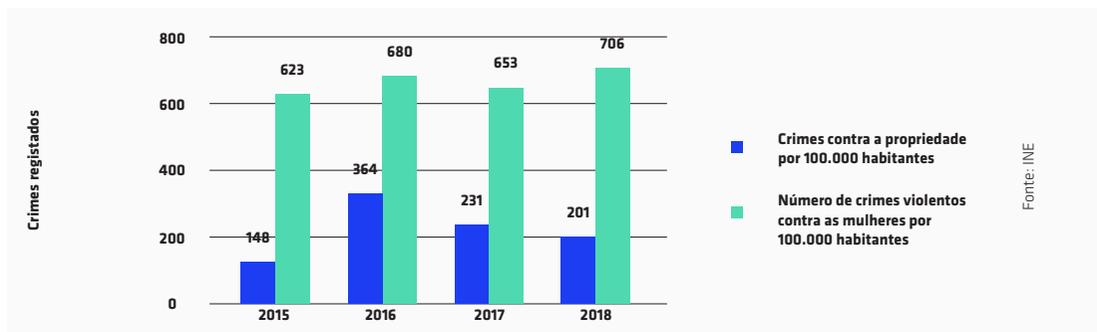
Criada oficialmente a 8 de Junho de 1799, a Companhia de Bombeiros de Braga tinha por missão manobrar uma bomba braçal de combate ao fogo e extinção dos incêndios. Dois meses depois, já com uma centena de homens, seria batizada por “Companhia da Bomba”, tendo-se convencionado o dia 31 de Agosto de 1799 como o da sua fundação.

Com diferentes denominações na sua longa história é, desde 1981 a “Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga”.

Atualmente, e de acordo com o art.º 3º, do Decreto-Lei nº 247/2007, de 27 de Junho (na

sua atual redação), à Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga estão-lhe atribuídas diversas missões, dentro da sua área de atuação própria.

Na sua área de atuação própria, a atividade socioeconómica, a implantação de complexos industriais e a exploração de recursos naturais potenciam riscos naturais e tecnológicos, a que os Bombeiros Sapadores de Braga acorrem, cabendo-lhes a responsabilidade de atuação prioritária



PROJETAR O FUTURO

DESCARBONIZAÇÃO E AÇÃO CLIMÁTICA

13 AÇÃO CLIMÁTICA



Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas

A adoção desta Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) pretende promover, em todo o território municipal, uma resposta coerente às múltiplas problemáticas relacionadas com as alterações climáticas e colocar o município na linha da frente a nível nacional, no que diz respeito a estas matérias.

As projeções climáticas para o município de Braga apontam, entre outras alterações, para uma potencial diminuição da precipitação total anual e para um potencial aumento das temperaturas, em particular das máximas no verão e no outono, intensificando a ocorrência de verões mais quentes e secos. É projetado, ainda, um aumento da frequência de ondas de calor e de eventos de precipitação intensa ou muito intensa.

Estas alterações poderão implicar um conjunto de impactos sobre o território municipal bem como sobre os sistemas naturais e humanos que o compõem. Mesmo na presença de respostas fundamentadas na adaptação planeada aos cenários climáticos futuros, existirão sempre riscos climáticos que irão afetar o município em múltiplos aspetos ambientais, sociais e económicos.

Esta EMAAC foca-se na identificação de opções e ações de adaptação planeada que visem promover a minimização dos efeitos das alterações climáticas. A partir da identificação e priorização das atuais vulnerabilidades e riscos climáticos e da sua projeção até ao final do século, o município de Braga procura promover um conjunto integrado de opções de adaptação para responder não apenas ao clima futuro, mas igualmente aos diferentes impactos climáticos já observados.

A EMAAC de Braga constitui um instrumento a ser revisto e atualizado, com base na evolução do conhecimento científico e das práticas de adaptação às alterações climáticas. Sendo esta a primeira estratégia do género no município pretende-se que seja um ponto de partida para o contínuo desenvolvimento de políticas territoriais coerentes, baseadas nas necessidades dos diferentes grupos populacionais e setores económicos e que permita um real reforço da resiliência climática do município e de quem nele habita ou visita.

Lista A - Carbon Disclosure Project – 88 cidades líderes no combate às alterações climáticas

O Carbon Disclosure Project (CDP) é um projeto formado por um consórcio internacional que, através de uma plataforma de avaliação, regista os dados na área da mitigação e adaptação às Alterações Climáticas do setor das empresas e, mais recentemente, das cidades. O Município de Braga tem participado neste reporte desde 2015 após o lançamento da Estratégia Municipal para Adaptação às Alterações Climáticas. Em média são reportados dados de mais de 700 cidades de todo o Mundo, representando 650 milhões de habitantes.

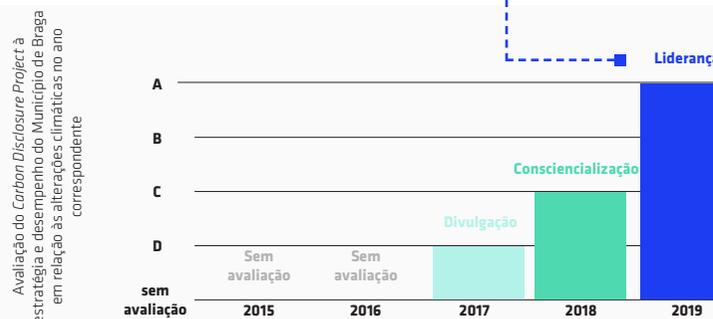
Através do CDP as cidades fornecem os dados relativos às emissões de carbono, bem como do consumo energético. Por outro lado, são fornecidos dados relativos às medidas aplicadas para a mitigação destas emissões e ações que sejam de adaptação aos riscos provocados pelas alterações climáticas.

A pontuação no CDP é uma indicação do quanto a resposta de uma determinada cidade está completa e qual é seu desempenho na ação climática. A pontuação permite que o CDP reconheça lideranças na ação climática das cidades e encoraje as cidades a seguirem as boas práticas. A pontuação está dividida em:

- **Liderança** - para cidades que receberam um A- ou um A;
- **Gestão** - para cidades que receberam um B- ou um B;
- **Consciencialização** - para cidades que receberam um C- ou um C;
- **Divulgação** - para cidades que receberam um D- ou um D;
- **Sem avaliação**.

Lista A - 88

cidades líderes no combate às alterações climáticas segundo o CDP



Inventário de Emissões de Gases com Efeito Estufa Comunitárias

Um inventário de emissões ou atualização de inventário pode ajudar nas seguintes ações:

- _ Identificar as maiores fontes de emissões dentro de uma região geográfica, departamento (ao preparar um inventário de operações do governo local) ou atividade da comunidade;
- _ Comparar tendências de emissões ao longo do tempo;
- _ Estabelecer a base para desenvolver ou atualizar um plano de ação climática;
- _ Acompanhar o progresso nas reduções de emissões; e
- _ Definir e / ou revisar metas de redução de emissões.

Para a criação do inventário de gases com efeito estufa do concelho de Braga foi utilizado o GHG Protocol for Cities. esta é uma das mais reconhecidas ferramentas a nível internacional. As diretrizes do *GHG Protocol for Cities* são elaboradas pela *World Resources Institute, C40 Cities Climate Leadership Group* e *ICLEI – Local Governments for Sustainability*.

Por outro lado, a adesão do Município de Braga ao Pacto Global de Autarcas pelo Clima e Energia em 2013. Como signatária deste Pacto, a cidade de Braga comprometeu-se a realizar um inventário de emissões de gases com efeito estufa.

As diretrizes usadas implicam que os inventários de emissões de gases efeito estufa são comumente expressos em toneladas métricas de dióxido de carbono (CO₂) equivalente por ano (tCO₂eq/ano).

O dióxido de carbono equivalente (CO₂eq) é a

unidade universal para comparar as emissões de diferentes gases com efeito estufa com CO₂ com base nos potenciais de aquecimento global (GWP). Os GWP foram desenvolvidos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e descrevem o potencial de retenção na atmosfera de um gás com efeito estufa em comparação com o CO₂ que tem um GWP de 1.

O inventário de emissões de gases com efeito estufa de Braga foi elaborado usando uma combinação de dados empíricos (medidos) e estimados (modelados), dependendo sempre da disponibilidade de dados.

Os dados foram recolhidos das mais diversas fontes, incluindo registos Municipais, relatórios de empresas de serviços públicos, agências (por exemplo, a ERSE ou APA) e empresas privadas (por exemplo, a EDP).

Os dados de atividades foram então convertidos em estimativas de emissões de gases de efeito estufa usando fatores de emissão relevantes. Fatores de emissão representam a quantidade de gases de efeito estufa emitidos por uma ação para uma determinada quantidade de atividade sob aquela ação. Por exemplo, a queima de uma tonelada de carvão liberta diferentes montantes de dióxido de carbono, metano e óxido nitroso do que queimar um litro de gasolina. Os fatores de emissão usados em cada equação definem quanto de cada gás é libertado por uma unidade definida (por exemplo, tonelada, litro, quilowatt) como resultado dessa atividade (por exemplo, queima de carvão, queima de gasolina).

A primeira etapa no desenvolvimento de um inventário de gases com efeito estufa foi definir o limite do inventário (ou seja, a área geográfica a ser analisada) e os gases e fontes de emissão a serem incluídos no inventário.

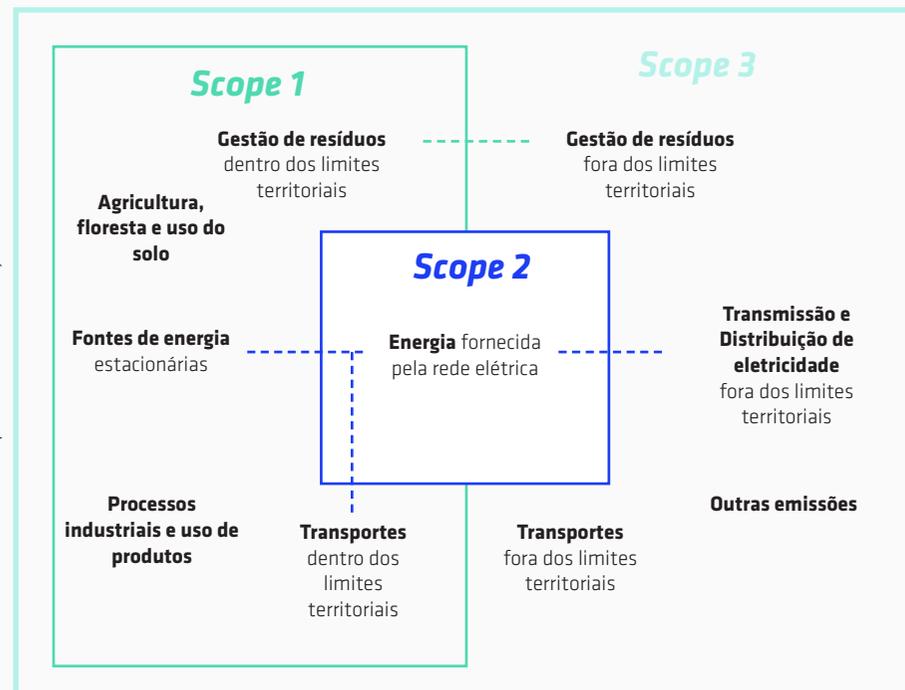
As emissões de gases com efeito estufa podem ser caracterizadas com base em onde ocorre a geração das emissões. Na contabilidade de GEE, existem três Scopes de emissões de GEE:

- _ **Scope 1:** Emissões de fontes dentro dos limites de fronteira (por exemplo, combustão de gás natural em edifícios, uso de combustível para transporte na comunidade);
- _ **Scope 2:** As emissões ocorrem como resultado do uso de energia fornecida pela rede dentro do limite (por exemplo, uso de eletricidade na comunidade);
- _ **Scope 3:** Emissões que ocorrem fora do limite de atividades da comunidade, mas que tem relação com as atividades dentro

dos limites (por exemplo, eliminação de resíduos em aterros sanitários fora do limite, perdas de eletricidade da transmissão e distribuição).

O inventário de emissões de gases com efeito estufa do concelho de Braga tem como limite as linhas de fronteira do concelho.

Esquema das Fontes e limites das emissões de gases com efeito estufa comunitárias
Adaptado GHG Protocol for Cities



GPC ref n.º	Fontes de Emissão de Gases com Efeito de Estufa (por setor e sub-setor)	Emissão de Gases com Efeito de Estufa em 2019 (Toneladas métricas de CO2eq)			
		Scope 1	Scope 2	Scope 3	Total
I	Energia Estacionária	100 377	168 538	NE	265 277
I.1	Edifícios Residenciais	19971	40425	NE	60097
I.2	Instalações Comerciais e Institucionais	13300	50528	NE	62467
I.3	Instalações de Indústria e Construção	33482	36597	NE	69090
I.4.1/2/3	Indústrias Energéticas	65	134	NE	198
I.4.4	Energia gerada e fornecida à rede	NE	-	-	-
I.5	Instalações de Indústria e Construção	33482	36597	NE	69090
I.6	Fontes não-específicas	76	4258	NE	4334
I.7	Fontes Fugitivas de Processos de mineração	NE	-	-	NE
I.8	Fontes fugitivas dos sistemas de gás natural	NE	-	-	NE
II	Transportes	540178	109	62728	603010
II.1	Transportes em Estrada	539702	75	62566	602322
II.2	Transportes Ferroviários	164	44	164	372
II.3	Navegação aquática	NE	28	NE	28
II.4	Aviação	NE	NE	NE	NE
II.5	Transportes fora de estrada	378	NE	NE	378
III	Resíduos	4636	-	68379	72927
III.1.1/2	Resíduos em aterro	NO	-	14350	14350
III.2.1/2	Resíduos para tratamento Biológico	NO	-	62876	62876
III.3.1/2	Resíduos incinerados	NO	-	NO	NO
III.4.1/2	Tratamento de Águas Residuais	4636	-	NO	4636
III.1.3	Resíduos Sólidos gerados fora da cidade	NO	-	NO	NO
III.2.3	Resíduos biológicos gerados fora da cidade	NO	-	NO	NO
III.3.3	Resíduos incinerados gerados fora da cidade	NO	-	NO	NO
III.4.3	Tratamento de Águas Residuais geradas fora da cidade	NO	-	NO	NO
IV	Processos Industriais e Uso de Produtos	4905	-	NE	4905
IV.1	Emissões de Processos Industriais que ocorrem dentro dos limites da cidade	NE	-	NE	NE
IV.2	Emissões de uso de produtos que ocorrem dentro dos limites da cidade	4905	-	NE	4905
V	Agricultura, Florestas e outros usos do solo (AFOLU)	750	-	NE	750
V.1	Emissões oriundas de animais	878	-	NE	878
V.2	Emissões oriundas do uso do Solo	159	-	NE	159
V.3	Outras emissões	NE	-	NE	NE
VI	Outras Emissões de SCOPE 3	-	-	NE	NE
VI.1	Outras Scope 3	-	-	NE	NE
TOTAL	(city induced framework only)	648493	167989	130674	938284

Legenda **GPC Sources required for BASIC+ reporting**

NE - Não Estimado
NO - Fonte não ocorreu
- - Não Aplicável

GPC ref n.º	Fontes de Emissão de Gases com Efeito de Estufa (por setor e sub-setor)	Emissão Anuais de Gases com Efeito de Estufa (Toneladas métricas de CO2eq)				
		2015	2016	2017	2018	2019
I	Energia Estacionária	284 112	311 799	342 678	286 505	265 277
I.1	Edifícios Residenciais	81 021	83 653	78 193	70 904	60 097
I.2	Instalações Comerciais e Institucionais	82 921	85 907	82 166	73 256	62 467
I.3	Instalações de Indústria e Construção	56 631	67 681	87 817	68 382	69 090
I.4.1/2/3	Indústrias Energéticas	342	335	340	257	198
I.4.4	Energia gerada e fornecida à rede	-	-	-	-	-
I.5	Instalações de Indústria e Construção	56 631	67 681	87 817	68 382	69 090
I.6	Fontes não-específicas	6 565	6 541	6 345	5 324	4 334
I.7	Fontes Fugitivas de Processos de mineração	NE	NE	NE	NE	NE
I.8	Fontes fugitivas dos sistemas de gás natural	NE	NE	NE	NE	NE
II	Transportes	513 319	511 659	521 188	555 459	603 010
II.1	Transportes em Estrada	512 794	511 143	520 671	554 862	602 322
II.2	Transportes Ferroviários	413	403	405	388	372
II.3	Navegação aquática	0	0	1	4	28
II.4	Aviação	NE	NE	NE	NE	NE
II.5	Transportes fora de estrada	112	112	112	206	378
III	Resíduos	96 656	80 340	74 193	76 544	72 927
III.1.1/2	Resíduos em aterro	91 064	37 309	17 271	23 138	14 350
III.2.1/2	Resíduos para tratamento Biológico	0	36 489	51 720	47 899	62 876
III.3.1/2	Resíduos incinerados	NO	NO	NO	NO	NO
III.4.1/2	Tratamento de Águas Residuais	5 592	6 542	5 202	5 507	4 636
III.1.3	Resíduos Sólidos gerados fora da cidade	NO	NO	NO	NO	NO
III.2.3	Resíduos biológicos gerados fora da cidade	NO	NO	NO	NO	NO
III.3.3	Resíduos incinerados gerados fora da cidade	NO	NO	NO	NO	NO
III.4.3	Tratamento de Águas Residuais geradas fora da cidade	NO	NO	NO	NO	NO
IV	Processos Industriais e Uso de Produtos	3 291	3 616	4 136	4 211	4 905
IV.1	Emissões de Processos Industriais que ocorrem dentro dos limites da cidade	NE	NE	NE	NE	NE
IV.2	Emissões de uso de produtos que ocorrem dentro dos limites da cidade	3 291	3 616	4 136	4 211	4 905
V	Agricultura, Florestas e outros usos do solo (AFOLU)	1 372	2 907	1 625	1 476	750
V.1	Emissões oriundas de animais	993	964	950	920	878
V.2	Emissões oriundas do uso do Solo	379	1 943	675	557	159
V.3	Outras emissões	NE	NE	NE	NE	NE
VI	Outras Emissões de SCOPE 3	NE	NE	NE	NE	NE
VI.1	Outras Scope 3	NE	NE	NE	NE	NE
TOTAL	(city induced framework only)	898 750	910 321	943 820	924 197	938 284

Legenda **GPC Sources required for BASIC+ reporting**

NE - Não Estimado
NO - Fonte não ocorreu
- - Não Aplicável

SEMEAR A RESPONSABILIDADE DA PRODUÇÃO

AGRICULTURA E PRODUÇÃO BIOLÓGICA



Gabinete do Agricultor

A criação do Gabinete de Apoio ao Agricultor (GAA) do Município de Braga, visa dar um contributo para o desenvolvimento económico do Concelho dando seguimento à estratégia de desenvolvimento rural/agrícola sustentável do concelho de Braga. O concelho de Braga não é um concelho tipicamente rural, mas tem ainda muitas áreas rurais (tem cerca de 3689 ha de acordo com INE 2009), tem um potencial enorme na área da promoção de produtos agrícolas da região, com valor acrescido, endógenos e no Pelouro do Ambiente tem a área exclusivamente dedicada ao “Desenvolvimento Rural”.

O objetivo geral do mesmo é, de uma forma gratuita, profissional e personalizada, informar, sensibilizar e impulsionar o sector agrícola no concelho. Os objetivos específicos são:

- _ Incentivar os modos de produção agrícola sustentáveis ambientalmente (em linha com a Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica);
- _ Promover apoio a jovens como forma de combate à desertificação dos meios rurais;
- _ Divulgar junto das Juntas de Freguesia e demais interessados, a metodologia da Bolsa Nacional de Terras com vista à angariação de terrenos no concelho de Braga e à atração de interessados no seu arrendamento;
- _ Informar sobre a existência dos programas de desenvolvimento rural comunitários direcionados para o investimento na vertente agrícola e de transformação de produtos agrícolas;
- _ Planear e apoiar ações técnicas e de sensibilização em conjunto com outros parceiros para o esclarecimento de

procedimentos para o apoio a jovens empresários agrícolas.

Hortas Urbanas

As hortas urbanas têm os objetivos de mobilizar a população, as comunidades escolares, instituições e entidades, permite que os envolvidos adquiram maior controle sobre a sua própria qualidade de vida, pois o cultivo dos produtos é uma atividade fundamental para a sobrevivência do ser humano e de sensibilizar os utilizadores para melhores técnicas de produção, nomeadamente as de produção biológica, sensibilizar para a melhoria da saúde, para a ocupação de tempos livres com mais qualidade, para a redução do desperdício alimentar, para a melhoria da qualidade de vida em todos os sentidos.

As hortas ocupavam até final de 2019 uma área aproximada de 30 000 m², envolvendo aproximadamente 4500 utentes nas mais diversas configurações em toda a área geográfica do concelho de Braga. O Município de Braga disponibiliza apoio técnico para implementar as diversas tipologias de hortas existentes no concelho, mas também coopera com meios logísticos para a preparação das terras e dos talhões das hortas que têm sido disponibilizadas tanto à população do concelho, como às entidades parceiras, promovendo assim a prática do cultivo, com base na Agricultura Biológica, às comunidades envolvidas, mantendo e preservando o sector da agricultura que tanto contributo deu ao país no passado.



24,7 km²

Área agrícola urbana total por 100.000 habitantes

90ha

área ocupada com modo de produção de agricultura biológica

GARANTIR O ACESSO A FONTES DE ENERGIA MAIS SUSTENTÁVEIS

ENERGIA

7 ENERGIAS
RENOVÁVEIS
E ACESSÍVEIS



Plano de Ação para a Energia Sustentável

O Plano de Ação para a Energia Sustentável (PAES) tem integrado a ação política mais concreta para aumentar os índices de sustentabilidade energética tanto a nível organizacional como a nível do concelho. No entanto, para a promoção de um território mais sustentável a nível energético o PAES tem como parceiro central a Agência de Energia do Cávado (AEC) que pauta as suas atividades pelo respetivo enquadramento legal, seguindo os seguintes objetivos, de política energética:

– Garantir a segurança do abastecimento de energia, diversificando os recursos primários e promovendo a eficiência energética;

– Estimular e favorecer a concorrência, promovendo a defesa dos consumidores e a competitividade e eficiência das empresas;

– Garantir a adequação ambiental de todo o processo energético, tentando reduzir o impacto ambiental às escalas local, regional e global;

– Complementarmente, a Agência tem como função o acompanhamento e estímulo da adoção de comportamentos de eficiência energética e de valorização dos recursos energéticos de proximidade em ligação com as autoridades locais, os agentes económicos regionais e os cidadãos em geral.

Os mecanismos de maximização do impacto energético e ambiental, marginais à implementação das medidas consideradas no presente PAES, baseiam-se nos seguintes instrumentos:

– Integração em observatório local da

sustentabilidade energética

– Integração em inventário estatístico e balanço de Energia e de Carbono

– Plataforma Web

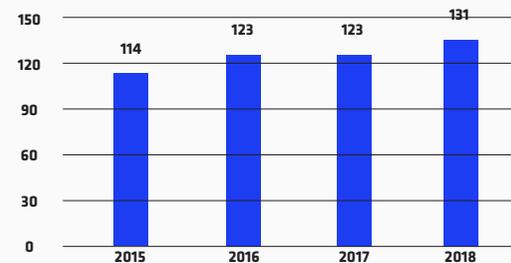
– Infografia Web

– Roteiro para Sustentabilidade Energética

Os instrumentos que suportam os mecanismos de potenciação dos benefícios energéticos e ambientais do presente PAES orientam-se para a promoção da replicação das medidas energético-ambientais e da emergência de programas de promoção da sustentabilidade energética. Esses programas podem operacionalizar-se em locais de potencial replicação da presente intervenção, através de programas e estratégias públicas específicas, para as quais esses instrumentos fornecem contributos decisivos. Essas estratégias potenciam a eficiência e melhoram a eficácia de medidas orientadas para o desenvolvimento simbiótico de políticas públicas de sustentabilidade e inovação.

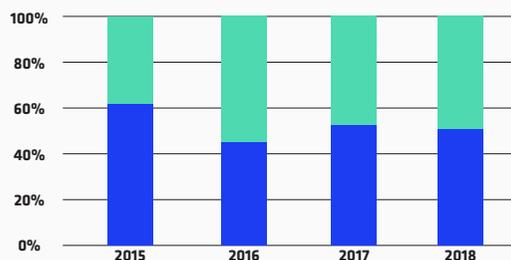
Nota: Até ao momento da apresentação do Relatório de Sustentabilidade os dados relativos a 2019 não estavam disponíveis pelas entidades que comunicam as respetivas informações.

Consumo total de energia no uso final per capita (GJ/ano)



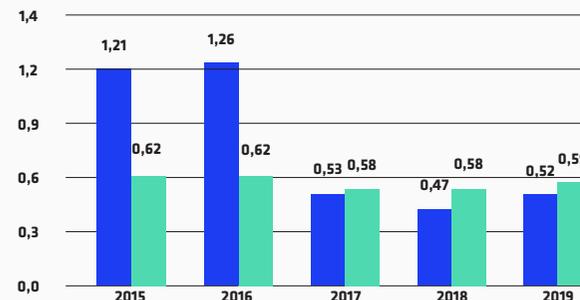
Fonte: DCEG/MAAC

Consumo total de energia no uso final per capita (GJ/ano)



Fonte: DCEG/MAAC

Consumo de energia em instalações com influência do Município de Braga (GJ/10⁴)



Fonte: DCEG/MAAC

Pacto dos Autarcas para a Energia e Clima

O Pacto de Autarcas para a Energia e o Clima é o principal movimento europeu que envolve autarquias locais e regionais voluntariamente empenhadas no aumento da eficiência energética e na utilização de fontes de energias renováveis nos respetivos territórios. Através do seu compromisso, os Signatários pretendem atingir e ultrapassar o objetivo da União Europeia de redução de CO2 em 20% até 2020. O Município de Braga é signatário deste movimento partilhando a mesma visão as cidades europeias.

Após a adoção, em 2008, do Pacote Clima e Energia da União Europeia, a Comissão Europeia lançou o Pacto de Autarcas para fomentar e apoiar os esforços das autarquias locais na implementação de políticas de energia sustentável. Pelas suas características singulares – sendo o único movimento desta natureza a mobilizar os atores locais e regionais no cumprimento dos objetivos da União Europeia – o Pacto de Autarcas tem sido considerado, pelas instituições da União Europeia, como um modelo excepcional de governação de vários níveis.



GLOBAL COVENANT
of MAYORS for
CLIMATE & ENERGY

Sistema Inteligente de Gestão Energética CimCávado

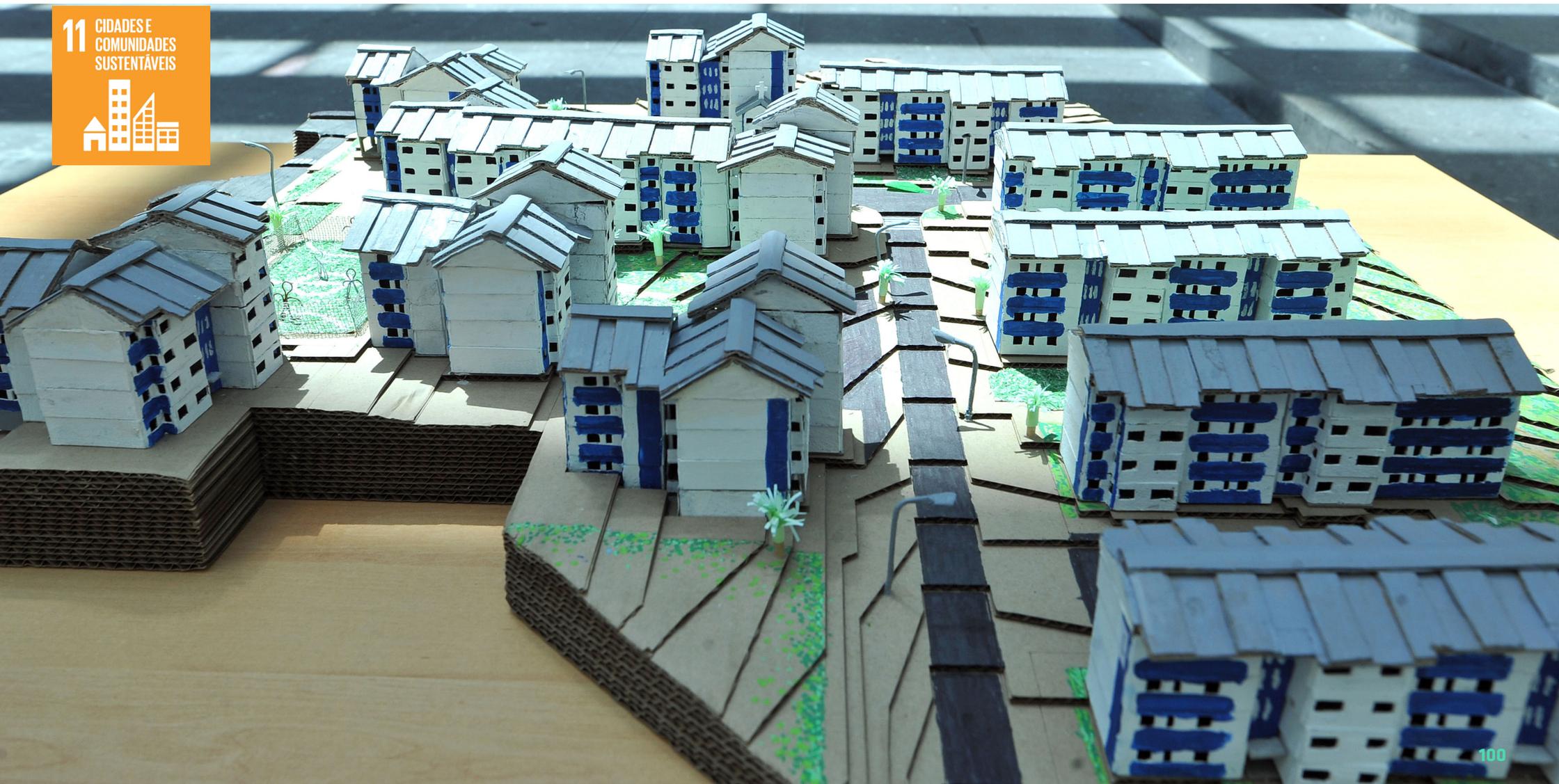
O Sistema Inteligente de Gestão Energética, que integra o PAES, destina-se a diferentes públicos e, de forma interativa, tem um duplo objetivo: por um lado, constituir-se como uma ferramenta para os municípios associados para gestão de faturas, consumo e abastecimento energético, apresentando diversas funcionalidades entre as quais se destacam o cadastro e gestão de Iluminação Pública, cadastro de edifícios e equipamento municipais, cadastro e gestão de dados das frotas municipais, importação automática de faturação energética, entre outras; por outro lado, disponibilizar ao público em geral dados estatísticos de sustentabilidade energética relacionados com os consumos energéticos (tipos de energia, setores de atividade, municípios associados e anos de consumo).



PROMOVER A HABITAÇÃO ACESSÍVEL

DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

11 CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS





Bragahabit

A BRAGAHABIT-E.M. é a empresa municipal que gere os apoios sociais à habitação do Município de Braga e ainda os apoios sociais e educativos delegados pelo Município, tais como os serviços de refeições e de ocupação de tempos livres. Visa sobretudo diminuir as dificuldades sociais e económicas dos cidadãos mais desfavorecidos, fazendo da Bragahabit a entidade de referência social do concelho ao mesmo tempo que valoriza o trabalho em equipa, envolvendo-nos com os cidadãos e outras instituições, na busca das soluções para os mais desfavorecidos e excluídos.

Os apoios sociais à habitação do Município de Braga são realizados através da Bragahabit-Empresa Municipal de habitação de Braga, com sede na Rua D. Paio Mendes, que tem a responsabilidade de gerir um parque habitacional de 600 fogos, aos quais junta mais 186 fogos em regime de subarrendamento.

Os apoios municipais à habitação encontram-se regulados pelo “Regulamento de Apoio à Habitação do Município de Braga”, documento que está disponível no site oficial da Bragahabit, local onde também podem ser encontradas muitas outras informações sobre apoios dados pela empresa.

Os apoios à habitação são feitos através de três regimes de apoio:

- Arrendamento Apoiado para Habitação;
- Apoio Direto ao Arrendamento;
- Residências-Partilhadas.

O Arrendamento Apoiado consiste na atribuição de um fogo de propriedade municipal a uma família carenciada, cuja renda é calculada em função dos rendimentos do

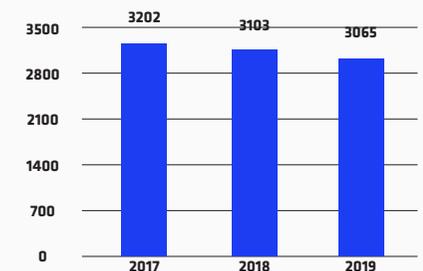
agregado familiar nos termos do Regulamento.

O Subarrendamento apoiado segue com proximidade o arrendamento apoiado, mas é concretizado através de um fogo que a empresa arrenda no mercado, que subarrenda às famílias de baixos rendimentos. O Regime de Apoio Direto ao Arrendamento consiste na atribuição de um subsídio financeiro que ajuda as famílias a suportar a renda paga no mercado normal, diminuindo-se-lhes o esforço financeiro feito para a habitação.

O Regime de Residência Partilhada destina-se a pessoas de baixos rendimentos que vivam isolados e consiste na concessão de direito ao uso de um quarto individual e ao usufruto das partes comuns, numa habitação partilhada com cidadãos em circunstâncias sociais semelhantes.

Os apoios à habitação não se resumem ao apoio descrito, uma vez que o acompanhamento e reencaminhamento de muitos cidadãos, que recebem apoio social à habitação, para outras entidades especializadas nas áreas da saúde, da alimentação, da formação e do emprego, entre outras, são objetivos fundamentais desta empresa.

Número de pessoas envolvidas em apoios da Bragahabit



Estratégia Local de Habitação

O direito à habitação está consagrado no artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa. Nos dias de hoje, a habitação, a par com a reabilitação, assume um papel central na melhoria da qualidade de vida das populações, para a revitalização e competitividade das cidades e para a coesão social e territorial.

A Lei de Bases da Habitação (Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro) reconhece, relativamente às autarquias locais, uma participação na efetivação da garantia do direito à habitação. A Lei de Bases define a Carta Municipal de Habitação (CMH) como o instrumento municipal de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação, a articular, no quadro do Plano Diretor Municipal (PDM), com os restantes instrumentos de gestão do território e demais estratégias aprovadas ou previstas para o território municipal.

É do contexto descrito, e reflexo da prioridade de intervenção que a Habitação representa para o Município de Braga, que decorre a elaboração do “Programa Local de Habitação do Concelho de Braga”.

O PLH inclui obrigatoriamente um diagnóstico com a identificação tão exaustiva quanto possível das carências habitacionais, quantitativas e qualitativas, na área do município, bem como das eventuais falhas ou disfunções de mercado, sinalizando as situações de desadequação entre a oferta e a procura em termos de quantidade, tipo e preço.

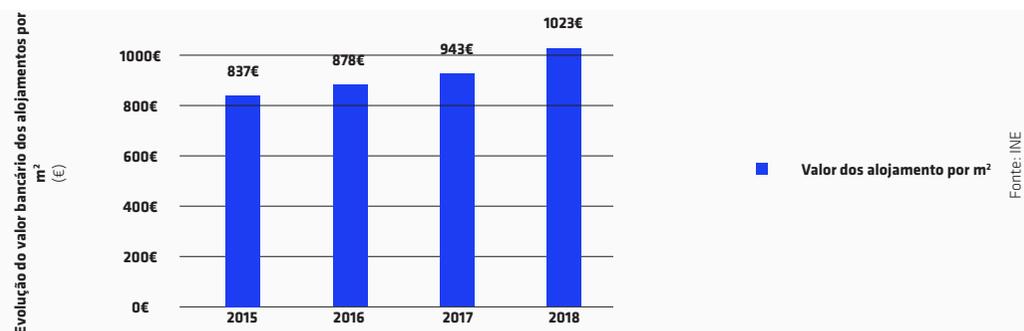
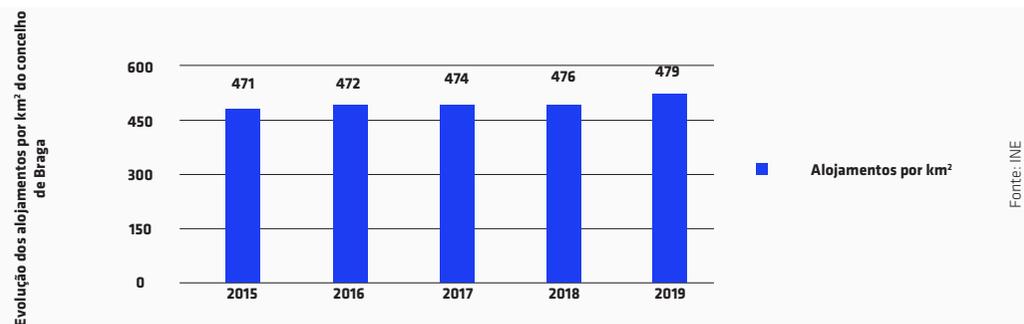
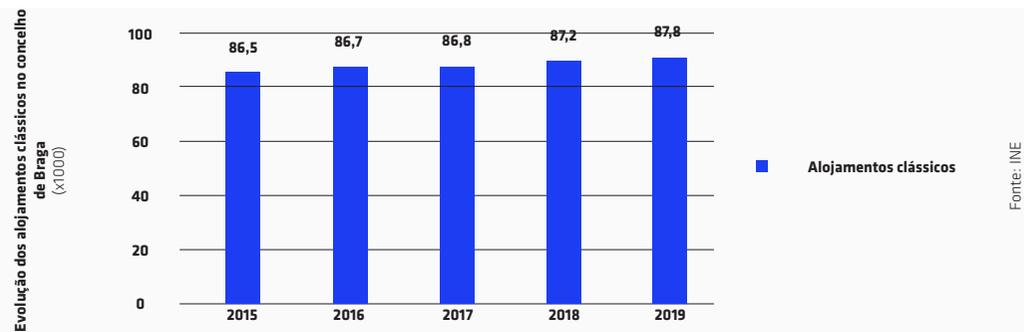
Este instrumento visa a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação

adequada.

O PLH pretende igualmente contribuir para o cumprimento dos princípios consagrados nos instrumentos de apoio em matéria de Habitação, quer na perspetiva das pessoas (beneficiários), quer do planeamento e habitação (promotores).

Os trabalhos conducentes ao PLH permitirão conhecer as necessidades habitacionais do território concelhio, projetar um “futuro desejado”, planejar e monitorizar a intervenção pública no âmbito da política de habitação, em articulação com outras políticas setoriais, e comunicar com os cidadãos, o 3.º setor e outros atores locais.

Nota: Até ao momento da apresentação do Relatório de Sustentabilidade os dados relativos a 2019 não estavam disponíveis pelas entidades que comunicam as respetivas informações.



ENTRE O URBANO E A NATURAL

ESPAÇOS PÚBLICOS

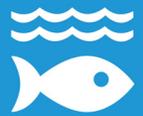
11 CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



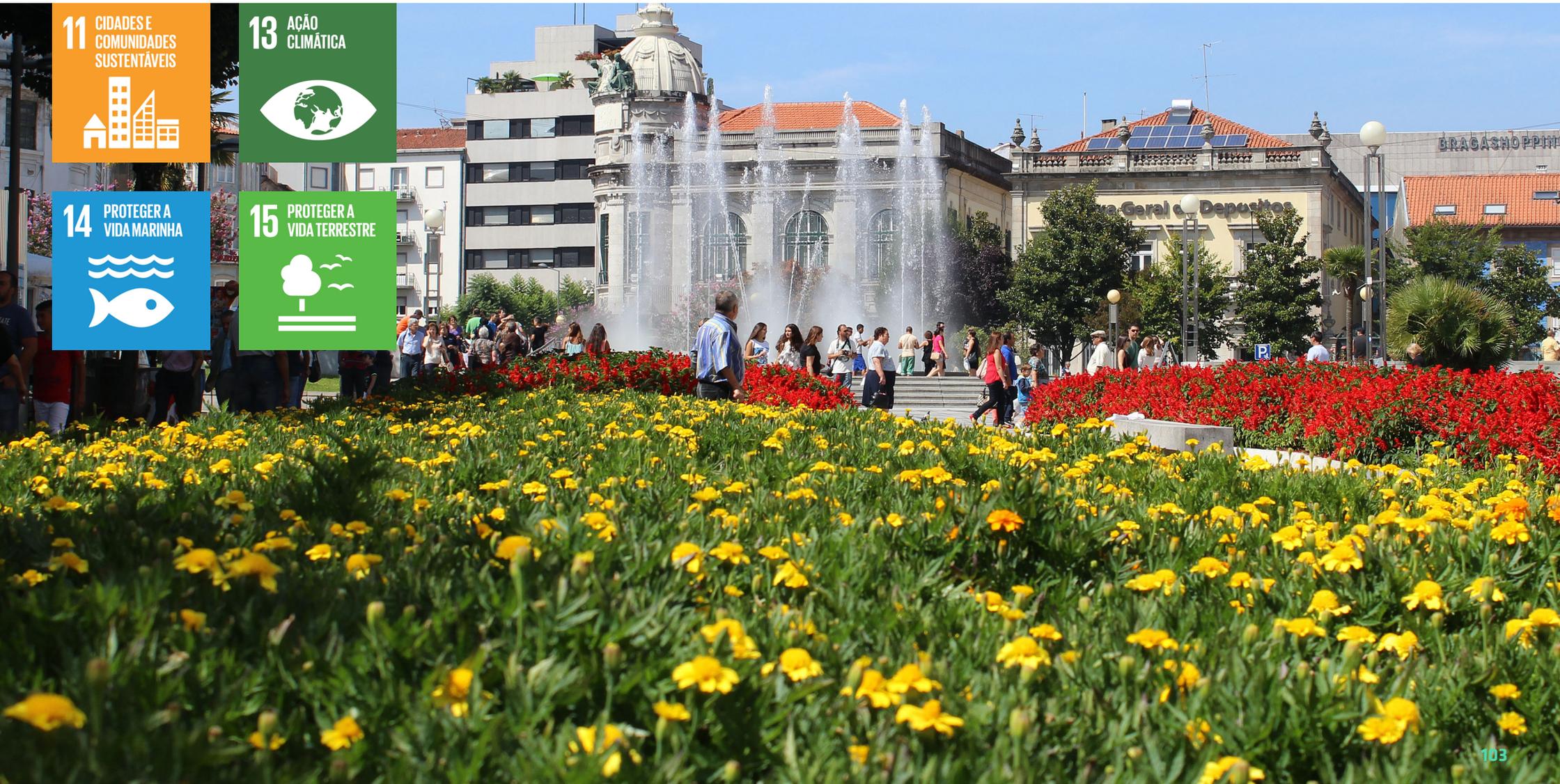
13 AÇÃO
CLIMÁTICA



14 PROTEGER A
VIDA MARINHA



15 PROTEGER A
VIDA TERRESTRE



Parque das Sete Fontes

O Município de Braga tem em marcha um programa para a área das Sete Fontes que afirma a sua salvaguarda, viabiliza o seu usufruto pela população e assegura o seu enquadramento urbanístico e paisagístico.

A área abrangida pelo Parque Urbano das Sete Fontes (PUSF) (com 92 ha) corresponde à nova configuração da Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) 9, relativa às Sete Fontes. O ajuste na delimitação da UOPG, diminuindo a sua dimensão, visou que ela passasse a integrar apenas a área que irá integrar o Parque das Sete Fontes (até ao Monte do Pedroso) e a área necessária para uma colmatação edificatória que estabeleça uma frente capaz de estimular a sua vivificação.

A nova configuração visou, ainda, contribuir para uma melhor articulação com a ocupação existente: Gualtar, Hospital, Bairro da Alegria, Retail Center, Areal, Sra. das Sete Fontes.

Os objetivos de consolidação do Parque nas Sete Fontes, visam:

- _ A salvaguarda e a valorização do património existente (monumento nacional; ocupação florestal);
- _ O seu usufruto pela população.
- _ Enquadramento urbano/edificatório, de qualidade, para:
- _ Incentivar a vivência e aumentar a segurança no Parque;
- _ Estabelecer “portas” e atravessamentos;
- _ Tornar exequível a concretização do Parque, instituindo um quadro per equativo justo e transparente.

As Sete Fontes, como o nome indica, constitui

um conjunto significativo de nascentes de água que ao longo de muitos séculos foi concebido para captar, conduzir e abastecer a cidade de Braga. Desde os tempos de Bracara Augusta, a principal razão geradora de expectativas para o local relacionava-se única e exclusivamente com o aproveitamento de água potável que brotava das mães-de-água. Ao longo da história foram inúmeros e continuados os esforços de gerações e gerações de bracarenses em manter e potenciar este recurso.

Rede de Percursos Pedestres de Braga

A Rede de Percursos Pedestres constitui um excelente contributo para colocar a natureza ao serviço da qualidade de vida da população, enquanto espaço para desenvolvimento de atividades, para o lazer, para o desporto, dinamização económica e promoção turística.

A progressiva implementação desta rede de cerca de 280 Km, torná-la-á a maior a nível nacional, visa potenciar este ativo riquíssimo, tendo sempre em consideração as componentes da segurança e da informação, assim como a manutenção e estabilidade dos sistemas naturais e rurais. E, passo a passo, serão efetuadas melhoramentos necessários para que os percursos possam ser certificados e tenham maior projeção nacional e internacional.



Programa de Valorização Ambiental

Preservar os cursos de água, os espaços florestais, manter limpos e cuidados os espaços verdes e os espaços públicos, são alguns dos objetivos da gestão ambiental de uma cidade e da sua envolvente. Neste sentido, e com vista à promoção da sustentabilidade ambiental do concelho, em 2014 deu-se início ao Programa de Valorização Ambiental das Freguesias (PVAF).

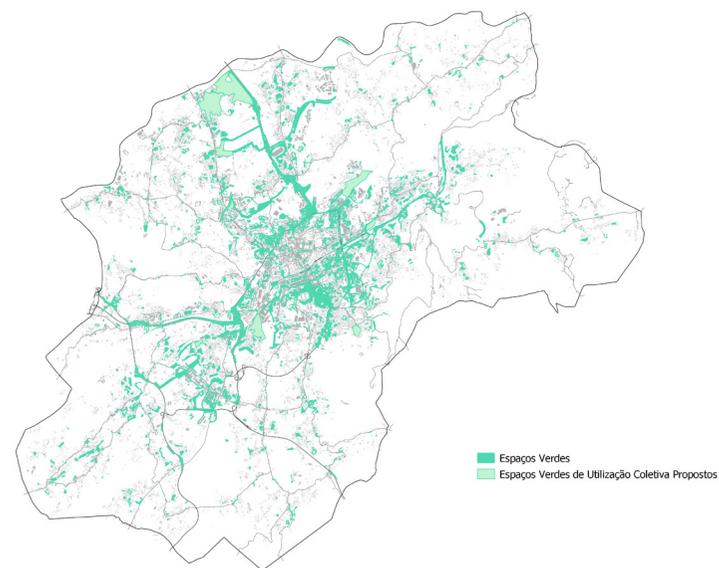
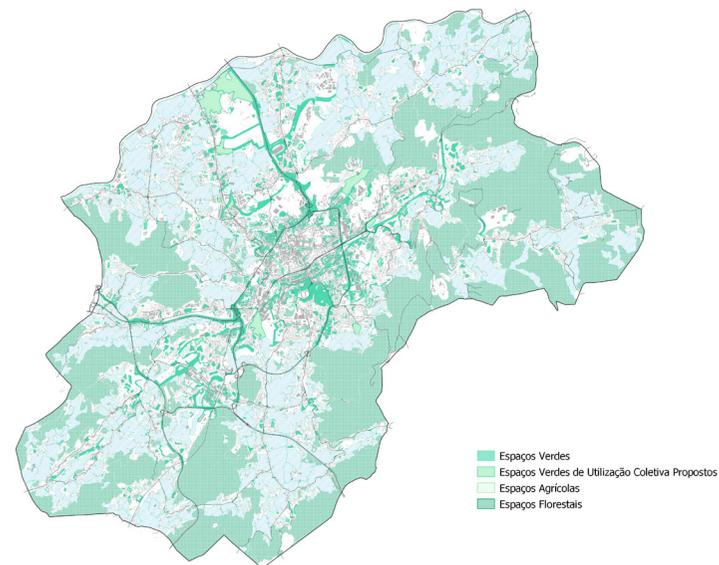
O objetivo deste programa passa por identificar as problemáticas ambientais das freguesias e uniões das freguesias e desenvolver estratégias que permitam solucioná-las ou mitigá-las, de modo a proporcionar um bom funcionamento ecológico dos sistemas naturais e uma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Os trabalhos do PVAF iniciaram com a elaboração de um inquérito (ver anexo), com questões de auxílio à identificação dos problemas ambientais existentes em cada território da freguesia ou união de freguesias. No dia 14 de Março de 2014 esses inquéritos foram entregues aos representantes das freguesias/união das freguesias, juntamente com dois mapas temáticos para localizarem as ocorrências ambientalmente mais significativas.

Posteriormente, a equipa técnica reuniu com os representantes das freguesias, na sede de cada junta de freguesia, para verificar in loco todos os problemas ambientais salientados e proceder ao registo fotográfico dos mesmos. Foram realizadas 39 reuniões, para um total de 37 freguesias e união das freguesias, no período entre 26 de março de 2014 e 29 de março de 2016

Resultante da fase de diagnóstico do PVAF, os representantes das freguesias indicaram os

espaços verdes e espaços públicos que careciam de requalificação/manutenção e sugeriram locais para a implementação de novos espaços verdes. Durante o levantamento foram registadas e consideradas todas essas propostas para uma fase de estudo ou projeto.



Espaços Verdes, agrícolas e florestais do concelho de Braga

Monte Picoto – Parque Urbano de Floresta Autóctone

Pretende-se tornar os 26ha de floresta do Monte Picoto, no maior parque urbano de floresta autóctone do país. Para tal, têm-se encetado ações em diversas vertentes com os seguintes objetivos: aumentar a atratividade do espaço, diminuir a marginalidade, fazer do Picoto um palco de sensibilização para a importância da floresta autóctone. Gradualmente, tem-se apostado em melhorias ao nível das acessibilidades e colocação de novas infraestruturas e equipamentos, como por exemplo o Parque Canino e o Picoto Park. Ao nível da vegetação, têm-se realizado trabalhos de erradicação de plantas invasoras e a florestação com plantas autóctones. Merece especial destaque o projeto de plantação de 2000 novas árvores autóctones numa área de 7ha, um projeto com um investimento global de 195 000,00€ que teve a participação do Fundo Ambiental.



Biospots

A ideia foi colocar à disposição de todos a informação da biodiversidade existente ao longo do rio Este (Biospots), no Picoto e no Parque da Cidade (Parque da Ponte). Assim, foram colocados 9 painéis informativos criados pela associação Tagis. Bem como, após intervenção num troço do rio Este, junto do Instituto de Nanotecnologia, com a renaturalização das margens, procedeu-se à sensibilização da população para a importância das linhas de água, com distribuição de brochuras e com a colocação posterior de um painel com informação idêntica.



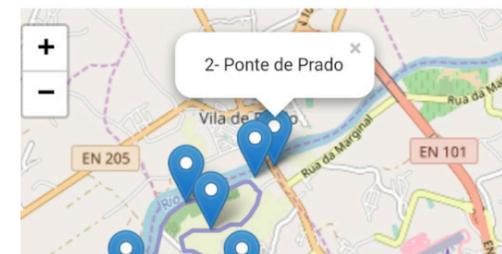
Braga Explorer

A APP 'Braga Explorer' (disponível para IOS e Android), é uma aplicação criada para descobrir cenários mais pitorescos, as paisagens mais marcantes, fascinantes elementos históricos e as mais interessantes lendas e tradições do concelho de Braga. Os percursos variam bastante em termos do desafio físico que representam e dos motivos que os inspiram, dando ênfase às potencialidades locais e aspetos de identidade local própria. Dessa forma, a rede de percursos proporciona entusiasmantes experiências de descoberta, com opções adequadas para todos, sejam passeantes locais, turistas ou caminhantes desportivos.



TRILHO DA MARGEM DO CÁVADO

5.6 km Baixo
01H45m 56 m



Florestar Braga

Anualmente e durante um fim-de-semana, este evento celebra o Dia da Floresta Autóctone, a 23 de novembro. Trata-se de uma iniciativa que visa sensibilizar a população e público escolar para a preservação e potencialização da floresta com espécies autóctones, através da realização de ações pedagógicas e de sensibilização e atividades voluntárias de florestação.

CONHECER



MAIS DE 2 MIL ANOS DE HISTÓRIA

PATRIMÓNIO

11 CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



Santuário do Bom Jesus - Património Mundial da Humanidade

O Santuário do Bom Jesus recebeu a 7 de julho de 2019 a classificação de Património Cultural Mundial da UNESCO durante a 43ª sessão da organização no Azerbaijão.

O projeto foi desenvolvido pelo arquiteto Carlos Amarante, por encomenda do então Arcebispo de Braga, D. Gaspar de Bragança. As obras foram concluídas em 1811 tendo sido iniciadas em 1784. A basílica apresenta planta na forma de uma cruz latina constituindo-se em um dos primeiros edifícios em estilo neoclássico no país. A sua fachada é ladeada por duas torres, encimada por um frontão triangular.

Este complexo está acompanhado por um dos mais belos escadórios portugueses. Os escadórios vencem um desnível de 116 metros e estão divididos em três lanços:

- _ Escadório do Pórtico;
- _ Escadório dos Cinco Sentidos;
- _ Escadório das Três Virtudes.

A ligar a parte alta da cidade de Braga ao Santuário encontra-se um funicular que é gerido pela Confraria do Bom Jesus do Monte. Foi construído por iniciativa do empresário bracarense Manuel Joaquim Gomes, com projeto do engenheiro suíço Niklaus Riggenschach.

O funicular foi inaugurado a 25 de março de 1882, sendo o primeiro a ser instalado na Península Ibérica, um dos sete do género no mundo, e sem registo de qualquer acidente. É atualmente o mais antigo no mundo a utilizar o sistema de contrapeso de água. Desde 1882 que este sistema tem permitido que veículos subam e desçam de meia em meia hora e levam entre 2,5 e quatro minutos a fazer todo o percurso, conforme o número de passageiros a bordo.

São mais de 100 anos sem emitir gases com efeito estufa.



Monumentos, sendo 14 monumentos nacionais

foi a despesa em atividades culturais e cirativas em 2018

Resumo do Edifício de interesse patrimonial

Santuário de Santa Maria Madalena da Falperra	Casas das Gelasias ou Casa dos Crivos
Santuário do Bom Jesus do Monte	Casa dos Biscainhos
Residências (2) anexas à Casa Maciéis Aranhas	Casa de Vale de Flores ou de Infias
Recolhimento de Santa Maria Madalena ou das Convertidas	Casa de São Brás da Torre
Praça Mouzinho de Albuquerque (ou Campo Novo)	Casa das Paivas ou Casa da Roda
Pelourinho de Braga	Casa da Quintã
Igreja Paroquial de São Vítor	Casa da Pereira
Igreja Paroquial de São Salvador	Casa da Naia
Igreja e mosteiro de Tibães	Casa da Avenida Central, 118-124
Igreja e Convento do Pópulo	Capela do antigo Convento do Salvador
Igreja dos Terceiros	Capela de Nossa Senhora de Guadalupe e recinto envolvente
Igreja do Carmo e edifício do antigo Convento Carmelita	Capela de Nossa Senhora do Rosário
Igreja de São Vicente	A fachada rocaille e escadaria do Palácio do Raio
Igreja de Santa Eulália, paroquial de Tenões	Torre de Menagem
Igreja da Misericórdia de Braga	Sé de Braga e túmulos
Estádio 1.º de Maio	Cruzeiros (2) dos Campos das Hortas e de Sant' Ana
Elevador do Bom Jesus do Monte	Cruzeiro de Tibães
Edifícios (dois), na Rua de Santo António das Travessas, 34 a 40	Capela de São Frutuoso
Edifício da Câmara Municipal de Braga	Capela de Nossa Senhora da Conceição
Convento, Colégio e Igreja dos Congregados	Arco da Rua do Souto, também conhecido por Porta Nova
Castelo da D. Chica, ou Castelo de Palmeira	Casa da Mainha, respetivo portal e muros contíguos
Casa Oitocentista	Capela e Recolhimento da Caridade
Casa n.os 51-55 da Rua dos Pelames (São Geraldo)	Troço de muralha, Quinta do Fujacal
Casa Grande	Ruínas romanas das Carvalheiras
Casa e Quinta da Igreja	Castro Máximo, ou Monte de Castro
Casa dos Maciéis Aranhas	Estação Arqueológica de Santa Marta das Cortiças
Termas romanas de Maximinos	Castro do monte da Consolação
Tanque do Quintal do Ídolo	Via romana Braga incerta via
Ruínas Arqueológicas de São Martinho de Dume	Castro de Monte Redondo

Edificado Cultural, Arqueológico e Religioso

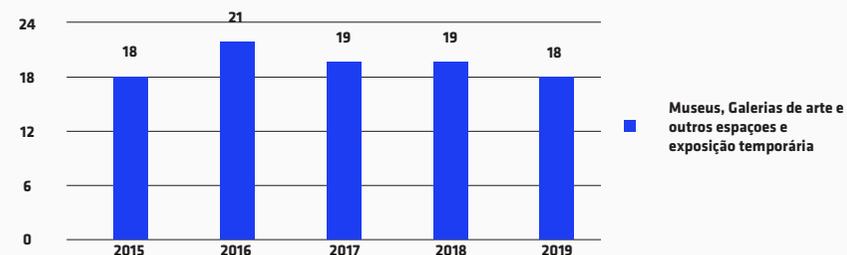
Com mais de 2000 anos de história Braga é a mais antiga cidade portuguesa e uma das cidades cristãs mais antigas do mundo. A longa história de Braga é visível nos seus monumentos e igrejas, sendo a Catedral a mais imponente que exhibe vários estilos, do romano ao barroco, orgulhando-se também das esplêndidas casas, particularmente do século XVIII.

Braga é também um dos destinos de eleição no segmento do Turismo Religioso, quer pelas suas celebrações, que têm o seu expoente máximo na Semana Santa, quer pelo seu património edificado. A cidade de Braga, por ser uma das cidades cristãs mais antigas do mundo, possui um vasto património religioso. As igrejas abundam no seu centro histórico à semelhança de Roma, a cidade emerge como um local que cruza a arte e o sagrado em todas as suas manifestações.

As celebrações litúrgicas da Semana Santa adquirem especial esplendor nos Calvários de Rua, nas Cerimónias na Catedral, nas Procissões da Burrinha, Teofórica, Ecce Homo com os Farricocos, e do Enterro. Nesta semana, Braga é visitada por milhares de crentes oriundos de todas as partes do país e também do estrangeiro, adquirindo já o estatuto de interesse para o Turismo.

Mas para além da Semana Santa, outras importantes demonstrações de fé se realizam em Braga, como a peregrinação ao Sameiro, santuário Mariano que em importância sucede Fátima, em junho e agosto e as Romarias de São Vicente e da Santa Marta da Falperra.

Número de Museus, Galerias de arte e outros espaços e exposição temporária



Fonte: INE

IMPULSIONAR UMA DAS CIDADES MAIS JOVENS DA EUROPA

ATIVIDADE CULTURAL

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS





Braga '27 - Capital Europeia da Cultura - Candidatura

A Estratégia da cidade para o período entre 2020 e 2030 onde coloca a área cultural como um dos pilares de desenvolvimento sustentável do concelho. Mais do que um documento que nasce no contexto da candidatura a Capital Europeia da Cultura em 2027, a delineação desta estratégia cultural é sobretudo um documento norteador que servirá de bússola para o futuro.

Esta Estratégia pretende, assim, ser o mais inclusiva possível, procurando contemplar as mais diversas formas e lugares utilizados pelos bracarenses para expressarem a sua identidade cultural, nos mais variados contextos e finalidades.

Ao longo do processo de auscultação, que esteve na base do desenvolvimento desta Estratégia, aprendemos que para muitos bracarenses o modo de vida local, a gastronomia, as manifestações de fé e o espaço público são uma parte importante das suas vivências culturais.

A Estratégia Cultural de Braga 2020–2030 reconhece o valor destas diferentes expressões e procura potenciar o modo como a criação artística contemporânea e o património se podem cruzar com as mesmas, ampliando as oportunidades dos bracarenses de uma vivência e experiência cultural mais desafiante, habilitada e realizada.

Esta Estratégia tem na sua base um processo contínuo de mapeamento dos recursos e ativos culturais e criativos de Braga, assim como um processo de auscultação permanente.

Ao longo dos últimos dois anos promovemos um alargado número de atividades de auscultação e participação, com diferentes formatos e metodologias, que alcançou mais de 3 mil pessoas e organizações ativamente interessadas no futuro cultural da cidade. Aqui incluem-se criadores, estruturas artísticas, associações culturais, coletividades, crianças, jovens e séniores, públicos com necessidades específicas, instituições de ensino superior, equipamentos culturais diversos, promotores de eventos, bem como diferentes forças políticas da cidade e cidadãos.

Braga Media Arts

Braga é Cidade Criativa da UNESCO no domínio das Media Arts. Desde 2017, fazemos parte de uma rede de 246 cidades espalhadas pelo mundo que colocam a criatividade no centro do seu desenvolvimento social, cultural e económico.

Atualmente a única cidade da Península Ibérica com esta denominação, Braga junta-se assim a uma rede mundial de cidades que estão na linha da frente dos esforços da UNESCO para promover a inovação e a criatividade como fatores-chave de um desenvolvimento urbano mais sustentável e inclusivo. As Media Arts resultam do cruzamento entre criatividade e tecnologia. É na interseção entre artes, ciência, tecnologia e inovação que surgem as Media Arts nas suas variadas manifestações.

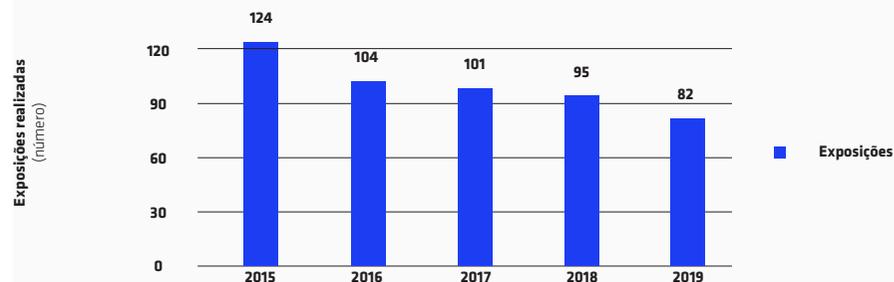
Na definição de Media Arts estão incluídas, mas não só: arte digital, arte sonora, realidade virtual e aumentada, arte web, videojogos, robótica, fotografia digital, cinema e bio arte. Associada à cultura e ao património desde a sua fundação, Braga assistiu nas últimas décadas do século XX ao nascimento de uma nova geração de artistas, profissionais e empreendedores que revolucionaram o ecossistema criativo local ao darem os primeiros passos na interseção entre artes, ciência, tecnologia e inovação. Hoje as Media Arts desempenham um papel central no desenvolvimento urbano, económico e cultural de Braga e fazem parte da sua estratégia de renovação. segurança.

Festas, Feiras e Romarias

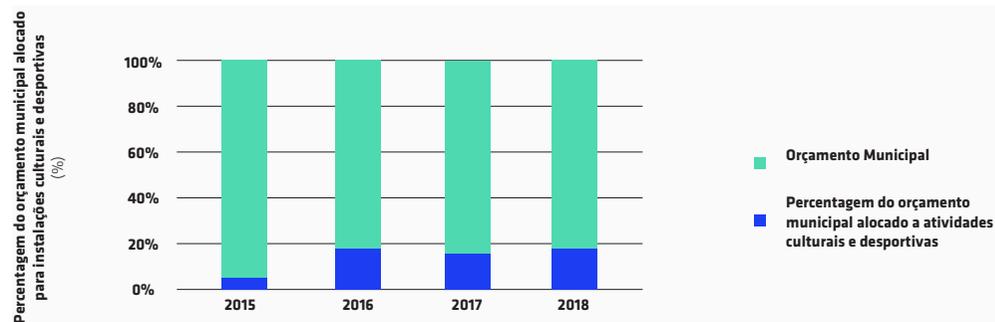
O Minho é a região portuguesa onde o folclore é mais vivo, diversificado e colorido. As danças e os cantares que o caracterizam constituem hoje um cartaz turístico-cultural admirável, mercê da alegria desbordante do homem e da mulher minhota, transposta para as danças tradicionais com uma beleza inigualável.

Entre todas as danças, desde verdegares a fandangos, passando por chulas, malhões e caninhas-verdes, a que melhor caracteriza o folclore minhoto é o vira, graças ao ritmo e vibração que lhe é imposto pelos garbosos e ridentes pares de dançadores e dançadeiras, e pelo som exuberante e compassado da tocata tradicional, composta por bombos, violas braguesas, ferrinhos, cavaquinhos e concertinas. Não há ninguém que fique indiferente a este hino de celebração da vida, de consagração do espírito de festa e de harmonia com o mundo e a natureza.

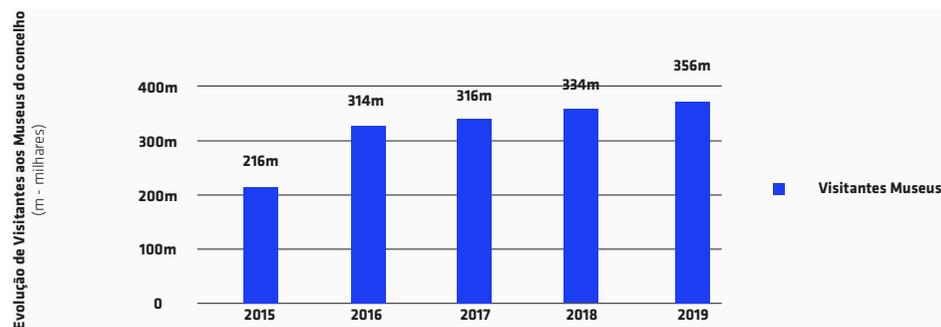
Esta cultura peculiar e única, nascida das tradições ancestrais do Minho, e ligada profundamente ao quotidiano laborioso, às romarias e aos folguedos, é hoje ciosamente guardada e divulgada por numerosos grupos folclóricos, de que Braga é um dos concelhos mais ricos da região, e que esteve na origem da organização anual de um grande Festival Internacional de Folclore na Avenida Central.



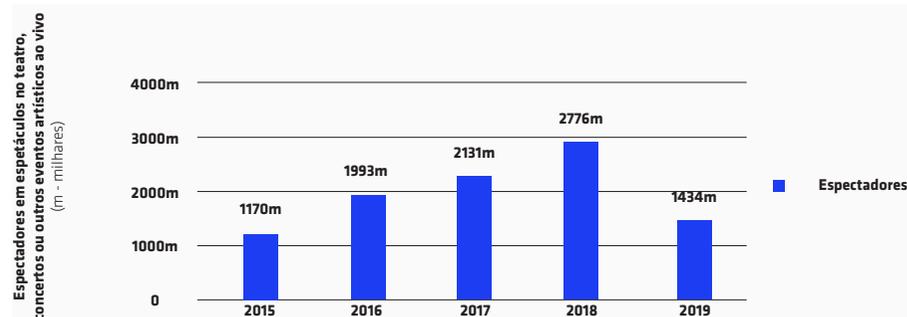
Fonte: INE



Fonte: INE



Fonte: INE



Fonte: INE



FESTAS DE S. JOÃO
BRAGA BARROCA



SEMANA SANTA



NOITE BRANCA
BRAGA ROMANA



RECEBER DE PORTA ABERTA

TURISMO

11 CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



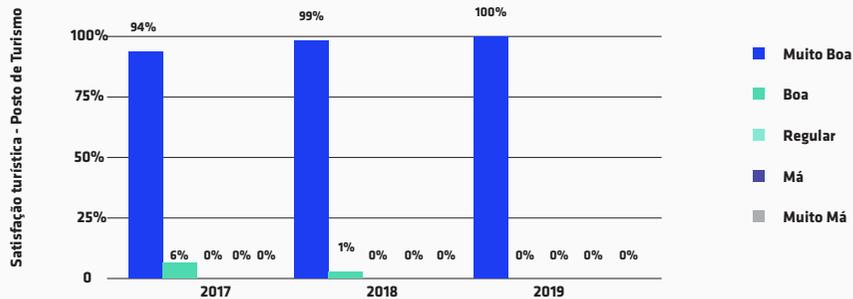
Contexto

Braga é uma cidade milenar perpassada pelo pagão e religioso, pelo romano, pelo medieval, barroco e contemporâneo. Tem um património e localização única, mas que ainda não é largamente reconhecido nos circuitos de turismo internacional. Braga tem todas as condições para continuar a fazer crescer este setor e deverá afirmar-se no mapa do turismo religioso, do Barroco e do Romano e como ponto de entrada para o turismo de natureza no Parque Nacional Peneda Gerês, por exemplo, entre outros fatores de atratividade turística.

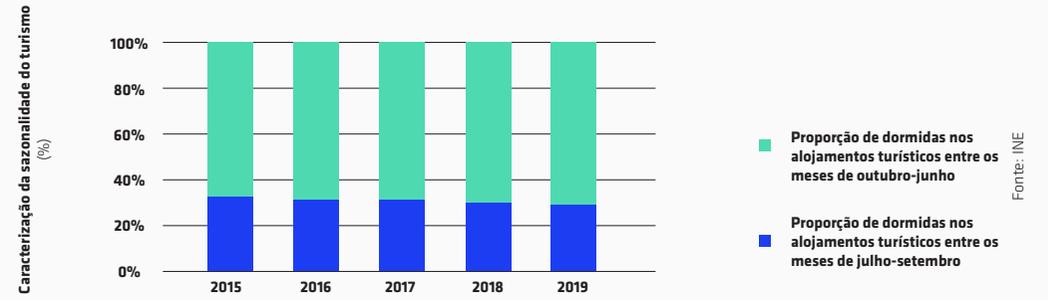
O Theatro Circo é uma referência, tanto pela sua programação como pela sua sala de imponente invulgar e de beleza arquitetónica difícil de suplantar por qualquer outra sala, portuguesa ou europeia.

O Museu D. Diogo de Sousa constitui-se como outra referência da cidade, sendo uma entidade científico-cultural no âmbito disciplinar de arqueologia, que exerce atividades nos domínios do apoio à investigação, da museologia, da divulgação cultural, do apoio ao ensino e à defesa e preservação do património arqueológico regional.

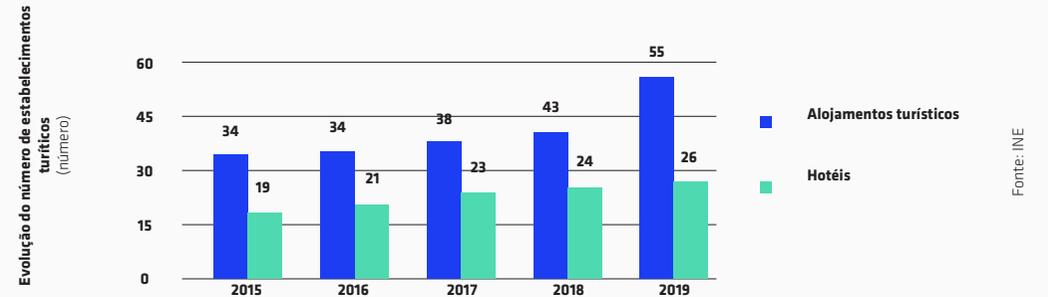
A vertente do turismo de negócios, associado à dinâmica económica de Braga, e o turismo de eventos potenciado pelas condições únicas do Altice Forum Braga e da localização privilegiada no Noroeste Peninsular, são áreas em claro crescimento e que serão potenciadas nos próximos anos.



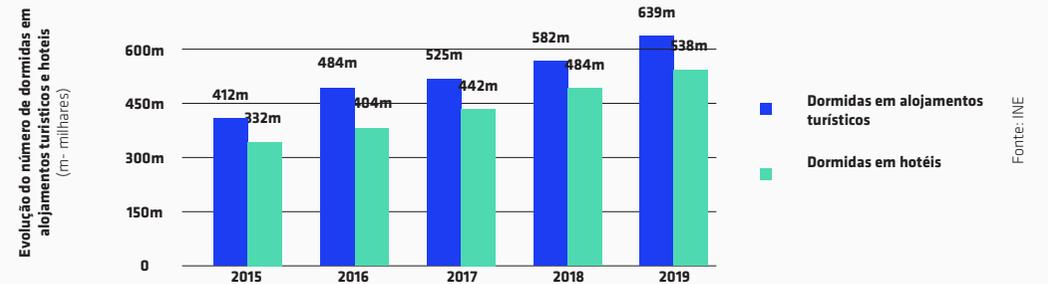
Fonte: Câmara Municipal de Braga



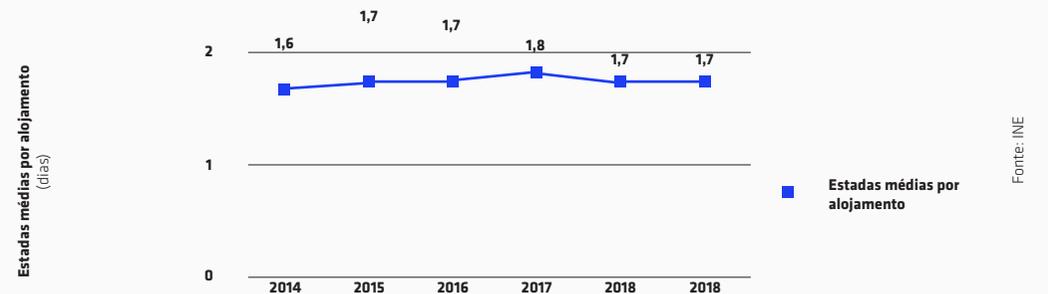
Fonte: INE



Fonte: INE



Fonte: INE



Fonte: INE

Guia Verde de Braga - Turismo Verde

Para quem vive na cidade, é uma necessidade poder desfrutar de contato com a natureza, não só mas especialmente em momentos de descanso ou entretenimento. É neste sentido que o Município de Braga criou o Guia Verde surgindo no sentido de afirmar o conceito de “natureza” presente em Braga e de orientar para o seu proveito, quer pelos habitantes quer por visitantes.

Mais de metade da área do concelho de Braga está abrangida por algum tipo de regime de proteção relacionado com a sua valia ambiental. Além disso, é composto por inúmeros espaços verdes, de diversa ordem, dedicados à preservação dos elementos naturais, desempenhando um papel ecológico primordial, enquanto locais de preservação da biodiversidade, de acolhimento de fauna, de permeabilização do solo, salvaguarda da qualidade do ar, de melhoria estética da cidade, entre outros. Reconhecendo os contextos de natureza como privilegiados para momentos e atividades de lazer, os diversos espaços apresentados neste guia estão divididos nos seguintes temas: Parques e Jardins, Quinta Pedagógica, Parques de Merendas, Parques de Lazer, Praias Fluviais, Espaços Verdes.

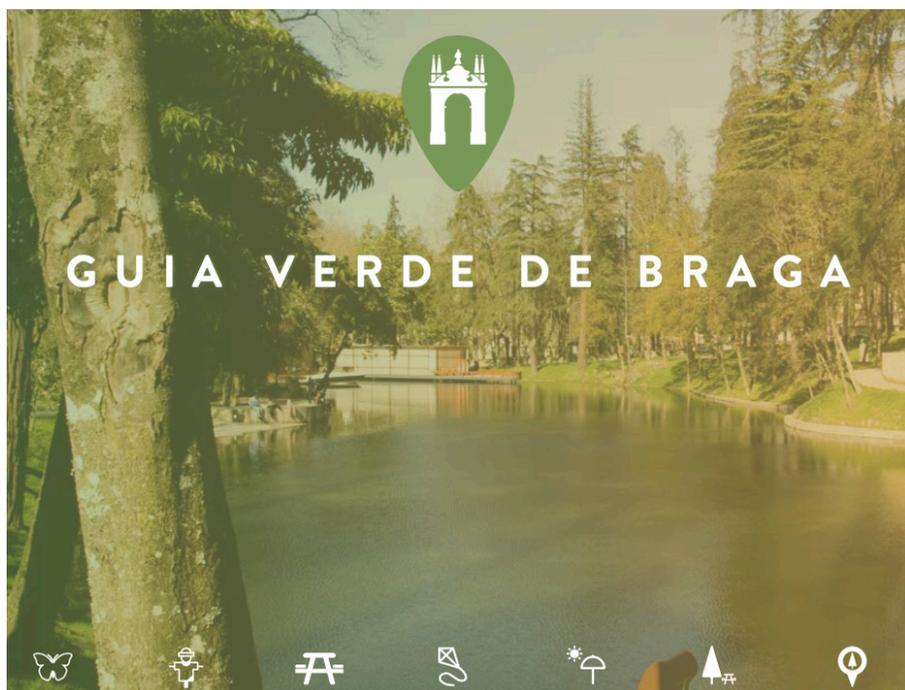
Além disso, e como as árvores são elementos centrais de qualquer espaço verde, são também exibidas as Árvores Classificadas como sendo de Interesse Público, reconhecidas pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, e ainda outros indivíduos arbóreos que se destacam no panorama do concelho.



Tourism Friendly Cities

O Município de Braga integra a partir de 2019 o programa URBACT III – “Tourism Friendly Cities”, que tem como objetivo explorar o modo como o turismo pode ser sustentável em cidades médias, reduzindo o seu impacto negativo sobre as áreas urbanas. Para alcançar este objetivo ambicioso, o projeto irá criar estratégias integradas e inclusivas que podem manter um equilíbrio entre as necessidades das comunidades locais, em termos de qualidade de vida e de serviços disponíveis, e a promoção do desenvolvimento urbano sustentável a nível ambiental, social e económico. Esta rede, que é liderada pela cidade italiana de Génova, inclui ainda Cáceres (Espanha), Veneza, (Itália), Utrecht (Holanda), Cracóvia (Polónia), Rovaniemi (Finlândia), Dubrovnik (Croácia), Dun Laoghaire-Rathdown (Irlanda) e Druskininkai (Lituânia).

O primeiro evento de âmbito internacional dominado de “Transnational Meeting”, decorreu em setembro de 2019 na cidade de Génova. Neste contexto iniciou-se a rede de networking para debater os assuntos relacionados em matéria de sustentabilidade de todas as cidades presentes neste projeto que se estende até 2022.



INVESTIR

Indicador



ESPAÇO DA ECONOMIA DO FUTURO E DO CONHECIMENTO

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

8 TRABALHO DIGNO
E CRESCIMENTO
ECONÓMICO



10 REDUZIR AS
DESIGUALDADES



9 INDÚSTRIA,
INOVAÇÃO E
INFRAESTRUTURAS



17 PARCERIAS PARA
A IMPLEMENTAÇÃO
DOS OBJETIVOS



Plano Estratégico para o Desenvolvimento Económico

O Plano Estratégico para o Desenvolvimento Económico de Braga assenta na sua visão de uma cidade exemplar, marca distintiva no panorama nacional e europeu, defendendo o seu terceiro lugar a nível nacional e ambicionando posicionar-se no Top 10 Ibérico, na sua atratividade para investir, viver e visitar.

Esta Visão está presente na estratégia de desenvolvimento económico desenvolvida pelo Município, nomeadamente pela InvestBraga, Agência para a Dinamização Económica, E.M., braço direito do Município para o desenvolvimento económico para o Concelho de Braga.

Em 2014, surge, pela primeira vez, um Plano Estratégico para o seu Desenvolvimento Económico de Braga. Este instrumento de gestão, foi desenvolvido com a colaboração e a visão integrada de diversas entidades e personalidades que conosco decidiram pensar território, pensar estratégia e, acima de tudo, pensar o futuro.

Volvidos 4 anos, foi necessária uma atualização do Plano em função do grau de execução dos objetivos e das evoluções de contexto. Esta atualização posiciona e alinha Braga na vanguarda das orientações das políticas públicas para a próxima década focadas na inovação e conhecimento, nomeadamente a Estratégia da Europa para o novo ciclo de fundos de coesão e a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

São identificados os eixos de desenvolvimento, que têm tido e terão um papel central no desenvolvimento económico de Braga e, que concentrarão a atenção e ações dos agentes públicos e privados com base em duas vantagens competitivas de Braga:

- _ Competências adquiridas, para uma diferenciação económica face à concorrência nacional e internacional;
- _ Recursos disponíveis, para potenciar e reforçar essas competências, especialmente os que têm características

irreplacáveis.

Estas vantagens competitivas são agora complementadas e especificadas em 4 vetores:

- _ Pessoas e Talento - geradoras de criatividade nas artes, na ciência e na economia;
- _ Inovação, investigação e desenvolvimento - essenciais ao crescimento sustentado;
- _ Empreendedorismo - herança da cultura milenar da cidade e aposta de futuro;
- _ Infraestruturas - facilitam a atratividade e ligam Braga ao mundo.

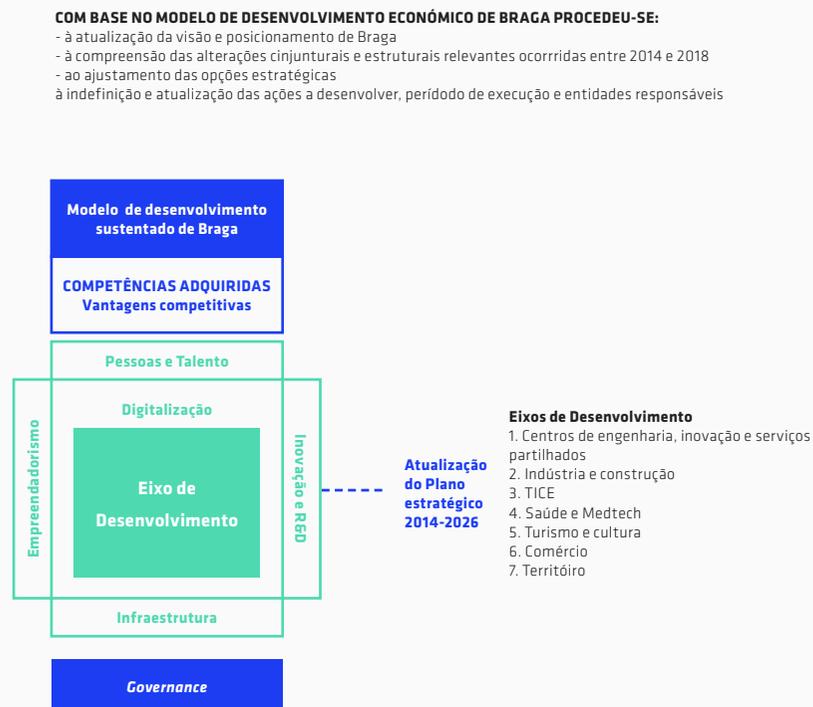
Estes vetores, que adequadamente articulados alimentam a singularidade estrutural de Braga, devem ser alavancas de novos projetos e do desenvolvimento de perfil de especialização económica preconizado neste Plano.

Os eixos para o desenvolvimento económico de Braga foram definidos de forma consistente com as vantagens competitivas identificadas, as características do ecossistema de Braga, o tecido empresarial do concelho, a diversidade de instituições científicas e culturais e as competências disponíveis.

O processo de digitalização das economias e o seu aspeto disruptivo é assumido como um dado de contexto e de aposta estratégica, tendo sido fatorizado na metodologia proposta.

A partir da análise dos recursos e competências comparáveis/ únicas de Braga, foram identificados os sectores prioritários que nos diferenciam e que competem na economia global, por forma a concretizar as nossas prioridades: criação de emprego, captação de investimento e reforço do tecido empresarial e do ecossistema existente e internacionalização.

Modelo para o Desenvolvimento Económico de Braga



InvestBraga

Lançada em março de 2014, a InvestBraga - Agência para a Dinamização Económica de Braga tem vindo a atuar como o braço económico do município, com missão de promover o desenvolvimento económico da região.

Ao apostar na credibilização do município, enquanto parceiro de negócio, a InvestBraga promove a atração de investimento e de empreendedores, fazendo do fator inovação a principal vantagem competitiva. A atividade da InvestBraga abrange quatro áreas:

_ Dinamização Económica e Atração de Investimento nacional e internacional para a região, através da Agência para a Dinamização Económica de Braga.

_ O desenvolvimento de programas de pré aceleração, aceleração e incubação para startups com ambição global, através da Startup Braga que se assume um hub de inovação desenhado para apoiar a criação e o desenvolvimento de empresas de base tecnológica com elevado potencial empreendedor nos mercados internacionais.

_ A promoção e organização de feiras, congressos, seminários, e eventos, no Altice Forum Braga, alinhados com o posicionamento estratégico da cidade no contexto nacional e internacional, apostando na diferenciação pela modernização e na divulgação das tendências, potenciando a criação de marcas e eventos únicos capazes de potenciar o desenvolvimento económico.

_ A mais recente unidade de negócio, o Centro de Juventude de Braga/Pousada da Juventude de Braga, tem por missão assegurar condições de alojamento e de trabalho, capazes de promover a Educação Não Formal, os Direitos Humanos e a dinamização de projetos de Criatividade, Empreendedorismo, Cidadania e Associativismo Juvenil. Procura afirmar-se como um equipamento de referência para a realização de trabalho com jovens, com elevados padrões de qualidade, capaz de implementar políticas de juventude numa perspetiva local e internacional.

Para a promoção da discussão e aconselhamento da estratégia e das linhas de ação para o desenvolvimento económico e para a atração de investimento da região, a InvestBraga integra um Conselho Estratégico que garante a cooperação entre a agência, a Câmara Municipal de Braga e os parceiros estratégicos.



StartupBraga

O Startup Braga é um hub de inovação desenhado para apoiar projetos empresariais de grande potencial. Trabalha com equipas dedicadas e determinadas, que desejam atingir mercados internacionais. Nesse hub, cria-se valor em três áreas essenciais: Nanotecnologia, Tecnologias da Saúde e Economia Digital.

A Startup Braga está localizada em Braga, uma cidade jovem e cheia de talentos, que reúne sinergias de alguns dos principais grupos económicos mundiais como Bosch, Fujitsu, Accenture, Farfetch e Aptiv.

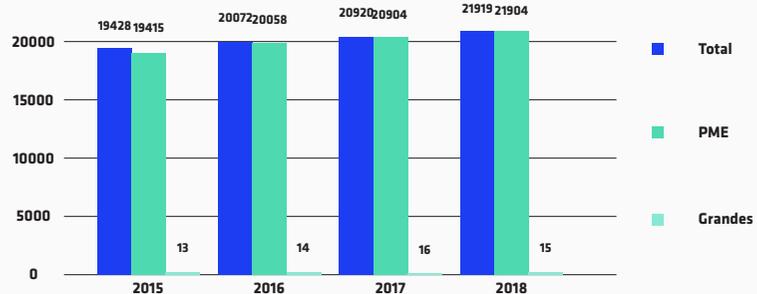
Com muitos desafios no seu dia a dia e reforçando a preocupação em captar novos e melhores startups, o Startup Braga tem apostado no reforço da rede de parceiros estratégicos e mentores. Também investimos em programas de apoio ao empreendedorismo como o Startup Voucher e o Startup Visa, que foram acompanhados pelo aumento do volume de vendas de serviços, fonte essencial para suportar parte dos custos operacionais da unidade de negócios.

Este hub de inovação também fomentou a ligação ao setor empresarial (PME) de Braga, procurando estimular o investimento em produtos inovadores. Com o objetivo de dinamizar o ecossistema de empreendedorismo local, associado a projetos de ambição global e com elevado potencial empreendedor, o Startup Braga atua na promoção e desenvolvimento do empreendedorismo, e na criação, aceleração e incubação de startups, apostando em fornecer o melhor possível apoio ao arranque da sua rede.

Em 2019, foi possível reforçar o trabalho com a rede de investidores, estabelecendo pontes entre os Startups e a nossa rede de Business Angels e Venture Capitalists nacionais e internacionais. No total, em 2019, as startups da nossa comunidade angariaram cerca de 21,2 milhões de euros, num valor acumulado de 48,1 milhões de euros.

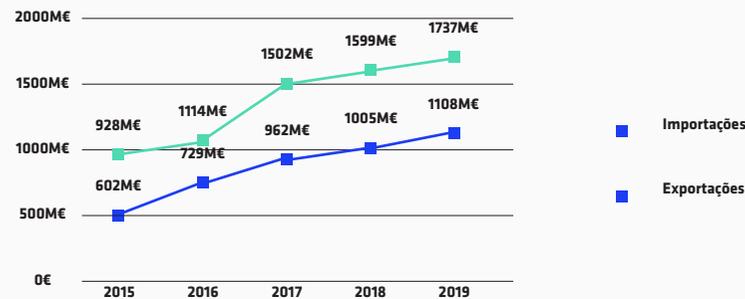
Os investimentos levantados servem para alavancar o desenvolvimento de seus produtos, expansão e alcance em mercados internacionais e para fortalecer suas equipas. Além disso, em 2019, as startups ultrapassaram a marca de 600 empregos gerados diretamente, contribuindo para tantos indiretamente.

Empresas do concelho por dimensão



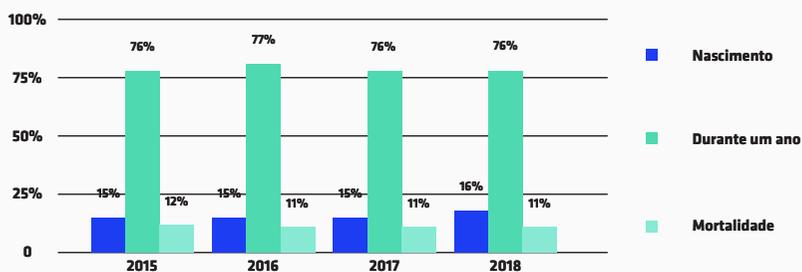
Fonte: INE

Balança Comercial (M€ - milhões de euros)



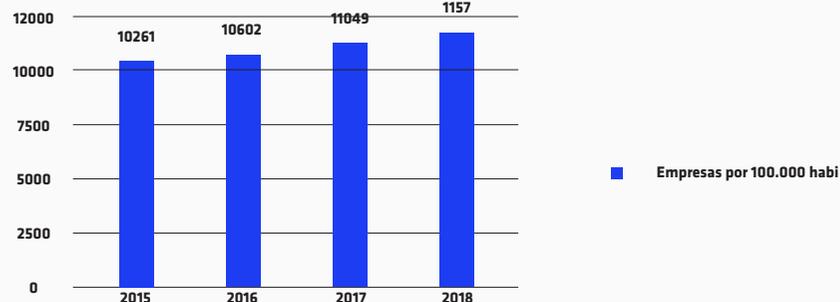
Fonte: INE

Taxa de sobrevivência das empresas no concelho de Braga



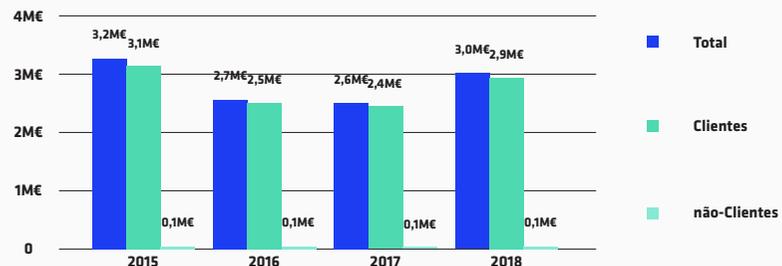
Fonte: INE

Empresas por 100.000 habitantes (número)



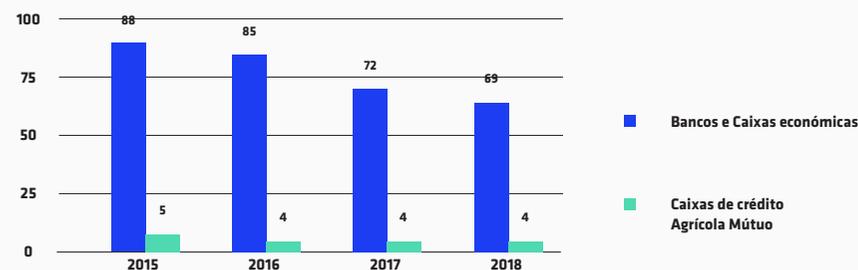
Fonte: INE

Crédito concedido no Concelho de Braga



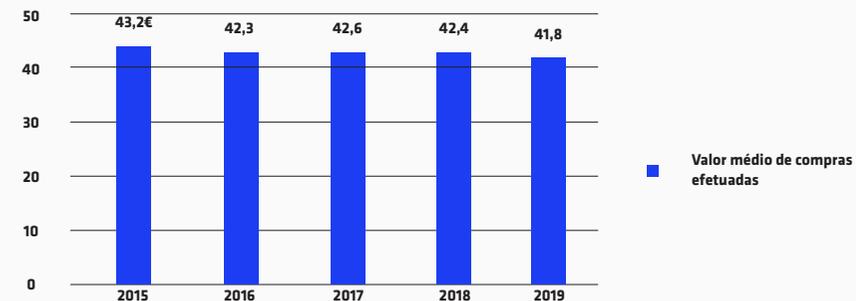
Fonte: INE

Disponibilidade de agências bancárias no concelho de Braga



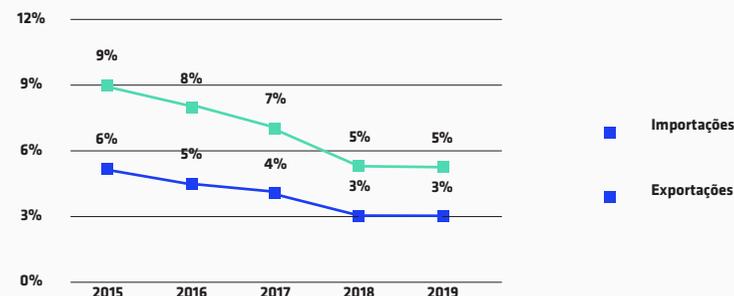
Fonte: INE

Valor médio de compras efetuadas (número)



Fonte: INE

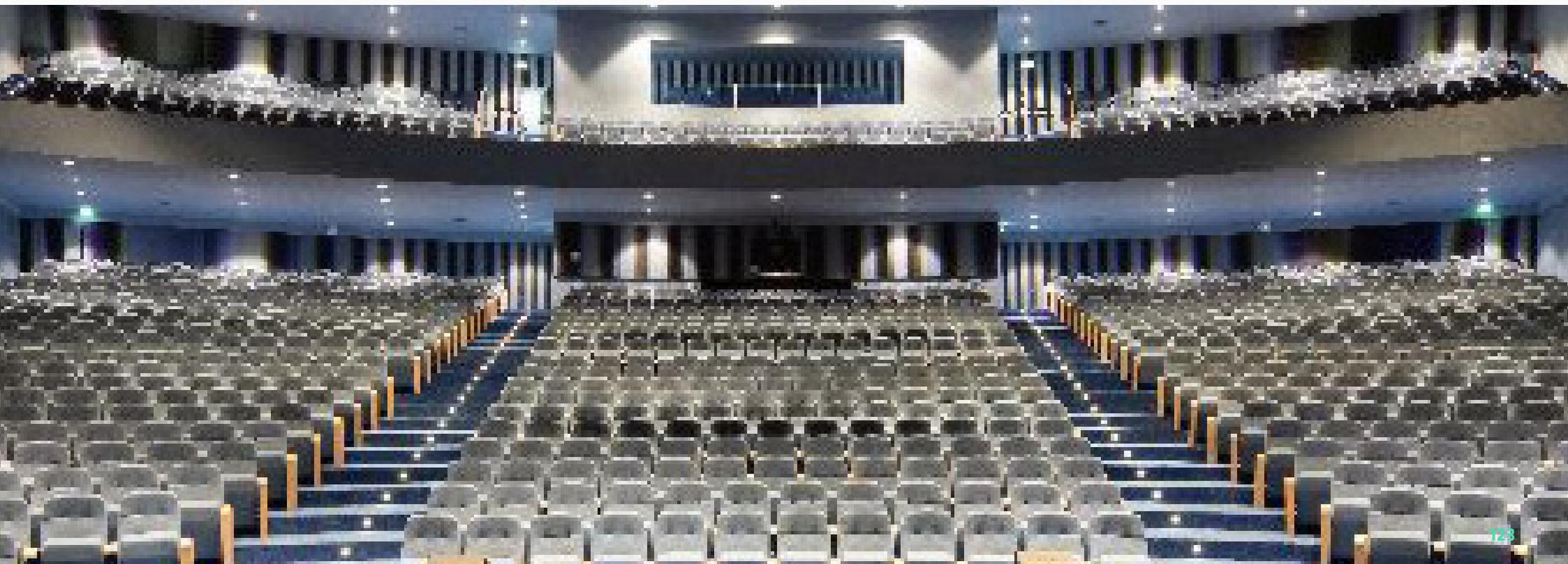
Taxa de desemprego e desemprego jovem (%)



Fonte: INE

Valor Acrescentado bruto das empresas não financeiras	2016	2017	2018
Total	1 344 806 €	1 542 264 €	1 677 003 €
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	2 853 €	3 777 €	3 961 €
Indústrias extrativas	1 350 €	715 €	(479) €
Indústrias transformadoras	368 686 €	411 654 €	459 148 €
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1 397 €	11 183 €	647 €
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	29 037 €	29 067 €	29 096 €
Construção	186 784 €	217 398 €	231 653 €
Comércio por grosso e a retalho (...)	253 067 €	289 667 €	332 198 €
Transporte e armazenagem	57 053 €	64 652 €	65 192 €
Alojamento, restauração e similares	46 870 €	56 837 €	63 387 €
Atividade de Informação e comunicação	53 638 €	60 934 €	70 502 €
Atividades imobiliárias	32 054 €	41 850 €	44 097 €
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	90 164 €	102 195 €	112 107 €
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	62 451 €	77 842 €	79 327 €
Educação	9 798 €	11 466 €	11 701 €
Atividades de saúde humana e apoio social	130 328 €	142 572 €	147 720 €

Número médio de trabalhadores por empresa em diferentes ramos de atividade	2016	2017	2018
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1,2	1,2	1,2
Indústrias extrativas	7,8	7,8	7,7
Indústrias transformadoras	11,8	12,7	13,2
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1,0	1,0	1,0
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	32,7	35,1	38,7
Construção	6,2	5,9	6,0
Comércio por grosso e a retalho (...)	3,3	3,3	3,4
Transporte e armazenagem	11,4	11,5	10,8
Alojamento, restauração e similares	3,1	3,1	3,1
Atividade de Informação e comunicação	5,2	5,1	4,9
Atividades imobiliárias	1,6	1,5	1,5
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1,9	1,9	1,9
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1,9	2,2	2,3
Educação	1,4	1,3	1,4
Atividades de saúde humana e apoio social	2,8	2,8	2,8
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1,7	1,7	1,6
Outras atividades de serviços	1,5	1,5	1,5



GERAR CAPITAL HUMANO QUALIFICADO

CONHECIMENTO, FORMAÇÃO E RETENÇÃO DE TALENTO



4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

5 IGUALDADE DE GÊNERO

8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

Universidade do Minho

A UMinho é uma referência de ensino e aprendizagem de elevada qualidade, não apenas para as universidades portuguesas, mas também europeias e mundiais. A instituição é hoje uma hoje claramente uma universidade de investigação demonstrando uma significativa capacidade para potenciar a inovação do território, sendo pioneira em várias áreas de ensino-formação e de investigação.

Isso reflete-se na posição que tem vindo a assumir nos principais rankings internacionais, nomeadamente o *Ranking de Leiden*, um dos principais rankings baseado na investigação científica, mas também nos grandes rankings da *Times Higher Education (THE)*, quer no ranking global quer no ranking THE das universidades com menos de 50 anos. A UMinho é uma das quatro universidades portuguesas no Shanghai Ranking (ARWU – Academic Ranking of World Universities).

A UMinho também surge em 2019 como a melhor instituição de Portugal, a terceira ibérica e a 83ª no mundo a cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, segundo a primeira edição do “THE Impact Rankings”. A publicação da *Times Higher Education* destacou esta academia nos indicadores de parcerias, educação de qualidade, cidades e comunidades sustentáveis, saúde de qualidade e indústria, inovação e infraestruturas. Consiste ainda na melhor instituição portuguesa e a 55ª no mundo no “*UI GreenMetric World University Rankings 2019*”, que avalia a sustentabilidade ambiental de 780 universidades de 85 países e é lançado hoje.

A UMinho tem uma estratégia muito clara para a Propriedade Intelectual, sendo uma das universidades portuguesas com maior sucesso

nesta área de proteção de conhecimento e na obtenção de patentes nacionais e internacionais.

Tudo isto é feito com uma fortíssima ligação às empresas, à região e ao território. Na região do Norte, são formados anualmente mais de 3.000 alunos na área da engenharia, entre licenciaturas, mestrados, doutoramentos, para além de cursos de formação profissional e tecnológica.

Universidade Católica Braga

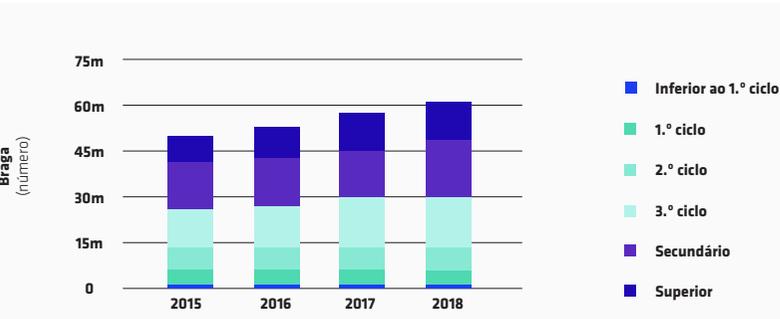
A origem da UCP data de 13 de outubro de 1967, quando integrou a Faculdade de Filosofia de Braga como primeira instituição, que já funcionava na cidade desde 1947. O Centro Regional de Braga nasce a 25 de outubro de 1999, com o objetivo de consolidar e desenvolver a presença da Universidade Católica Portuguesa na região. O Centro Regional de Braga disponibiliza atualmente 9 licenciaturas, 21 mestrados e 6 doutoramentos, distribuídos pelas suas faculdades.

A Universidade Católica Portuguesa é uma instituição de referência em Portugal, com uma reputação de excelência, uma investigação de alto nível e uma forte ligação à sociedade. Está nos tops dos rankings internacionais de referência, destacando-se a #1 posição alcançada nos *Times Higher Education World Universal Rankings* pelo segundo ano consecutivo.

Número médio de trabalhadores por empresa em diferentes ramos de atividades

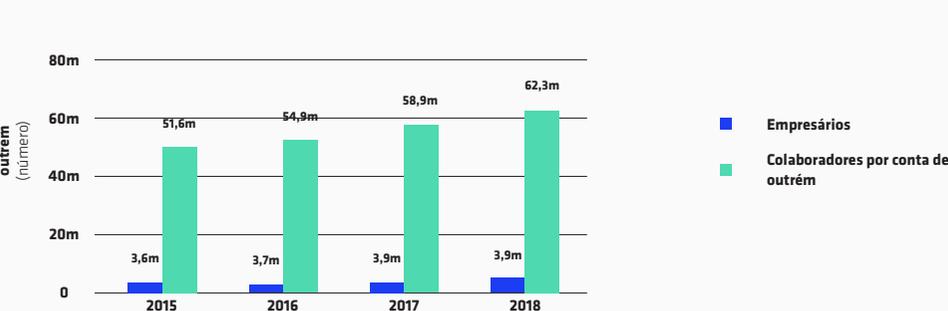
	2016	2017	2018
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1,2	1,2	1,2
Indústrias extrativas	7,8	7,8	7,7
Indústrias transformadoras	11,8	12,7	13,2
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1,0	1,0	1,0
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	32,7	35,1	38,7
Construção	6,2	5,9	6,0
Comércio por grosso e a retalho (...)	3,3	3,3	3,4
Transporte e armazenagem	11,4	11,5	10,8
Alojamento, restauração e similares	3,1	3,1	3,1
Atividade de Informação e comunicação	5,2	5,1	4,9
Atividades imobiliárias	1,6	1,5	1,5
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1,9	1,9	1,9
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1,9	2,2	2,3
Educação	1,4	1,3	1,4
Atividades de saúde humana e apoio social	2,8	2,8	2,8
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1,7	1,7	1,6
Outras atividades de serviços	1,5	1,5	1,5

Níveis de educação e formação no concelho de Braga (número)



Fonte: INE

Empresários e colaboradores por conta de outrem (número)



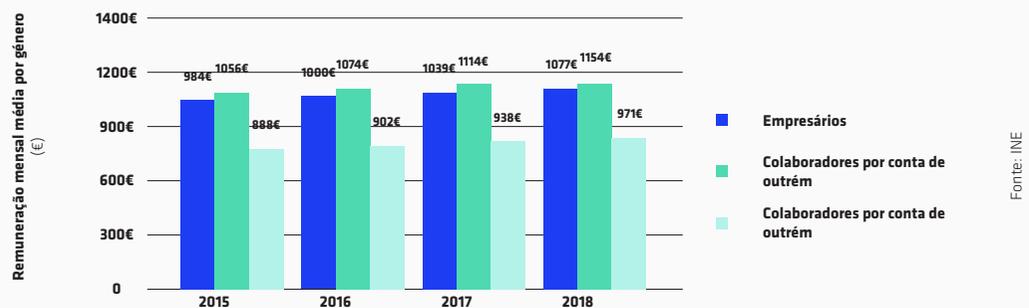
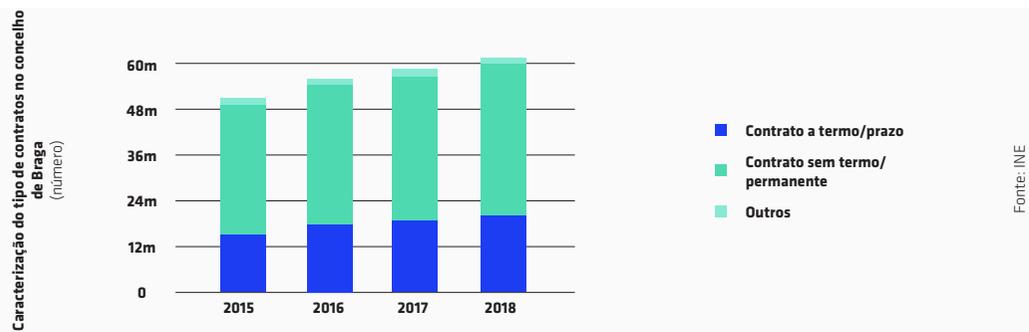
Fonte: INE



INL

O INL é um centro de investigação que se dedica a várias aplicações da nanotecnologia, uma das áreas científicas e tecnológicas em franco crescimento, como a nanomedicina e o controle de qualidade alimentar e ambiental. A combinação dos recursos de investigação disponíveis com a valorização do conhecimento, a inovação e o empreendedorismo atrai cientistas de topo. Oferece diferentes oportunidades de investimento, fundos de investimento e metodologias que satisfazem a procura dos stakeholders na área da nanotecnologia.

O INL procura fortes colaborações com parceiros industriais e instituições de investigação académica, através de uma participação vigorosa em programas de investigação internacionais. O INL promove a criação de empresas spin-off em áreas competitivas de nanotecnologia, e garante a gestão de um forte programa de sensibilização do público.



Remuneração média por categoria profissional no concelho de Braga	2016	2017	2018	2019
Média total	984 €	1000 €	1039 €	1077 €
Quadros superiores	1871 €	1889 €	1930 €	1988 €
Quadros médios	1469 €	1459 €	1470 €	1486 €
Encarregados, contramestres e chefes de equipa	1336 €	1346 €	1390 €	1414 €
Profissionais altamente qualificados	1252 €	1284 €	1308 €	1353 €
Profissionais qualificados	843 €	850 €	870 €	896 €
Profissionais semiquilificados	728 €	739 €	790 €	803 €
Profissionais não qualificados	658 €	661 €	693 €	715 €

Participar



FOMENTAR INTERVENÇÃO CÍVICA MAIS ATIVA E RESPONSÁVEL

PARTICIPAÇÃO CÍVICA

10 REDUZIR AS
DESIGUALDADES



17 PARCERIAS PARA
A IMPLEMENTAÇÃO
DOS OBJETIVOS



Orçamento participativo

O Orçamento Participativo consiste em delegar nos cidadãos a decisão relativamente ao que fazer com uma parte do Orçamento do Município. O Orçamento Participativo oferece aos cidadãos novos direitos e novas responsabilidades. Todos os cidadãos com idade igual ou superior a 16 anos que residam, trabalhem ou estudem em Braga e que, devidamente identificados, se inscrevam no portal do Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Braga.

As propostas podem ser apresentadas no portal do Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Braga: <https://participe.cm-braga.pt/opg/> ou nas assembleias participativas. As propostas podem ser variadas, sendo privilegiadas as que se enquadrarem nas seguintes áreas:

- _ ecologia, ambiente e energia;
- _ solidariedade e coesão social;
- _ equipamentos (melhoria ou reparação de equipamentos culturais, sociais, etc.) e espaços públicos (jardins, parques, praças, etc.);
- _ cultura e património (material e imaterial);
- _ trânsito, mobilidade, acessibilidades e segurança rodoviária;
- _ turismo, comércio e promoção económica;
- _ desporto, saúde e bem-estar.

A Câmara Municipal de Braga analisa tecnicamente todas as propostas submetidas pelos cidadãos. As que estiverem de acordo com os parâmetros definidos serão adaptadas a projeto e submetidas a votação. Cada proposta só integrará um projeto. Aos cidadãos que apresentem propostas não aceites para adaptação a projeto, será explicada a razão dessa decisão.

Os projetos elaborados pelos serviços do município e colocados à votação dos cidadãos podem não corresponder à transcrição das propostas que lhes deram origem. Se se verificar que algumas propostas são semelhantes, pelo seu conteúdo ou pela sua proximidade geográfica, poderá justificar-se que sejam integradas num só projeto. As propostas, após o trabalho de adaptação a projeto, assim como os documentos que lhes possam ter sido anexados, passam a ser propriedade da Câmara Municipal de Braga.

A decisão cabe aos cidadãos que se inscrevam e votem nos projetos. Serão considerados aprovados os projetos mais votados até ao montante definido para o Orçamento Participativo. A par do Orçamento Participativo (Geral), o Município promove também dois outros orçamentos, que além de promoverem os princípios inerentes ao próprio OP, procuram atingir segmentos específicos, procurando estimular o seu espírito crítico e uma participação e cidadania ativa e atenta, sendo eles o Orçamento Participativo Escolar, com uma dotação de 100.000,00€, e o Orçamento Participativo Jovem “TU DECIDES!”, com uma verba atribuída de 75.000,00€



Portal
Braga Participa

650.000€

Valor alocado ao Orçamento Participativo

0,57%

Peso no orçamento Municipal

Projetos aprovados pelo Orçamento Participativo

2018

Cobertura de ringue desportivo
Conta-me como foi
+ Saúde + Idade
Salão de apoio às atividades da freguesia
Espaço Comunitário e de Culto de S. Martinho
Reactivação do Grupo de Teatro e Remodelação de Espaço
Arte por Tadim
Fi-bra - Filarmonia Juvenil de Braga

2019

Requalificação dos Balneários do Ringue de Padim da Graça
Idade Maior Braga Oeste
Centro Interpretativo dos Abades de Priscos
Cobertura de ringue desportivo de Oliveira
Implementação de outras valências no rocódromo de escalada
Reabilitação da Escola do Padrão
APPACDM - Vamos dar Cobertura a este Projecto
Igreja Matriz Velha de Lomar

Braga Resolve

A aplicação 'Braga Resolve' é uma ferramenta que permite aos cidadãos reportar ocorrências no espaço público de forma simples, rápida e interactiva.

A aplicação tem como objetivo promover uma ligação mais próxima e transparente entre a Câmara Municipal de Braga e os cidadãos que, desta forma, podem dar conta de problemas relacionados com o estado de conservação do espaço público em todo o território concelhio.

As ocorrências são localizadas de forma automática via GPS, encaminhadas para uma plataforma e daí reportadas aos serviços municipais competentes com vista à resolução do problema. Após a receção da ocorrência, o problema é analisado e avaliada a sua prioridade de forma a ser escalonada uma intervenção.

A grande mais-valia desta ferramenta reside na possibilidade do cidadão que reportou a ocorrência poder acompanhar de forma interativa todo o processo, desde o primeiro contacto até à sua resolução. Outra das vantagens da aplicação prende-se com a captação e tratamento estatístico de informação sobre o território concelhio que pode ser consultada a qualquer momento.



Plataforma de Gestão de voluntariado alinhada com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – APlanet

A APlanet Community é uma plataforma tecnológica de gestão de voluntariado e de iniciativas sociais que permite ao Município de Braga criar e gerir as suas práticas de responsabilidade social, dando a possibilidade aos seus cidadãos de participarem enquanto voluntários. Todas as iniciativas APlanet estão alinhadas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas permitindo assim uma contribuição real o Município de Braga e dos seus cidadãos para os 17 objetivos.

Desta forma, o Município de Braga tem estimulado a participação, a criatividade e a pró-atividade dos cidadãos e das instituições, para que promovam iniciativas no âmbito dos objetivos para o desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma iniciativa pioneira a nível nacional que se afirma e que se espera que venha a ser replicada pelas empresas da região como os demais stakeholders do Município.

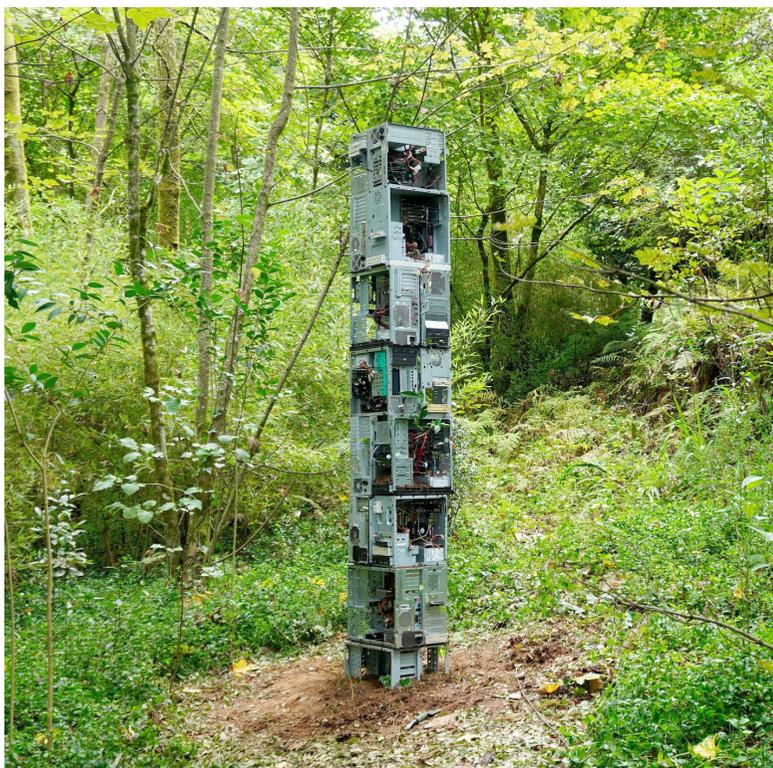
De momento a plataforma conta com 605 membros e 639 horas de voluntariado para o Desenvolvimento Sustentável.

GreenFest - Maior evento de sustentabilidade em Portugal

Inspirado no formato americano, o Greenfest é o maior evento de sustentabilidade do país e celebra o que de melhor se faz nas três vertentes: económica, social e ambiental. Posiciona-se como uma plataforma de partilha de ideias e experiências e é o palco de prestígio onde se encontram empresas e cidadãos que se preocupam com o futuro.

Para as empresas, representa o espaço ideal para divulgarem tendências responsáveis e se estabelecerem parcerias comerciais entre stakeholders. Para os cidadãos, representa experiências únicas de contacto e aprendizagem sobre as mais diversas formas de contribuir para um mundo cada vez mais sustentável: são muitos os caminhos, mas todos vão dar ao Greenfest.

Este evento, ocorre anualmente em Braga. A edição de 2019 foi realizada no Mosteiro de Tibães entre 06 a 09 de junho.



NOTAS METODOLÓGICAS

Energia

As diferentes categorias foram quantificadas com base na aquisição dos diferentes tipos de energia, sendo estes tipos combustíveis e eletricidade. O PCI (Poder Calorífico dos Combustíveis) dos combustíveis usados para o cálculo da energia tem como fonte o *GHG Protocol Corporate Accounting and Reporting Standard* e a *GHG Protocol for Cities An Accounting and Reporting Standard for Cities* utilizando por vezes dados fornecidos pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente), EDP Comercial e GALP. Os fatores de conversão utilizados foram os seguintes:

Tipo Energia	PCI	Descrição	Fonte eletricidade	2015-2016	2017	2018	2019
Eletricidade	3,60 MJ/kWh		Hídrica	14%	9,4%	23,3%	17,1%
Gás Natural	0,03901 GJ/m ³		Eólica	16%	35,5%	21,6%	25,4%
GPL	46,00 GJ/ton	1,96 l/kg	Cogeração Renovável	4%	4,0%	3,4%	3,6%
Gasóleo	43,07 GJ/ton	0,835 ton/m ³	Outras renováveis	3%	5,1%	6,7%	8,3%
Gasolina	44,00 GJ/ton	0,748 ton/m ³	Resíduos Sólidos Urbanos	2%	1,4%	0,8%	0,9%
Litros - M ³	1000 Litro = 1m ³		Cogeração Fóssil	10%	8,1%	6,9%	8,1%
Litros - Tj	(litros/1000)*43,33*0,825	diesel	Gás Natural	10%	12,7%	17,8%	21,2%
Litros - Tj	(litros/1000)*44,80*0,825	Gasolina	Carvão	36%	20,8%	19,5%	14,9%
Litros - Tj	(litros/1000*46/(1,96*0,001))	GPL	Nuclear	6%	3,0%	0%	0%
M ³ -Tj	((m ³)*0,03901)/1000	Gás Natural	Diesel	0%	0%	0%	0%
			Fuelóleo	1%	0%	0%	0%

Emissões de Gases com Efeito Estufa

As diferentes categorias de emissões foram quantificadas com base no fator de emissão alocado ao volume da fonte de emissão correspondente. Os fatores de emissão usados para o cálculo das emissões de gases com efeitos estufa foram selecionados a partir da *GHG Protocol Corporate Accounting and Reporting Standard* e da *GHG Protocol for Cities An Accounting and Reporting Standard for Cities* utilizando por vezes dados fornecidos pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente), EDP Comercial, GALP e CP. Foram considerados as delimitações do concelho de Braga como limite para a quantificação das emissões comunitárias.

Fonte de emissão	Gás associado	Fator	2015	2016	2017	2018	2019
Eletricidade	CO ₂ eq	kg/kWh	0,2920	0,2920	0,28096	0,22896	0,24854
Gasolina	CO ₂	kg/Tj					69300
	CH ₄	kg/Tj					25
	N ₂ O	kg/Tj					8
Gasóleo	CO ₂	kg/Tj					74100
	CH ₄	kg/Tj					3,9
	N ₂ O	kg/Tj					3,9
GPL	CO ₂	kg/Tj					63100
	CH ₄	kg/Tj					62
	N ₂ O	kg/Tj					0,2
Gás Natural	CO ₂	kg/Tj					56100
	CH ₄	kg/Tj					1,2
	N ₂ O	kg/Tj					2,3
Comboio	CO ₂ eq	kg/km					0,06
Autocarro	CO ₂ eq	kg/km					0,19

GLOBAL REPORTING INITIATIVE

GRI	Tópico	Descrição	Página	Observações	GRI	Tópico	Descrição	Página	Observações
102-1	General Disclosures	Name of the organization	2		102-18	General Disclosures	Governance structure	13	
102-2	General Disclosures	Activities, brands, products, and services	11		102-19	General Disclosures	Delegating authority	10-15	
102-3	General Disclosures	Location of headquarters	2		102-20	General Disclosures	Executive-level responsibility for economic, environmental, and social topics	10-15	
102-4	General Disclosures	Location of operations	2		102-21	General Disclosures	Consulting stakeholders on economic, environmental, and social topics	10-15	
102-5	General Disclosures	Ownership and legal form	11		102-22	General Disclosures	Composition of the highest governance body and its committees	10-15	
102-6	General Disclosures	Markets served	11		102-23	General Disclosures	Chair of the highest governance body	10-15	
102-7	General Disclosures	Scale of the organization	12		102-24	General Disclosures	Nominating and selecting the highest governance body	10-15	
102-8	General Disclosures	Information on employees and other workers	43		102-25	General Disclosures	Conflicts of interest	10-15	
102-9	General Disclosures	Supply chain	37		102-26	General Disclosures	Role of highest governance body in setting purpose, values, and strategy	10-15	
102-10	General Disclosures	Significant changes to the organization and its supply chain	37		102-27	General Disclosures	Collective knowledge of highest governance body	10-15	
102-11	General Disclosures	Precautionary Principle or approach	11		102-28	General Disclosures	Evaluating the highest governance body's performance	10-15	
102-12	General Disclosures	External initiatives	26		102-29	General Disclosures	Identifying and managing economic, environmental, and social impacts	10-15	
102-13	General Disclosures	Membership of associations	13		102-30	General Disclosures	Effectiveness of risk management processes	10-32	
102-14	General Disclosures	Statement from senior decision-maker	4		102-31	General Disclosures	Review of economic, environmental, and social topics	10-32	
102-15	General Disclosures	Key impacts, risks, and opportunities	16		102-32	General Disclosures	Highest governance body's role in sustainability reporting	10-32	
102-16	General Disclosures	Values, principles, standards, and norms of behavior	10		102-33	General Disclosures	Communicating critical concerns	10-32	
102-17	General Disclosures	Mechanisms for advice and concerns about ethics	14		102-34	General Disclosures	Nature and total number of critical concerns	10-32	
102-17	General Disclosures	Mechanisms for advice and concerns about ethics	14		102-35	General Disclosures	Remuneration policies	10-32	

GRI	Tópico	Descrição	Página	Observações	GRI	Tópico	Descrição	Página	Observações
102-36	General Disclosures	Process for determining remuneration	10-32		201-2	Economic Performance	Financial implications and other risks and opportunities due to climate change	16-32	
102-37	General Disclosures	Stakeholders' involvement in remuneration	10-32		201-3	Economic Performance	Defined benefit plan obligations and other retirement plans	-	Informação em: Relatório e Contas 2019
102-38	General Disclosures	Annual total compensation ratio	10-32		201-4	Economic Performance	Financial assistance received from government	51-53	
102-39	General Disclosures	Percentage increase in annual total compensation ratio	10-32		202-1	Market Presence	Ratios of standard entry level wage by gender compared to local minimum wage	48	
102-40	General Disclosures	List of stakeholder groups	29		202-2	Market Presence	Proportion of senior management hired from the local community	43-48	
102-41	General Disclosures	Collective bargaining agreements	46		203-1	Indirect Economic Impacts	Infrastructure investments and services supported	51-53, 86	
102-42	General Disclosures	Identifying and selecting stakeholders	28		203-2	Indirect Economic Impacts	Significant indirect economic impacts	118-126	
102-43	General Disclosures	Approach to stakeholder engagement	27-32		204-1	Procurement Practices	Proportion of spending on local suppliers	37	
102-44	General Disclosures	Key topics and concerns raised	27-32		205-1	Anti-corruption	Operations assessed for risks related to corruption	15	Consultar: instrumentos de gestão - Plano de Gestão de Riscos
102-45	General Disclosures	Entities included in the consolidated financial statements	-	Informação em: Relatório e Contas Consolidada 2019	205-2	Anti-corruption	Communication and training about anti-corruption policies and procedures	15	Consultar: instrumentos de gestão - Plano de Gestão de Riscos
102-46	General Disclosures	Defining report content and topic boundaries	132		205-3	Anti-corruption	Confirmed incidents of corruption and actions taken	15	Consultar: instrumentos de gestão - Plano de Gestão de Riscos
102-47	General Disclosures	List of material topics	30		206-1	Anti-competitive Behavior	Legal actions for anti-competitive behavior, anti-trust, and monopoly practices	-	Não Aplicável
102-48	General Disclosures	Restatements of information	2		301-1	Materials	Materials used by weight or volume	34-39	
102-49	General Disclosures	Changes in reporting	2		301-2	Materials	Recycled input materials used	34-39	
102-50	General Disclosures	Reporting period	2		301-3	Materials	Reclaimed products and their packaging materials	-	Não Aplicável
102-51	General Disclosures	Date of most recent report	2		302-1	Energy	Energy consumption within the organization	38	
102-52	General Disclosures	Reporting cycle	2		302-2	Energy	Energy consumption outside of the organization	38	
102-53	General Disclosures	Contact point for questions regarding the report	2		302-3	Energy	Energy intensity	38	
102-54	General Disclosures	Claims of reporting in accordance with the GRI Standards	2		302-4	Energy	Reduction of energy consumption	38	
102-55	General Disclosures	GRI content index	135		302-5	Energy	Reductions in energy requirements of products and services	38	
102-56	General Disclosures	External assurance	-		303-1	Water and Effluents	Interactions with water as a shared resource	39	
103-1	Management Approach	Explanation of the material topic and its Boundary		Não aplicável	303-2	Water and Effluents	Management of water discharge-related impacts	39	
103-2	Management Approach	The management approach and its components	16-32		303-3	Water and Effluents	Water withdrawal	39	
103-2	Management Approach	The management approach and its components	16-32		303-4	Water and Effluents	Water discharge	39	
103-3	Management Approach	Evaluation of the management approach	16-32						
201-1	Economic Performance	Direct economic value generated and distributed	51-53						

GRI	Tópico	Descrição	Página	Observações	GRI	Tópico	Descrição	Página	Observações
303-5	Water and Effluents	Water consumption	39		403-3	Occupational Health and Safety	Occupational health services	43-48	
304-1	Biodiversity	Operational sites owned, leased, managed in, or adjacent to, protected areas and areas of high biodiversity value outside protected areas	84-87		403-4	Occupational Health and Safety	Worker participation, consultation, and communication on occupational health and safety	43-48	
304-2	Biodiversity	Significant impacts of activities, products, and services on biodiversity	84-87		403-5	Occupational Health and Safety	Worker training on occupational health and safety	43-48	
304-3	Biodiversity	Habitats protected or restored	84-87		403-6	Occupational Health and Safety	Promotion of worker health	43-48	
304-4	Biodiversity	IUCN Red List species and national conservation list species with habitats in areas affected by operations	-	Não Aplicável	403-7	Occupational Health and Safety	Prevention and mitigation of occupational health and safety impacts directly linked by business relationships	43-48	
305-1	Emissions	Direct (Scope 1) GHG emissions	40-41		403-8	Occupational Health and Safety	Workers covered by an occupational health and safety management system	43-48	
305-2	Emissions	Energy indirect (Scope 2) GHG emissions	40-41		403-9	Occupational Health and Safety	Work-related injuries	43-48	
305-3	Emissions	Other indirect (Scope 3) GHG emissions	40-41		403-10	Occupational Health and Safety	Work-related ill health	43-48	
305-4	Emissions	GHG emissions intensity	40-41		404-1	Training and Education	Average hours of training per year per employee	43-48	
305-5	Emissions	Reduction of GHG emissions	40-41		404-2	Training and Education	Programs for upgrading employee skills and transition assistance programs	43-48	
305-6	Emissions	Emissions of ozone-depleting substances (ODS)	40-41		404-3	Training and Education	Percentage of employees receiving regular performance and career development reviews	43-48	
305-7	Emissions	Nitrogen oxides (NOX), sulfur oxides (SOX), and other significant air emissions	40-41		405-1	Diversity and Equal Opportunity	Diversity of governance bodies and employees	43-48	
306-1	Effluents and Waste	Water discharge by quality and destination	41		405-2	Diversity and Equal Opportunity	Ratio of basic salary and remuneration of women to men	43-48	
306-2	Effluents and Waste	Waste by type and disposal method	41		406-1	Non-discrimination	Incidents of discrimination and corrective actions taken	-	Não Aplicável
306-3	Effluents and Waste	Significant spills	41		407-1	Freedom of Association and Collective Bargaining	Operations and suppliers in which the right to freedom of association and collective bargaining may be at risk	43-48	
306-4	Effluents and Waste	Transport of hazardous waste	41		408-1	Child Labor	Operations and suppliers at significant risk for incidents of child labor	-	Não Aplicável
307-1	Environmental Compliance	Non-compliance with environmental laws and regulations	-	Não Aplicável	409-1	Forced or Compulsory Labor	Operations and suppliers at significant risk for incidents of forced or compulsory labor	-	Não Aplicável
308-1	Supplier Environmental Assessment	New suppliers that were screened using environmental criteria	37		410-1	Security Practices	Security personnel trained in human rights policies or procedures	-	Não Aplicável
308-2	Supplier Environmental Assessment	Negative environmental impacts in the supply chain and actions taken	37		411-1	Rights of Indigenous Peoples	Incidents of violations involving rights of indigenous peoples	-	Não Aplicável
401-1	Employment	New employee hires and employee turnover	43-48		412-1	Human Rights Assessment	Operations that have been subject to human rights reviews or impact assessments	-	Não Aplicável
401-2	Employment	Benefits provided to full-time employees that are not provided to temporary or part-time employees	43-48		412-2	Human Rights Assessment	Employee training on human rights policies or procedures	-	Não Aplicável
401-3	Employment	Parental leave	43-48		412-3	Human Rights Assessment	Significant investment agreements and contracts that include human rights clauses or that underwent human rights screening	-	Não Aplicável
402-1	Labor/Management Relations	Minimum notice periods regarding operational changes	43-48		413-1	Local Communities	Operations with local community engagement, impact assessments, and development programs	54-130	
403-1	Occupational Health and Safety	Occupational health and safety management system	43-48		413-2	Local Communities	Operations with significant actual and potential negative impacts on local communities	-	Não Aplicável
403-2	Occupational Health and Safety	Hazard identification, risk assessment, and incident investigation	43-48		414-1	Supplier Social Assessment	New suppliers that were screened using social criteria	37	

GRI	Tópico	Descrição	Página	Observações
415-1	Public Policy	Political contributions	-	Não Aplicável
416-1	Customer Health and Safety	Assessment of the health and safety impacts of product and service categories	-	Não Aplicável
416-2	Customer Health and Safety	Incidents of non-compliance concerning the health and safety impacts of products and services	-	Não Aplicável
417-1	Marketing and Labeling	Requirements for product and service information and labeling	-	Não Aplicável
417-2	Marketing and Labeling	Incidents of non-compliance concerning product and service information and labeling	-	Não Aplicável
417-3	Marketing and Labeling	Incidents of non-compliance concerning marketing communications	-	Não Aplicável
418-1	Customer Privacy	Substantiated complaints concerning breaches of customer privacy and losses of customer data	-	Não Aplicável
419-1	Socioeconomic Compliance	Non-compliance with laws and regulations in the social and economic area	-	Não Aplicável

ISO 37120

cod.	Tema	2015	2016	2017	2018	2019	fonte	Indicador
5	Economia							
5.1	Taxa de Desemprego da Cidade	9%	8%	7%	5%	5%	INE	principal
5.2	Valor avaliado das propriedades comerciais e industriais como uma percentagem do valor total avaliado de todas as propriedades	-	-	-	-	-	-	apoio
5.3	Taxa de risco de pobreza, após transferências sociais	20%	19%	18%	17%	17%	INE	apoio
5.4	Percentagem de pessoas empregadas a tempo inteiro	51%	52%	54%	55%	55%	INE	apoio
5.5	Taxa de Desemprego jovem (dos 15 aos 24 anos)	6%	5%	4%	3%	3%	INE	apoio
5.6	Número de empresas por 100 000 habitantes	10261	10602	11049	11577		INE	apoio
5.7	Número de patentes de invenção registadas por 100 000 habitantes	-	-	-	-	-	-	apoio
6	Educação							
6.1	Percentagem da população feminina em idade escolar matriculada nas escolas					90,2%	DGEEC/ME-MCTES	principal
6.2	Percentagem de alunos que completa o 1.º, 2.º e 3.º ciclo do ensino : taxa de sobrevivência (modificação da ISO para se ajustar à CMBraga)	95%	97%	97%	98%	99%	DGEEC/ME-MCTES	principal
6.3	Percentagem de alunos que completa o ensino secundário: taxa de sobrevivência (modificação da ISO para se ajustar à CMBraga)	85%	86%	87%	88%	88%	DGEEC/ME-MCTES	principal
6.4	Rácio alunos/professor no 1.º e 2.º ciclo do ensino básico	6,0	6,0	5,8	5,5	5,2	DGEEC/ME-MCTES	principal
6.5	Percentagem da população em idade escolar matriculada nas escolas	20%	19%	19%	19%	19%	DGEEC/ME-MCTES	apoio
6.6	Número de diplomas de ensino superior por 100.000 habitantes	2126	2204	2217	2312	2326	DGEEC/ME-MCTES	apoio
7	Energia							
7.1	Consumo total de energia no uso final per capita (GJ / ano)	114	123	123	131	-	DGEG/MAAC	principal
7.2	Percentagem da energia total de uso final derivada de fontes renováveis	62%	44%	55%	52%	-	DGEG/MAAC	principal
ad.	Percentagem da energia total de uso final derivada de fontes não-renováveis (indicador adicional)	38%	56%	45%	48%	-	DGEG/MAAC	adicional
7.3	Percentagem da população da cidade com serviço elétrico autorizado (residencial)	100%	100%	100%	100%	-	DGEG/MAAC	principal
7.4	Número de conexões de serviço de distribuição de gás por 100.000 habitantes (residencial)	-	-	-	-	-	-	principal
7.5	Consumo final de energia de edifícios públicos por ano (GJ / m2)	-	-	-	-	-	-	principal
7.6	Consumo de eletricidade da iluminação pública por km de rua iluminada (kWh / ano)	-	-	-	-	-	-	apoio
7.7	Média anual de horas de interrupções do serviço elétrico por residência	-	-	-	-	-	-	apoio
8	Meio ambiente e Alterações Climáticas							
8.1	Concentração de partículas finas (PM2,5)	0	-	0	-		APA	principal

cod.	Tema	2015	2016	2017	2018	2019	fonte	Indicador
8.2	Concentração de material particulado (PM10)	0	-	0	-		APA	principal
8.3	Emissões de gases de efeito estufa medidas em toneladas per capita	2,4	-	2,5	-		APA	principal
8.4	Porcentagem de áreas designadas para proteção natural	0,1969	-	-	-		APA	apoio
8.5	Concentração de NO2 (dióxido de nitrogênio)	0	-	0	-		APA	apoio
8.6	Concentração de SO2 (dióxido de enxofre)	0	-	0	-		APA	apoio
8.7	Concentração de O3 (ozônio)	0	-	0	-		APA	apoio
8.8	Poluição sonora (indicador de apoio)	-	-	-	-	-		apoio
8.9	Mudança percentual no número de espécies nativas (indicador de apoio)	-	-	-	-	-		apoio
9	Finanças							
9.1	Rácio do serviço da dívida	-	57%	49%	53%	40%	DF CM Braga	principal
9.2	Despesas de capital como uma porcentagem das despesas totais	-	-	29%	33%	29%	DF CM Braga	principal
9.3	Receita de fonte própria como porcentagem da receita total	-	-	57%	56%	57%	DF CM Braga	apoio
9.4	Imposto recolhido como uma porcentagem do imposto cobrado	-	-	98%	96%	100%	DF CM Braga	apoio
10	Governança							
10.1	Mulheres como uma porcentagem do total eleito para cargos em nível municipal (indicador principal)	33%	33%	33%	33%	50%	CM Braga	principal
10.2	Número de condenações por corrupção e / ou suborno por funcionários municipais por 100.000 habitantes (indicador de apoio)	0	0	0	0	0	CM Braga	apoio
10.3	Número de eleitores registados como porcentagem da população em idade de votar (indicador de apoio)			86%			SGMAI	apoio
10.4	Participação do eleitor na última eleição municipal (como porcentagem de eleitores registados) (indicador de apoio)			50%			SGMAI	apoio
11	Saúde							
11.1	Esperança de vida média	81	81,1	81,2	81,3	81,3	DGS/MS	principal
11.2	Número de leitos hospitalares por 100.000 habitantes	599	629	632	629	630	DGS/MS	principal
11.3	Número de médicos por 100.000 habitantes	639	677	713	754	795	DGS/MS	principal
11.4	Mortalidade de menores de cinco anos por 1.000 nascidos vivos	0,6	1,2	0,6	1,2	1,8	DGS/MS	principal
11.5	Número de pessoal de obstetrícia por 100.000 habitantes	16	16	17	20	21	DGS/MS	apoio
11.6	Taxa de suicídio por 100.000 habitantes	1,20%	0,80%	0,90%	0,50%		DGS/MS	apoio
12	Habitação							
12.1	Porcentagem da população da cidade que vive em moradias inadequadas	0%	0%	0%	0%	0%	Bragahabit	principal
12.2	Porcentagem da população que vivem em habitação acessível (adaptado para rendas apoiadas)			3202	3103	3065	Bragahabit	principal
12.3	Número de sem-abrigos por 100.000 habitantes	-	-	-	-	-		apoio
12.4	Porcentagem de famílias que existem sem títulos legais registados	0	0	0	0	0	Bragahabit	apoio
13	População e Condições Sociais							
13.1	Porcentagem da população da cidade que vive abaixo da linha internacional de pobreza	0%	0%	0%	0%	0%	INE	principal
13.2	Porcentagem da população da cidade que vive abaixo da linha nacional de pobreza	1,9%	1,6%	1,5%	1,6%	1,4%	INE	apoio
13.3	Coefficiente de desigualdade de Gini	-	-	-	-	-	INE	apoio
14	Recreação							
14.1	Metros quadrados de espaço público interno de recreação per capita	43					DU/CM Braga	apoio

cod.	Tema	2015	2016	2017	2018	2019	fonte	Indicador
14.2	Metros quadrados de espaço público de recreação ao ar livre per capita	9					DU/CMBraga	apoio
15	Segurança							
15.1	Número de bombeiros por 100.000 habitantes	72	69	72	74	77	CMBraga	principal
15.2	Número de mortes relacionadas ao fogo por 100.000 habitantes	-	-	-	-	-		principal
15.3	Número de mortes relacionadas a perigos naturais por 100.000 habitantes	-	-	-	-	-		principal
15.4	Número de polícias por 100.000 habitantes	25	24	22	21	26	CMBraga	principal
15.5	Número de homicídios por 100.000 habitantes	0,55	0,55	0,55	0,44		DGPJ/MJ	principal
15.6	Número de bombeiros voluntários e em meio período por 100.000 habitantes	-	-	-	-	-		apoio
15.7	Tempo de resposta para serviços de resposta de emergência da chamada inicial	-	-	-	-	-		apoio
15.8	Crimes contra a propriedade por 100.000 habitantes	148	364	231	201	-	DGPJ/MJ	apoio
15.9	Número de mortes causadas por acidentes industriais por 100.000 habitantes (indicador de apoio)	-	-	-	-	-		apoio
15.10	Número de crimes violentos contra as mulheres por 100.000 habitantes (indicador de apoio)	623	680	653	706		DGPJ/MJ	apoio
16	Resíduos sólidos							
16.1	Porcentagem da população da cidade com recolha regular de resíduos sólidos (residencial)	92%	92%	96%	94%	92%	ERSAR	principal
16.2	Total de resíduos sólidos municipais recolhidos per capita (toneladas)	0,4293	0,4114	0,4193	0,4433	0,470	INE	principal
16.3	Porcentagem dos resíduos sólidos da cidade que são reciclados	11%	13%	15%	14%	14%	INE	principal
16.4	Porcentagem dos resíduos sólidos da cidade que são alocados em aterro sanitário	89%	58%	47%	52%	47%	INE	principal
16.5	Porcentagem de resíduos sólidos da cidade que são tratados por incineração	0%	0%	0%	0%	0%	INE	principal
16.6	Porcentagem de resíduos sólidos da cidade que são biologicamente tratados e usados como composto ou biogás	0%	28%	38%	34%	40%	INE	apoio
16.8	Porcentagem dos resíduos sólidos da cidade que são destinados por outros meios	0%	0%	0%	0%	0%	INE	apoio
16.9	Geração de resíduos perigosos per capita	-	-	-	-	-		apoio
16.10	Porcentagem dos resíduos perigosos da cidade que são reciclados	-	-	-	-	-		apoio
17	Desporto e Cultura							
17.1	Número de instituições culturais e instalações desportivas por 100.000 habitantes	-	-	-	-	-		principal
17.2	Porcentagem do orçamento municipal alocado para instalações culturais e desportivas	6%	19%	17%	19%	-	INE	apoio
17.3	Número anual de eventos culturais por 100.000 habitantes (por exemplo, exposições, festivais, concertos)	64	11	12	15	8	INE	apoio
18	Telecomunicação							
18.1	Número de conexões de internet por 100.000 habitantes (indicador de apoio)	-	-	-	-	-		apoio
18.2	Número de conexões de telefonia móvel por 100.000 habitantes (indicador de apoio)	-	-	-	-	-		apoio
19	Transporte							
19.1	Km de sistema de transporte público por 100.000 habitantes	157,2	158,7	158,7	158,7	159,1	TUB	principal
19.2	Número anual de viagens de transporte público per capita	57,0	59,0	61,6	63,0	65,6	TUB	principal
19.3	Porcentagem de passageiros que usam um modo de transporte para trabalhar que não seja um veículo pessoal					34%	INE	apoio
19.4	Km de ciclovias e ciclovias por 100.000 habitantes	4,13	4,13	4,13	4,13	4,13	INE	apoio
19.5	Mortes no transporte por 100.000 habitantes	2,6	1,6	3,7	4,8	0,5	INE	apoio
19.6	Porcentagem da população que vive em um raio de 0,5 km de transporte público, operando pelo menos a cada 20 minutos durante os períodos de pico (indicador de apoio)	-	-	-	-	-		apoio

cod.	Tema	2015	2016	2017	2018	2019	fonte	Indicador
19.7	Tempo médio de deslocamento	-	-	-	-	-		apoio
19.8	Indicadores do perfil de transporte							
19.8.1	Número de automóveis pessoais per capita	0,67	0,57	0,58	0,60	0,62	IMT	perfil
19.8.2	Número de veículos motorizados de duas rodas per capita	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	IMT	perfil
20	Agricultura urbana / local e segurança alimentar							
20.1	Área agrícola urbana total por 100.000 habitante (m2)	24775526,46					DU/CMBraga	principal
20.2	Quantidade de alimentos produzidos localmente como uma percentagem do total de alimentos fornecidos à cidade (indicador de apoio)	-	-	-	-	-		apoio
20.3	Percentagem da população da cidade subnutrida (indicador de apoio)	-	-	-	-	-		apoio
20.4	Percentagem da população da cidade que está com sobrepeso ou obesidade - Índice de Massa Corporal (IMC) (indicador de apoio)	-	-	-	-	-		apoio
21	Planeamento urbano							
21.1	Área verde (hectares) por 100.000 habitantes	3235504					DU/CMBraga	principal
21.2	Tamanho da área dos assentamentos informais como uma percentagem da área da cidade (0	0	0	0	0	DU/CMBraga	apoio
21.3	Rácio empregos-habituação	-	-	-	-	-		apoio
21.4	Proximidade de serviço básico	-	-	-	-	-		apoio
22	Água Residuais							
22.1	Percentagem da população da cidade atendida por rede de águas residuais (indicador principal)	-	99%	99%	99%	99%	AGERE	principal
22.2	Percentagem de águas residuais da cidade que recebem tratamento centralizado (indicador principal)	-	100%	100%	100%	100%	AGERE	principal
22.3	Percentagem da população com acesso a saneamento básico (indicador principal)	-	100%	100%	100%	100%	AGERE	principal
22.4	Taxa de conformidade de tratamento de águas residuais (indicador de apoio)	-	90%	91%	93%	93%	AGERE	apoio
23	Água							
23.1	Percentagem da população da cidade com serviço de abastecimento de água potável	99%	100%	100%	100%	100%	AGERE	principal
23.2	Percentagem da população da cidade com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada	99%	100%	100%	100%	100%	AGERE	principal
23.3	Consumo doméstico total de água per capita (litros / dia)	-	245	250	251	248	AGERE	principal
23.4	Taxa de conformidade da qualidade da água potável	99,8%	99,82%	99,64%	99,96%	99,96%	AGERE	principal
23.5	Consumo total de água per capita (litros / dia)	-	291	298	293	292	AGERE	apoio
23.6	Média anual de horas de interrupções no serviço de água por domicílio	-	0,05	0,1	0	0	AGERE	apoio
23.7	Percentagem de perda de água (água não contabilizada)	19%	14%	14%	14%	14%	AGERE	apoio

